

Maternidade & Universidade

Acesso e permanência de
estudantes mães no ensino superior

Organizador@s

Antônia Eudivânia de Oliveira Silva

Cícera Nunes

Kássia Mota de Sousa

Lívia Maria Nascimento Silva



 EDIÇÕES
AINPGP



9 786587 527307 >

INSTITUIÇÃO

Associação Internacional de Pesquisa na Graduação em Pedagogia – AINPGP

DIRETORIA

Prof. Dr. Alexandre Martins Joca (Presidente)
Prof^a Dr^a. Elzanir dos Santos (Vice-Presidente)
Prof. Me. Willyan Ramon de Souza Pacheco (Secretária)
Prof^a Anna Catarine Amaral (Suplente de Secretário)
Prof^a Dr^a. Francicleide Cesário de Oliveira (Tesoureira)
Prof^a Alzira Bruceleide Alves Dias (Suplente de Tesoureira)

CONSELHO EDITORIAL (NACIONAL E INTERNACIONAL)

Prof. Dr. Afonso Welliton de Sousa Nascimento (UFPA)
Prof. Dr. Allan Solano Souza (UERN)
Prof. Dr. Alexandre Augusto Cals de Souza (UFPA)
Prof. Dr. Alexandre Martins Joca (UFCG)
Prof. Dr. Benedito Gonçalves Eugênio (UESB)
Prof. Dr. Bertulino José de Souza (UERN)
Prof^a. Dr^a. Ciclene Alves da Silva (UERN)
Prof^a. Dr^a. Cristiane Maria Nepomuceno (UEPB)
Prof^a. Dr^a. Diana Paula de Souza Rego Pinto Carvalho (UERN)
Prof. Dr. Eduardo Jorge Lopes da Silva (UFPB)
Prof^a. Dr^a. Elzanir dos Santos (UFPB)
Prof. Dr. Ernano Arraias Junior (UFERSA)
Prof. Dr. Fernando Gil Villa (USAL y ABS-USAL/Espanha)
Prof^a. Dr^a. Franselma Fernandes de Figueirêdo (UFERSA)
Prof^a. Dr^a. Francicleide Batista de Almeida Vieira (UFRN)
Prof. Dr. Giann Mendes Ribeiro (UERN)
Prof. Dr. Gilton Sampaio de Souza (UERN/FAPERJ)
Prof. Dr. Glaydson Francisco Barros de Oliveira (UFERSA)
Prof^a. Dr^a. Kássia Mota de Sousa (UFCG)
Prof^a. Dr^a. Maria da Paz Cavalcante (UERN)
Prof^a. Dr^a. Maria Eliete de Queiroz (UERN)
Prof^a. Dr^a. Ivana de Oliveira Gomes e Silva (UFPA)
Prof. Dr. Ivanildo Oliveira dos Santos (UERN)
Prof. Dr. José Amiraldo Alves da Silva (UFCG)
Prof^a. Dr^a. Lidiane de Moraes Diógenes Bezerra (UERN)
Prof. Me. Luís Filipe Rodrigues (Universidade de Santiago/Cabo Verde)
Prof. Dr. Luís Tomás Domingos (Moçambique/UNILAB/Brasil)
Prof. Dr. Marcelo Vieira Pustilnik (UFSM)
Prof^a. Dr^a. Maria do Socorro Maia F. Barbosa (UERN)
Prof. Dr. Miguel Henrique da Cunha Filho (UERN)
Prof^a. Dr^a. Racquel Valério Martins (ABS-USAL/Espanha)
Prof. Dr. Renato Alves Vieira de Melo (ABS-USAL/ Espanha)
Prof. Dr. Rosalvo Nobre Carneiro (UERN)
Prof^a. Dr^a. Sandra Meza Fernández (Universidade do Chile/Chile)
Prof^a. Dr^a. Soraya Maria Barros de Almeida Brandão (UEPB)
Prof^a. Dr^a. Simone Cabral Marinho dos Santos (UERN)

Organizador@s

Antônia Eudivânia de Oliveira Silva

Cícera Nunes

Kássia Mota de Sousa

Lívia Maria Nascimento Silva

Maternidade & Universidade

Acesso e permanência de
estudantes mães no ensino superior

 **EDIÇÕES**
AINPGP
CAJAZEIRAS/2023

Projeto Gráfico | Carlos Alberto A. Dantas

Revisão | José Carlos Redson

Capa | Fernanda Yohana Oliveira e Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Francismeiry Gomes de Oliveira — CRB 15/869

M425 Maternidade & universidade: acesso e permanência de estudantes mães no ensino superior [recurso eletrônico] / Organizadores: Antônia Eudivânia de Oliveira Silva, Cícera Nunes, Kássia Mota de Sousa e Lívia Maria Nascimento Silva. Cajazeiras/PB: AINPGP, 2023.

127 p.

Vários autores

ISBN: 978-65-87527-30-7

<https://doi.org/10.57242/AeBook00005>

1. Ensino superior. 2. Maternidade. 3. Acesso a universidade. 4. Mulheres no ensino superior. I. Silva, Antônia Eudivânia de Oliveira. II. Nunes, Cícera. III. Sousa, Kássia Mota de. IV. Silva, Lívia Maria Nascimento. V. Título.

SOBRE AS AUTORAS

ANA MARIA OLIVEIRA DOS SANTOS

Graduanda do Curso de História da Universidade Federal de Campina Grande. Bolsista do Projeto de Iniciação Científica. Pesquisadora do Grupo Gênero, Sexualidade e Subjetividades.

ANTÔNIA EUDIVÂNIA DE OLIVEIRA SILVA

Doutora em Ciências sociais pela UFRN. Professora (substituta) do Departamento de educação da Universidade Regional do Cariri – URCA. Vice-coordenadora do Laboratório de estudos e pesquisas sobre Gênero, Educação, Sexualidades e Diferenças (Legrar/Urca)

CARLA KAROLINE BARBOSA DOS SANTOS

Pedagoga pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Especialista em Educação Infantil e Psicopedagogia Institucional e Clínica. Mãe da Júlia e da Luiza. Professora e Pesquisadora.

CICERA NUNES

Doutora em Educação Brasileira pela UFC. Professora do Departamento de Educação da Universidade Regional do Cariri. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Relações Étnico-Raciais – NEGRER/URCA.

DAIANE PEREIRA SOARES

Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Foi bolsista extensionista do projeto Mulheres Acadêmicas Ensinam (MÃES) e membro do grupo de estudos sobre Gênero, Interseccionalidade e Parentalidade na Educação (GIPE/GIEPE-LPS/CNPq).

DANIELLE MAIA CRUZ

Mestra e doutora em Sociologia pelo programa de pós-graduação da UFC. Professora efetiva da Universidade de Fortaleza (Unifor). Professora colaborado do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas (MAPP-UFC). Área de estudos concentrada em gênero, cultura e patrimônio.

ELOÁ CRISTINA ARRUDA MARTINS

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), professora e pesquisadora. Mãe da Alice (4 anos). Estuda metodologias ativas no ensino de Biologia e a parentalidade no campo acadêmico.

FRANCINEIDE DO NASCIMENTO GALDINO (Francynne Galdino)

Graduada em Artes visuais pela a Universidade Regional do Cariri URCA e Pós Graduada em Educação pela a mesma instituição. Foi bolsista do Subprojeto Artes Plásticas e Visuais do Programa Institucional de Iniciação à Docência – PIBID (2014 -2016). Foi Bolsista residente do Programa Residência Pedagógica, Subprojeto de Artes Visuais (2020 – 2022). Professora – facilitadora da oficina TIRANDO TINTA DE “PEDRAS”: O fazer artístico através de pigmentos minerais, Membro do Núcleo de Estudos em Educação, Gênero e Relações Étnico-Raciais (NEGRER/URCA/CNPq).

JULIANA SILVA SANTANA

Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará. Professora do Curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Ceará. Coordenadora do Coletivo Mapinduzi: lendo intelectuais negras (CED/UECE). Membro-colaboradora dos grupos de pesquisa Pró-inclusão: pesquisas e estudos sobre educação especial e inclusiva, práticas pedagógicas e formação de professores (FACED/UFC); Grupo de pesquisas e estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR/UEVA) e do Grupo de Estudos sobre Gênero, Interseccionalidade e Parentalidade na Educação – GIPE/UFCG.

KÁSSIA MOTA DE SOUSA

Doutora em Educação Brasileira. Professora adjunta da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, no Centro de Formação de Professores – CFP, Cajazeiras. Coordenadora do Grupo de Estudos em Gênero, Interseccionalidade e Parentalidade na Educação (GIPE/GIEPELPS/CNPq).

LIVIA MARIA NASCIMENTO SILVA

Mestra em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Paraíba (PPGDH/UFPB). Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Educação, Gênero e Relações Étnico-Raciais (NEGRER/URCA/CNPq). Advogada.

NARJARA PIRES ROCHA

Mestre em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e graduada em Comunicação Social – Jornalismo (UFC). Servidora técnico-administrativa em educação da UFC. É uma das embaixadoras da regional Nordeste do Movimento Parent in Science

ROSEMERE OLIMPIO DE SANTANA

Doutora em História contemporânea pela UFF. Professora do Curso de História da Universidade Federal de Campina Grande. Coordenadora do GT de Gênero, Interseccionalidades e Feminismos da ANPUH – Paraíba.

JOSEFA JAQUELINE BATISTA BRITO

Graduanda do curso de pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Membro do Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação, Linguagem e Práticas Sociais (GIE-PELPS), atuando na linha de pesquisa sobre Gênero, Interseccionalidade e Parentalidade na Educação (GIPE). Foi bolsista do projeto de extensão “Mulheres Acadêmicas Ensinam (MÃES)” da (UFCG), aprovado em Edital 003/2022 CGE-UFCG.

Sumário

APRESENTAÇÃO - Maternidade e universidade: acesso e permanência de estudantes mães no ensino superior

Antônia Eudivânia de Oliveira Silva
Cícera Nunes
Kássia Mota de Sousa
Livia Maria Nascimento Silva ▪ 9

MATERNIDADE E UNIVERSIDADE: QUEM APOIA AS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DE UMA CARREIRA ACADÊMICA?

Narjara Pires Rocha
Danielle Maia Cruz ▪ 15

MÃES UNIVERSITÁRIAS: EXPERIÊNCIAS DE GRADUANDAS DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (2015 – 2021)

Eloá Cristina Arruda Martins
Juliana Silva Santana ▪ 30

MATERNIDADE, ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE NA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI

Livia Maria Nascimento Silva ▪ 41

MÃES NEGRAS E O CURSO DE PEDAGOGIA DA URCA: DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DAS ESTUDANTES DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Carla Karoline Barbosa dos Santos
Cícera Nunes ▪ 61

TRAJETÓRIAS E PROCESSOS CRIATIVOS DE MULHERES MÃES/ARTISTAS/ PROFESSORAS/PESQUISADORAS DO CENTRO DE ARTES/URCA: DESAFIOS DA MATERNAGEM EM CONTEXTO ACADÊMICO

Francineide do Nascimento Galdino ▪ 84

MÃES UNIVERSITÁRIAS EXISTEM PARA A ACADEMIA? MAPEAMENTO DAS PESQUISAS PRODUZIDAS NO ÂMBITO DA UFCG SOBRE MULHERES MÃES/ ESTUDANTES

Rosemere Olímpio de Santana
Ana Maria Oliveira dos Santos ▪ 95

A EXTENSÃO COMO ESPAÇO DE REFLEXÃO, DISCUSSÃO E CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE GÊNERO, COM FOCO NA PARENTALIDADE: UM RELATO DAS EXPERIÊNCIAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG

Josefa Jaqueline Batista Brito
Daiane Pereira Soares
Kássia Mota de Sousa ▪ 112



APRESENTAÇÃO

Maternidade e universidade: acesso e permanência de estudantes mães no ensino superior

Antônia Eudivânia de Oliveira Silva

Cícera Nunes

Kássia Mota de Sousa

Lívia Maria Nascimento Silva

Falar de maternidade e relações de cuidados nos envolve em uma trama que ora nos escapa entre os dedos, afinal, esse é um tema restrito a espaços privados e domésticos mistificados por cristalizações de corpos e sentidos, e ora nos acerta em cheio, ao nos arriscarmos a desvendar seus véus e percebermos que são nessas relações que o mundo como o conhecemos é sustentado. Assim, reificamos que não nos é mais possível tratar de qualquer temática social sem levarmos em consideração as interseccionalidades das relações de gênero, raça/etnia e classe social. Por isso, compreendemos aqui, as relações de cuidado como um fenômeno polissêmico e modulado, através de marcadores sociais que regulam lugares e corpos possíveis nos mais distintos campos sociais.

Neste “livro”, ao tensionarmos reflexões e experiências de mães estudantes universitárias, não pretendemos apenas trazer à tona um enquadramento de lugar no qual essas sujeitas sejam visibilizadas em sua complexidade, mas alertar acerca de uma dinâmica de resistência, exercida por corpos responsáveis pela maternagem e cuidado que não são contabilizados nas estruturas cotidianas do funcionamento das instituições sociais de educação e formação de profissionais. Essa é uma característica já denunciada pelos movimentos de mulheres, que isola problemas, experiências e atores em nichos que não são incorporados às teorias nem as explicações gerais. O que pode fazer com que esse tema não seja percebido como relevante e aprofunde a nossa não percepção da estrutura social enquanto patriarcal, racista e heteronormativa, pois como defende, Flávia Birole (2018), essa divisão sexual do trabalho e das relações de cuidado e maternagem tem impacto profundo nas democracias contemporâneas, uma vez que o tempo e a integridade de trabalhos formais remunerados, dão acesso diferenciado a ocupações que incidem nas hierarquias que definem as possibilidades de participação social, quer sejam em cargos políticos ou engajamentos em ações.

Entendemos que urge falar de maternidade nas universidades, não só por sermos mães e educadoras, mas por compreender que esse espaço, como tantos outros em nossa cultura, é ancorado no silenciamento e apagamento dessas dinâmicas reais que atravessam os corpos que cuidam. Precisamos nos encontrar com o(a)s sujeito(a)s concretos para, enfim, entendermos as implicações que o universo

das relações de cuidado delega às vidas reais, pois, ao mesmo tempo, em que essas relações se afirmam através do afeto, do cuidado e apoio, elas podem se configurar em exploração de trabalho, exercício de autoridade, violências, privação de liberdade. Ao complexificarmos essas relações diante das desigualdades entre as famílias, é possível que estejamos diante da questão mais relevante e, ao mesmo tempo, mais remediada da história social e política desse país.

O *Ebook* sintetiza reflexões acerca da maternidade e universidade, produzidos especificamente, em 04 quatro universidades do nordeste brasileiro, são elas: Universidade Federal do Ceará, Universidade Estadual do Ceará, Universidade Regional do Cariri, localizada no sertão cearense, e Universidade Federal de Campina Grande. As distintas universidades compartilham de realidades muito comuns, no que diz respeito a experiência das mulheres no espaço acadêmico, e é a reflexão e luta contra essas realidades, perpassadas por dificuldades, que aproximaram as autoras, o que permitiu a organização desta produção.

O artigo “Maternidade e universidade: quem apoia as mulheres na construção de uma carreira acadêmica”, analisa as formas encontradas pelas mães universitárias para conciliar a maternidade e sua trajetória acadêmica. A pergunta central é: quem apoia essas mulheres nesse percurso acadêmico? O artigo origina-se da pesquisa, que resultou na dissertação intitulada “Mulheres na ciência: uma avaliação das políticas públicas de apoio à maternidade implementadas no âmbito da pós-graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC)”. Os resultados mostram que as redes de apoio formada pela família ou aquelas pagas, contribuem positivamente para o sucesso acadêmico dessas mulheres. Ao contrário disso, constata-se que a divisão desigual com o companheiro, dificulta a trajetória, além de trazer incômodos às mulheres e crises nos relacionamentos.

No caso das redes de apoio, nota-se ainda uma predominância de figuras femininas. Já em relação às políticas públicas de apoio, nota-se uma grande lacuna que torna ainda mais vulneráveis as mulheres que encaram o desafio de serem mães e cientistas ao mesmo tempo, por mais que elas consigam concluir o que se propuseram a fazer, no caso desta pesquisa, alcançarem seus diplomas de mestras ou doutoras.

Em “Mães universitárias: experiências de graduandas de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Ceará (2015-2021)”, as reflexões resultam de uma pesquisa que objetivou ouvir a história de duas mães universitárias, graduandas em Ciências Biológicas, na Universidade Estadual do Ceará (UECE), que engravidaram no período entre 2015 e 2021, para compreender como elas se sentiram e viveram o período da gestação, os desafios enfrentados na universidade e como lidaram com as constantes tentativas de aniquilá-las da carreira científica. Utiliza-

mos a Entrevista Narrativa (Schutze, 2013; Souza *et al*, 2021) como instrumento de construção de dados e referencial para análise.

Os principais achados/reflexões mostram que há dificuldade em prosseguir na academia, após engravidar, visto que a estrutura patriarcal, impõe as responsabilidades pela criança majoritariamente à mãe. A permanência dessa mulher mãe, depende diretamente de uma rede de apoio, e carece do apoio da própria universidade. Efetivamente, essas graduandas dependeram do suporte objetivo e subjetivo de seus professores para continuar o curso e, principalmente, de seu máximo esforço e resistência, o que tornou a experiência da formação inicial um desafio ainda maior e mais complexo.

No artigo “Maternidade, acesso e permanência na educação superior: uma análise na Universidade Regional do Cariri”, a autora analisa os obstáculos na formação acadêmica das mães estudantes da Universidade Regional do Cariri (URCA), observando os fatores de acesso, permanência e desempenho na educação superior. Para tanto, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com emprego de questionários semiestruturados. Ao todo, foram 102 respostas coletadas, no período de maio a junho de 2019 e, através das análises e discussões, foi averiguado que as alunas mães enfrentam diversos óbices para ingressar, permanecer e alcançar bom desempenho nos cursos de graduação desta instituição.

Em virtude desses aspectos, é possível verificar a necessidade da existência de políticas públicas que contribuam para a equidade entre mulheres que são mães e outros alunos, no espaço educacional, que sejam criadas e implantadas estratégias que visem assegurar o pleno acesso dessas mulheres na educação superior, como também que garantam sua permanência e qualidade no desempenho acadêmico, como bolsas de assistência estudantil, creche universitária e/ou escola de aplicação. Nesse sentido, a relevância desse estudo reside em não somente dar visibilidade as dimensões das dificuldades enfrentadas pelas mulheres que são mães, mas primordialmente, para contribuir na criação e implantação de políticas de assistência estudantis, que visem combater a exclusão das mulheres no espaço acadêmico.

O artigo “Mães negras e o curso de Pedagogia da URCA: dificuldade de permanência das estudantes durante a pandemia da covid-19”, trata-se de um recorte de um estudo que buscou discutir a permanência acadêmica das estudantes mães do curso de pedagogia, da Universidade Regional do Cariri (URCA), durante a pandemia da Covid-19, procurando responder a seguinte questão: quais as dificuldades de permanência das mães negras do curso de Pedagogia da Urca, durante a pandemia da covid-19? O nosso objetivo foi identificar de que forma a chegada da pandemia da Covid-19 contribuiu nas dificuldades acadêmicas das mães negras, do curso

de Pedagogia, da Universidade Regional do Cariri (URCA). Assim, com a chegada da pandemia, causada pelo vírus da Covid-19, as dificuldades foram crescentes em vários aspectos na vida dessas estudantes, interferindo, significativamente, na permanência dentro do curso de Pedagogia da URCA.

Em “Trajetórias e processos criativos de mulheres mães/artistas/professoras pesquisadoras do centro de artes/URCA: desafios da maternagem em contexto acadêmico”, é apresentado um estudo a respeito das práticas artísticas das mulheres artistas/professoras/pesquisadoras do Centro de Artes Reitora “Maria Violeta de Alencar Gervaiseau”, da Universidade Regional do Cariri (URCA).

O trabalho realiza um mapeamento das poéticas artísticas das mulheres (professoras e estudantes) dos cursos de Licenciatura em Artes Visuais e Licenciatura em Teatro, bem como suas rotinas de jornada tripla, como artistas, mães, companheiras e pesquisadoras, contribuindo para um melhor entendimento da perspectiva feminina nas artes visuais, como também analisando as questões acerca de suas permanências no âmbito acadêmico, bem como políticas educacionais voltadas à inserção do convívio familiar no meio acadêmico, além de permear debates sobre a visível desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

No artigo “Mães universitárias existem para a academia? Mapeamento das pesquisas produzidas no âmbito da UFCG sobre as mães/estudantes”, é feita uma análise dos trabalhos produzidos no âmbito da Universidade Federal de Campina Grande, que problematizam a maternidade e a universidade. Para isso, foi realizada uma pesquisa no *site* da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Em um primeiro momento, foi feito um levantamento quantitativo dos trabalhos produzidos, para isso, utilizamos no buscador do site, os termos “mãe” e “maternidade”. A ideia inicial era conhecer, em termos quantitativos, quantos trabalhos versavam sobre esses temas. No total de 400 ocorrências, apenas 104 se referiam ao tema da maternidade e 4 que de fato, discutiram a experiência de mães e estudantes na UFCG.

A partir destas observações, a pesquisa se deteve na leitura dos resumos e palavras-chave, apontando algumas problematizações: os cursos voltados ao cuidar e, majoritariamente feminino, foram os que mais se dedicaram ao tema da maternidade. As pesquisas analisadas demonstram que o interesse pela temática da maternidade na universidade, é algo recente e presente nos Campus fora de sede da UFCG. Tais discussões dialogam com pesquisadores da área de gênero e demonstram a aproximação com os debates acerca do feminismo. Mas também são indicadores da necessidade de colocar essa discussão como centro, lutando por inserção, permanência e condições de estudo e trabalho para as mulheres nesses ambientes.

O texto “A extensão como espaço de reflexão, discussão e construção de políticas de gênero, com foco na parentalidade: um relato das experiências na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)”, é um desdobramento do projeto de extensão, realizado na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), do Centro de Formação de Professores (CFP). O texto apresenta uma síntese das experiências e achados do referido projeto e analisar documentos institucionais, a fim de discutir a importância da efetivação de políticas públicas de apoio à maternidade para as mulheres mães do CFP/UFCG.

Apoiado teoricamente em autoras feministas decolônias, em diálogo com os achados do projeto MÃES e da análise dos documentos institucionais, evidenciamos a urgência, para além da denúncia, da institucionalização de políticas de gênero para a promoção do acesso e permanência de mulheres mães na Universidade. Esperamos que os textos aqui reunidos, sejam um chamado a repensar os espaços que ocupamos, não só por nós, mães/cuidadoras, mas por todos aqueles que desejam espaços mais justos e democráticos.

MATERNIDADE E UNIVERSIDADE: QUEM APOIA AS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DE UMA CARREIRA ACADÊMICA?

Narjara Pires Rocha
Danielle Maia Cruz

1 Introdução

Este artigo tem como objetivo analisar as condições em que mães universitárias vivenciam suas maternidades e suas trajetórias acadêmicas, com destaque para os arranjos que encontram para os cuidados com seus bebês e crianças. Este trabalho foi originado a partir da pesquisa realizada no Mestrado Profissional de Avaliação de Políticas Públicas (MAPP), da Universidade Federal do Ceará (UFC), que resultou na dissertação intitulada “Mulheres na ciência: uma avaliação das políticas públicas de apoio à maternidade implementadas no âmbito da pós-graduação da Universidade Federal Do Ceará (UFC)”, de autoria da pesquisadora Narjara Pires, com orientação da professora e pesquisadora Danielle Maia Cruz.

Os resultados apresentados na última seção deste artigo, foram obtidos através de uma avaliação em profundidade, uma abordagem avaliativa que toma a avaliação como produção de conhecimento, a partir de seu caráter interdisciplinar e multidimensional (Rodrigues, 2008, 2019; Gussi, 2008, 2015, 2016 e 2019; Gonçalves, 2008). A abordagem toma como fundamental a escuta do ponto de vista dos diversos atores sociais envolvidos com a política avaliada. Portanto, dos procedimentos metodológicos, a entrevista é aspecto relevante.

Logo, para a execução da presente avaliação, foram realizadas entrevistas em profundidade e semiestruturadas, além de análises de documentos e pesquisa bibliográfica. Foram entrevistadas 17 mulheres estudantes em atividade e também egressas. Do universo total, foram eleitos oito programas de pós-graduação, da Universidade Federal do Ceará (UFC), entre mestrado e doutorado, com idades entre 26 e 39 anos, sendo uma preta, uma indígena, sete pardas e oito brancas. Além disso, foram entrevistados sete coordenadores de pós-graduação, três mulheres e quatro homens, além de um gestor e uma ex-gestora da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da UFC.

O recorte da amostra, levando em conta mestrado e doutorado, foi feito a partir de alguns critérios, sendo eles: racial e étnico; cursos da UFC de maior nota atribuída pela Capes e maior investimento recebido; cursos com maior e menor presença feminina; cursos onde, historicamente, estão pessoas de maior e menor renda, respectivamente, de algumas áreas da saúde e das ciências humanas (Ristoff, 2014). A partir desses requisitos, foram realizadas entrevistas na chamada primeira

fase da pesquisa e, em uma segunda fase, foram recrutadas outras estudantes e ex-estudantes, a partir do método bola de neve, uma forma de amostra não probabilística que se utiliza de cadeira de referências (Vinuto, 2014).

A pesquisa apresenta caráter relevante para a comunidade acadêmica e a sociedade contemporânea. Vivemos um período em que, cada vez mais, as mulheres buscam seus espaços profissionais, seja na política, no mercado de trabalho, na docência, na pesquisa, entre outros. Assim, é urgente se discutir as condições em que mulheres que se tornam mães vivenciam a maternidade, marcadas de singularidades, ao mesmo tempo, em que buscam realizar-se em outras esferas da vida.

Atualmente, algumas conquistas foram alcançadas através de movimentos liderados por mulheres pesquisadoras, especialmente, pelas ações do movimento Parent in Science¹, como a inclusão de um campo para as mulheres apontarem seus períodos de licença maternidade, nas plataformas *lattes* e *sucupira*. No entanto, as lacunas de políticas públicas são imensas e históricas nesse setor, tornando a situação ainda muito penosa e desigual para mulheres. Conhecer as especificidades dessas vivências, é fundamental para que sejam planejadas e cobradas mudanças sociais e iniciativas de cunho público nessa seara, o que reforça a importância de pesquisas como essa no cerne do mundo acadêmico, uma vez que é uma temática que oferece importantes problematizações.

2 Mulheres, carreiras e maternidades: desigualdades nos caminhos

Inicialmente, ressalta-se que este trabalho tem como base, o entendimento de que a maternidade é uma construção social e não um destino pré-definido indistintamente para todas as mulheres (Beauvoir, 2019; Badinter, 1985). A problemática das desigualdades enfrentadas pelas mulheres, é atual, mas com origens antigas, sendo o surgimento do capitalismo um dos principais acontecimentos a ser considerado. De acordo com Federici (2004), a nova ordem econômica determinava que a reprodução da força de trabalho deveria acontecer a partir da família e, desse modo, a procriação foi colocada à serviço da acumulação do capital. Essa lógica demonstra o porquê de o trabalho doméstico feminino ser considerado pela autora como a base da formação do proletariado moderno. A família seria um “complemento do mercado”, surgindo “no período de acumulação primitiva também como a instituição mais importante para a apropriação e ocultamento do trabalho das mulheres” (Federici, 2004)

¹ O *Parent in Science* foi criado, em 2016, e trata-se de um movimento coordenado por um grupo de cientistas brasileiras(os) para levantar discussões, dados e ações sobre o impacto da maternidade, prioritariamente (mas que aborda também a parentalidade no geral), na carreira científica no Brasil.

No ambiente acadêmico e científico, a história das mulheres é marcada por dificuldades, injustiças e desigualdades, problemas que se entrecruzam de maneira recorrente até a atualidade. É preciso discutir ainda o acesso das mulheres a esses espaços, mas principalmente, a permanência delas em suas trajetórias, já que relatos e dados, mostram o tamanho da dificuldade, que é conciliar os papéis encarados por elas em suas esferas pessoais e profissionais.

Até mesmo recentemente, a presença feminina não era aceita nas universidades; “Elas tiveram que esperar até o final do XIX para ver reconhecido seu direito à educação e muito mais tempo para ingressar nas universidades”, sendo possível apenas no período entreguerras (Perrot, 2007: 11). Envolvido nessa condição feminina, está presente também o que Bourdieu (2012) chama de poder simbólico. Ao longo da história, a exclusão feminina foi alicerçada pela valorização das atividades produtivas, em detrimento daquelas reprodutivas, com ênfase à maternidade:

Excluídas do universo das coisas sérias, dos assuntos públicos, e mais especialmente dos econômicos, as mulheres ficaram durante muito tempo confinadas ao universo doméstico e às associadas à reprodução biológica e social da descendência; atividades (principalmente maternas) que, mesmo quando aparentemente reconhecidas e por vezes ritualmente celebradas, só o são realmente enquanto permanecem subordinadas às atividades de produção, as únicas que recebem uma verdadeira sanção econômica e social, e organizadas em relação aos interesses materiais e simbólicos da descendência, isto é, dos homens. (Bourdieu, 2012, p. 116).

O fato de não serem aceitas nesses espaços por um período tão longo, reforçou uma série de desigualdades que persistem até os dias de hoje. Ter ciência desse pano de fundo, torna-se relevante para se analisar como a mulher contemporânea, do século XXI, encara ser mãe e articula essa faceta com suas outras experiências, que são possíveis em períodos mais recentes, mas ainda não plenamente. Aliás, como afirma Lerner (2019: 33): “A História das Mulheres é indispensável e essencial para a emancipação das mulheres”.

Para que as mulheres alçassem voos maiores, com vistas ao seu desenvolvimento pessoal e profissional, foi necessária muita luta, além de conscientização sobre as causas das opressões femininas: “A teoria feminista contribuiu para verbalizar a tomada de consciência das mulheres a respeito das implicações sociais e políticas da maternidade” (Scavone, 2001: 49).

No centro da discussão sobre carreira feminina, deve estar a maternidade, não por considerarmos essa uma vocação natural feminina, rejeitamos essa ideia veementemente, mas por ainda resistir, na contemporaneidade, uma imposição – injusta – das funções de cuidado às mulheres, o que acaba tendo reverberação em

outras esferas da vida. Ressalta-se que os tensionamentos presentes na maternidade, são ainda mais evidentes quando se leva em conta a questão interseccional. A sobrecarga de trabalhos domésticos traz grande impacto na vida profissional e financeira das mulheres e o tempo dedicado a essas atividades “se reverte em competências necessárias à reprodução da vida, mas pouco valorizadas na dinâmica de mercado” (Biroli, 2018).

É extensa a lista de aspectos desiguais para mulheres no mercado de trabalho. Diversos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), comprovam o que as mulheres já conhecem em seus cotidianos. A começar pelo fato de que a responsabilidade por afazeres, afeta inserção das mulheres no mercado de trabalho, já que dados do Instituto, coletados em 2018 e publicados em 2019, mostram que a quantidade de horas dedicadas aos afazeres domésticos pelas mulheres, é o dobro daquela que os homens gastam. Enquanto as mulheres brasileiras, gastam 21,4 horas semanais com o trabalho doméstico, os homens gastam 11 horas. As mulheres também estão em desvantagem com relação ao rendimento. Em 2019, as mulheres recebiam 77,7% do rendimento dos homens, sendo constatada desigualdade maior nos grupos ocupacionais de maiores rendimentos, “como cargos de direção e gerência e profissionais das ciências e intelectuais”. Nesses casos, as mulheres recebiam, “respectivamente, 61,9% e 63,6% do rendimento dos homens” (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021). Uma das explicações para esse fenômeno é justamente a divisão sexual desigual do trabalho doméstico, já que essa carga de afazeres e cuidados faz com que muitas mulheres se sintam compelidas a buscarem formas de trabalho com jornadas mais flexíveis e, por consequência, com menor remuneração (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021).

Quando acrescentamos a maternidade nesse contexto, os dados revelam uma situação ainda mais séria, isso porque as mulheres com crianças até três anos de idade em casa, têm menor nível de ocupação:

O nível de ocupação, proporção de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar, é menor entre as mulheres de 25 a 49 anos que vivem em lares com crianças nessa faixa etária. Entre elas, o nível de ocupação é de 54,6%, enquanto a das que vivem em casas onde não há essa presença é de 67,2% [...] A maternidade negra, nesta mesma situação, representa uma taxa ainda menor: menos da metade está no mercado de trabalho (49,7%). (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021).

Situação inversa quando falamos de homens, o que pode estar relacionado, justamente aos menores níveis de ocupação das mulheres no mercado de trabalho, ou seja, enquanto as mulheres abdicam de suas carreiras profissionais ou nem se-

quer entram no mercado de trabalho para cuidar dos filhos, os homens são impulsionados por essa configuração familiar:

O nível de ocupação dos homens é superior ao das mulheres em ambas as situações: com ou sem crianças vivendo no domicílio. Já quando a comparação é entre homens, o nível de ocupação sobe com a presença das crianças. A proporção dos homens no mercado de trabalho é maior entre os homens com crianças de até três anos vivendo no domicílio (89,2%) do que entre aqueles que vivem em domicílio sem a presença delas (83,4%). (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021).

No ambiente acadêmico, a situação das mulheres não é diferente, pois os problemas da desigualdade de gênero estão entrelaçados e permeiam diversas esferas, como afirma Hirata (2015), divisão sexual do trabalho, divisão sexual do saber e divisão sexual do poder são indissociáveis. Ainda segundo o IBGE, as “mulheres estudam mais, mas são minoria entre professores universitários”. Apesar de um avanço de mais de 3 pontos percentuais observado, a partir de 2003, em 2019, nas instituições de ensino superior, as mulheres eram menos da metade do corpo docente, representando 46,8% entre a categoria docente (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021b), mulheres com crianças até três anos de idade em casa, têm menor nível de ocupação

Para exemplificar como a ciência é um campo de poder em que há desvantagem para mulheres (Lino; Mayorga, 2016), temos um estudo que analisou o perfil de 601 bolsistas do CNPq e revelou que 63% dos bolsistas são homens e 37% mulheres. Essa diferença intensifica-se ainda mais nos níveis mais altos da hierarquia da carreira acadêmica. No nível 1A, são 73,7% homens e somente 26,3% mulheres; já no nível sênior, é ainda pior, 88,8% homens e apenas 26,3% mulheres (Oliveira; Melo; Rodrigues; Pequeno, 2021)².

Considerando que na carreira de cientista, o principal fator hoje considerado, é a produtividade. É preciso levar em conta o impacto da maternidade nessa trajetória, já que é uma experiência que, por si só, impacta diretamente a rotina da mulher, além de toda a problemática relacionada à divisão injusta do trabalho doméstico e à carga mental desproporcional. Para Staniscuaski (2020), a maternidade provoca pausas até maiores que a licença maternidade. Isso tem impacto real em relação à produtividade e à participação em eventos, por exemplo, repercutindo na competitividade das mulheres e contribuindo para o efeito, a longo prazo, de diminuição de mulheres no decorrer da carreira. Para a pesquisadora, é preciso mudar um sistema rígido, pautado na produtividade e que acaba penalizando as pausas

² A recolha dos dados ocorreu de janeiro a abril de 2020.

impostas pela maternidade ou quaisquer outras. Normalizar esses desvios, seria um desses caminhos. Tudo isso, como aponta Biroli (2018), implica em condições materiais e cotidianas desvantajosas e maior vulnerabilidade.

Algumas iniciativas podem ser citadas como exemplos que visam dirimir essas desigualdades. Algumas delas, são editais que consideram um prazo maior de análise de currículo para mulheres mães de crianças pequenas. Na UFC, o Programa de Pós-graduação em Filosofia, foi pioneiro nesse sentido, pois em seu Edital nº 01/2022, apresentou um critério especial que acrescia 25% na pontuação da produção acadêmica de mulheres mães referentes ao intervalo de 2 anos, a partir do nascimento da criança ou do período de vinculação nos casos de adoção. Guedes (2018: 14:19) afirma ser necessário que “as instituições, o CNPq, as agências financiadoras de pesquisa, as próprias universidades tenham políticas em que a maternidade apareça como um elemento”. Staniscuaski (2020) complementa a ideia, afirmando que ser necessário naturalizar a maternidade no ambiente acadêmico. Além de fatores como gênero, raça e região, precisamos levar em consideração, também, a maternidade, ou melhor, as condições em que se vive essa experiência, e sua influência na sub-representação feminina na ciência.

Assim, políticas públicas que apoiem mães, é algo que beneficiaria não só mulheres, mas toda a sociedade. A “luta das mulheres pela igualdade de gênero não está relacionada apenas aos seus interesses imediatos, mas aos interesses gerais da humanidade”. Há a necessidade de “questionar valores e construir novas possibilidades histórico-sociais”. (Daros; Guedes, 2009: 131 e 133).

3 Filhos e carreira: questões da conciliação

Desde o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, dificuldades relacionadas à maternidade, são constatadas. No século XIX, diversas alterações foram trazidas, principalmente, pela industrialização. A articulação entre a pressão social pela dedicação exclusiva à maternidade, forjada durante séculos, a associação da responsabilidade do trabalho doméstico à mulher e a necessidade do sustento, causa uma série de tensões para as trabalhadoras:

As contradições inerentes ao processo de industrialização e a forma como as mulheres ingressaram no mercado de trabalho, marcadas por profundas desigualdades sociais e sexuais, revelam os impactos desse processo na mudança dos padrões da maternidade. No momento em que as mulheres das famílias operárias, no séc. XIX, começaram a associar, de forma crescente, trabalho fora do lar e maternidade (leia-se, também, como trabalho no lar), instaurou-se a lógica da dupla responsabilidade, que se consolidou no séc. XX, com o avanço da industrialização e da urbanização,

recebendo por parte das análises feministas contemporâneas a designação de “dupla jornada de trabalho” (Scavone, 2001, p. 49).

Apesar da utilização neste trabalho, do termo conciliação pela sua utilização corriqueira, é preciso fazer ressalvas sobre o que há por trás dele. Como exemplo de uma dessas problematizações, tem-se o trabalho de Kergoat (2003), que traz uma crítica ao uso de termos como: “dupla jornada”, “acumulação”, “conciliação de tarefas”, como se isso fosse apenas um apêndice do trabalho assalariado. Para a autora, a relação social entre homem e mulher, é baseada em uma relação hierárquica de poder e dominação, com uma característica singular de ser encontrada em todas as sociedades já conhecidas, sendo considerada um paradigma das relações de dominação. No plano de fundo dessa problemática conciliação está a exploração no âmbito doméstico. Beauvoir (2019b, p. 521) diz:

Assim, é a mulher independente dividida hoje entre seus interesses profissionais e as preocupações de sua vocação sexual; tem dificuldade em encontrar seu equilíbrio; se o assegura é à custa de concessões, de sacrifícios, de acrobacias que exigem dela uma perpétua tensão (Beauvoir, 2019, p. 521).

Mesmo com estratégias adotadas ao longo do tempo, como maternidade tardia ou a redução de prole, a dificuldade de conciliação permanece, pois, as mulheres continuam assumindo a maioria das responsabilidades parentais (Scavone, 2001). No centro desse debate, está o trabalho feminino, uma das dimensões mais importantes das mudanças na condição das mulheres nas últimas décadas e que foi impulsionado pela crescente escolarização e pelas transformações de suas identidades pessoais e experiências familiares. A participação feminina no mercado de trabalho é maior à proporção que as crianças crescem. Dados analisados, a partir das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNADs), de 1976, 1986, 1996, 2006 e 2012, revelam que, em 1976, a participação das mães de crianças pequenas no mercado de trabalho, era baixa em todas as classes, entre 14% e 30%, enquanto, em 2012, o percentual de mães que trabalham, eleva-se em todas as classes, tornando-se maior nas classes mais altas. Esse último dado, sugere um agravamento das desigualdades entre mães de diferentes classes, em relação à possibilidade de articulação entre família e trabalho (Itaboraí, 2016)

Os cuidados privados são considerados limitadores na participação e na jornada de trabalho das mulheres, de modo que “as políticas públicas de cuidados às crianças e idosos possibilitam às mulheres a redução da provisão de cuidados privados e, conseqüentemente, contribuem para sua individualização, ou seja: para a destradicionalização dos papéis de gênero e para a autonomia feminina” (Passos,

2015, p.109). Em relação às políticas brasileiras, Passos (2015) revela que a problemática de conciliação tem pouca legitimação social e política no país. No Brasil, são cinco mecanismos de conciliação entre trabalho e família utilizados: contratação do serviço doméstico remunerado, creches, instituições pré-escolares, legislação trabalhista e contratos coletivos de trabalhos, flexibilidade do horário de trabalho para trabalhadores formais e transferência de renda às famílias por meio de programas de assistência social (Sorj, 2004 *apud* Passos, 2015).

Sobre a análise de alguns desses mecanismos, destacam-se as seguintes constatações: a primeira, de que ainda são fracas as políticas de cuidado infantil, o que transfere a função de cuidar dessas crianças a mães, avós, parentes ou empregadas; outro aspecto, é que muitas mulheres não têm direito à licença maternidade, por estarem em empregos informais. Além disso, o período da licença não contempla toda a fase em que a criança demanda mais cuidados, sendo considerada importante uma ampliação do tempo. Em relação aos programas de transferência de renda, tem-se como importantes, mas ainda incompletos no que diz respeito a uma atenção robusta de cuidado, voltando-se à necessidade de creches e escolas em tempo integral, ainda mais se considerarmos o desmonte de políticas públicas observado nos últimos anos. (Passos, 2015). Para alguns autores, a discussão sobre o fato de as mulheres cobrirem as insuficiências de políticas públicas, está vinculada ao declínio da chamada sociedade salarial e a própria crise do Estado de Bem-estar Social. No caso do Brasil, há um desconforto causado por duas questões: uma, é a de que o Estado procuraria reduzir drasticamente os seus compromissos com a proteção social quando a família entra em cena; a segunda é relativa aos condicionamentos seculares para se pensar sobre família, diferenças relativas à própria concepção família e as relações internas dentro dela e com outras esferas da sociedade. (Miotto; Campos; Lima, 2006)

Nessa seara, considera-se como marco analítico o surgimento da sociedade industrial urbana. Esse seria o momento em que a família deixa de ser a grande fonte de proteção social e passa a ser assumida pelo Estado de Bem-estar Social. Nesse sistema de proteção social, o benefício era concedido ao trabalhador enquanto provedor do grupo familiar. Apostava-se na existência de uma solidariedade dentro da instituição familiar que garantisse transferência material e material no interior dela, o que manteve sua estrutura assimétrica de interdependência e aumentou a exploração do trabalho familiar não pago, especialmente da mulher (Miotto; Campos; Lima, 2006)

Um estudo realizado em Fortaleza, e que pode nos auxiliar a entender como funcionam as estratégias de conciliação entre maternidade e trabalho no ambiente acadêmico: trata-se do trabalho de Rodrigues e Morais (2021). O estudo mostrou que

“para que a conciliação entre as exigências laborais e familiares possa ocorrer de maneira mais eficaz, alguns arranjos, em sua maioria, domésticos precisam acontecer”. Em um cenário no qual as mães entrevistadas foram docentes com carreiras consolidadas, em relações heterossexuais, pais e babás foram apontados como protagonistas na parceria com as mães, sendo apontadas também as creches como possibilidade.

Para além da esfera doméstica, percebe-se que o apoio das instituições de ensino superior é de grande importância para esse público. Creches universitárias, salas de amamentação e auxílio creche, são algumas das iniciativas que podem ser pensadas nesses espaços. O cenário atual ainda está longe disso. De acordo com os dados da V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras, “65,5% dos estudantes com filhos dependem de auxílio da família para se dedicar aos estudos, sendo que apenas 5,2% contam com creches e redes de apoio na universidade” (Parent, 2021)

Recentemente, o movimento Parent in Science, lançou um guia sobre como as instituições podem apoiar as mães na ciência. O guia é dividido em eixos que versam sobre: equidade, recursos, oportunidades, flexibilidade, conscientização e reconhecimento (Parent, 2022)

4 Resultados

O trabalho com as docentes, apresentado na seção anterior, é importante por trazer a definição de “arranjos domésticos”, estratégias de conciliação de iniciativa das próprias mulheres ou de suas famílias, algo muito encontrado também na pesquisa que deu origem a este artigo. Rodrigues e Moraes (2021, p. 156), revelam que:

as falas das participantes, de modo geral, demonstram um trabalho árduo e solitário para a adaptação do regresso ao trabalho, dependendo exclusivamente do tempo e de organizações pessoais, o que pode gerar sofrimento e sentimento de culpa e ansiedade.

Esse aspecto também é semelhante entre as pós-graduandas da UFC, guardadas as devidas proporções de diferenças entre as entrevistadas, principalmente, a renda e o fato de serem pesquisadoras em início de carreira.

Nos relatos coletados, entre o final do ano de 2021 e o início de 2022, quando foram entrevistadas 17 mulheres estudantes e ex-estudantes, oriundas de oito programas de mestrado ou doutorado da UFC, percebe-se a presença desses arranjos caseiros de forma recorrente. Nesses casos, a terceirização do cuidado é uma forma comum de conciliação entre trabalho feminino e maternidade. Para as en-

trevistadas de classe econômica mais alta, a utilização dos serviços de cuidados de uma babá mostrou-se como forte apoio para o desenvolvimento das atividades das mães nos programas de pós-graduação, como se percebe no relato de Andréa³. Ela diz que contava com o marido, uma babá, uma diarista, além da ajuda da mãe:

[...] a nossa babá era quem esquentava a comida na hora. Tinha dias que eu não não bebia nem água e ela [dizia] “como é que você vai amamentar?”. E ela chegava com a garrafinha pra mim [...] e, assim, cuidou mesmo da gente. Ela cuidou não só dele [bebê], ela cuidou de mim, ela cuidou da minha casa [...] eu digo que ela cuidou até do meu casamento. [...] (Andréa)

Mesmo assim, essa não é solução para todos os conflitos que envolvem a conciliação entre carreira e maternidade, já que essa última é uma construção social que impõe diversas pressões sobre as mulheres. Melissa*, por exemplo, disse que havia divisão de tarefas com o esposo, tinha uma funcionária para a casa, uma babá, e o filho mais velho já frequentava a escolinha. Apesar disso, a forma como iria conciliar tudo até o final, a preocupava.

Medo de não dar conta, de conciliar trabalho e pós[graduação] com as crianças. Da babá não dar conta de ficar com os dois quando eu estiver ausente porque são dois agora. Mesmo [com] a babá, fico com medo de não dar conta. Medo de não terminar a coleta de dados a tempo. (Melissa).

Escolas e creches também são apontadas como importante para as entrevistadas, o problema é que, muitas vezes, essa é uma despesa para a família, já que a universidade em que atuam, não dispõe desse tipo de equipamento, pelo menos de forma suficiente, e o poder público também não atende a contento.

Na Universidade Federal do Ceará, instituição na qual essa pesquisa se debruçou, não existe creche, ou seja, um equipamento voltado para crianças de 0 a 3 anos. O que existe é apenas uma escola, que não está ligada à assistência estudantil, chamada Unidade Universitária Federal de Educação Infantil Núcleo de Desenvolvimento da Criança (UUNDC). Essa unidade existe desde 1991 e oferta turmas para crianças que estão prestes a completar 3 anos de idade até 5 anos. As vagas são destinadas a crianças dependentes de servidores técnico-administrativos, docentes efetivos e substitutos, alunos de graduação e pós-graduação da UFC. A comunidade externa também pode concorrer a vagas. São 56 vagas ofertadas. A seleção desses alunos é feita por meio de sorteio, o que indica que existe uma demanda maior do que a oferta de vagas.

³ Foram utilizados nomes fictícios a fim de preservar a identidade das mulheres entrevistadas.

Na rede pública de Fortaleza, as vagas de creche são para crianças a partir de um ano de idade e há *déficit* de vagas. Em março de 2021, cerca de sete mil crianças, entre 1 e 3 anos de idade, aguardavam por vaga em creches públicas. (OLIVEIRA, 2021) Em relação à organização intrafamiliar, apesar de haver relatos em que os pais dividiam as tarefas com as mães, não se pode generalizar que o papel masculino mudou completamente. Para algumas famílias, a questão da falta de participação dos pais representou crises na relação afetiva do casal

Eu tava disposta a me divorciar porque na minha cabeça, enfim, o meu marido não era parceiro e eu queria um cara parceiro, sabe? Ele fazia o que ele podia, mas, enfim, as circunstâncias... Era muito difícil, era muito cansativo, eu tava exausta, eu tava preocupada, eu queria defender dentro do prazo, eu não queria prorrogar. (Janaína).

Em alguns casos, as mulheres relataram até haver essa divisão de trabalho, mas não sem cobrança, como o caso de Aline*:

Ele (marido) dizia que ele não estava aguentando, que se eu fosse mais um ano de doutorado ele não ia aguentar, ele ia separar de mim porque ele não tinha esposa e ainda tinha que ser pai e [inaudível] aos finais de semana, né? Porque a gente não tinha babá no final de semana. Tem uma babá que ajuda a gente, uma pessoa, uma funcionária que é minha funcionária até hoje, que me ajuda na semana porque eu era muito ausente, mas no final de semana, que era quando eu estudava pra escrever a tese, ele tinha que ficar com a criança, sozinho, sem babá. (Aline).

Outro aspecto percebido através dos relatos das pesquisadoras, é como a rede de apoio ainda é muito centrada em outras mulheres. Mães, tias, irmãs e amigas são as figuras frequentes de auxílio, que se mostraram muito importante, principalmente, no momento da escrita dos trabalhos: “[...] muitas das vezes, pra eu poder assistir aula, minha mãe tinha que vir do [outro estado do nordeste] pra poder ficar com ela e eu conseguir assistir aula. (Sâmia).

Além disso, o trabalho de cuidado remunerado, como babás, empregadas domésticas e até mesmo as equipes de educação infantil de escolas e creches brasileiras é, majoritariamente, formado por mulheres. Acrescenta-se nessa reflexão que um desses elementos apontados, o trabalho doméstico remunerado, precisa ser problematizado pela perspectiva de gênero e de raça. Bruschini e Lombardi (2010) afirmam que “é no trabalho das empregadas domésticas que as profissionais frequentemente irão se apoiar para poder se dedicar à própria carreira”, revelando uma bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. Como afirma Biroli (2018), “o cuidado é elemento organizador das relações”. Numa sociedade tão

marcada pela sobrecarga materna, essa acaba sendo uma categoria central para a trajetória profissional das mulheres mães. No entanto, essa não pode ser uma problemática de solução caseira apenas, é urgente que haja políticas públicas de apoio a essas mães.

5 Conclusão

É evidente a necessidade de apoio às mulheres mães na construção de uma carreira acadêmica. Não apenas pelo fato de que as mulheres dedicam o dobro de horas às atividades domésticas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019), mas também porque as atividades relacionadas à docência, acabam não se restringindo ao ambiente da universidade e invadem o ambiente doméstico (Teixeira, 2020, *apud* Rodrigues; Morais, 2021).

A superação dos entraves para conciliação entre maternidade e trajetória acadêmica, de modo que não sobrecarregue e nem acentue as desigualdades entre mulheres e homens, passa necessariamente, pela discussão sobre o cuidado com as crianças e não parte de soluções rasas meritocráticas ou individuais. É possível perceber que um cenário com maior equidade de gênero na ciência, deve ser construído a partir da desconstrução do modelo do papel masculino, ainda hoje, vigente no processo de cuidado e criação dos filhos, mas também, por políticas públicas que apoiem e deem suporte necessário às mulheres e às famílias, como um todo. Uma verdadeira transformação social requer, necessariamente, uma resposta do Estado, através de políticas públicas que enxerguem verdadeiramente o desafio de ser mãe, somado aos outros variados e legítimos anseios femininos.

A inclusão da maternidade no currículo *lattes* e a possibilidade de isso ser considerado em processos seletivos; a adoção de fatores de correção, relacionados à maternidade em editais; o funcionamento de creches nas universidades que atendam as alunas e, na falta disso, pelo menos o pagamento de um auxílio-creche; a concessão de licença maternidade para graduandas e pós-graduandas, são alguns exemplos de iniciativas que podem contribuir para dirimir as desigualdades no âmbito acadêmico.

Reforça-se, através dos dados produzidos e apresentados neste trabalho, a óbvia necessidade de mudanças a nível familiar, considerando que a sobrecarga materna impacta nas demais atividades exercidas pelas mulheres. Além disso, políticas públicas de apoio à maternidade, são necessárias e compreendemos ser um dever do Estado, tratando-se de justiça social e de reparação histórica para essa parte da população oprimida por séculos na história da humanidade, que somos nós, mulheres.

6 Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2019. 577 p. Tradução de: Sérgio Milliet.

BIROLI, Flávia. **Gêneros e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. 227 p.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2012.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. **A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 110, p. 67-104, jul. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/n110/n110a03.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. [S.I.]: [S.N], 2004. 506 p. Tradução do coletivo Sycorax. Disponível em: http://coletivosy-corax.org/wp-content/uploads/2019/09/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB-1.pdf Acesso em: 01 mar 2021.

GUEDES, Moema de Castro. **[Doc.GN] Fator F**, 2018. [Entrevista concedida à] Maria Lutterbach. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RukTR9VHcUg>. Acesso em: 30 out. de 2020.

GUEDES, Olegna de Souza; DAROS, Michelli Aparecida. **O cuidado como atribuição feminina: contribuições para um debate ético**. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 12, n. 1, p. 122-134, 15 jul. 2009. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/1679-4842.2009v12n1p122>. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10053/8779>. Acesso em: 29 out. 2020.

GONÇALVES, Alícia Ferreira. **Políticas públicas, etnografia e a construção dos indicadores socioculturais**. Aval – Revista Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, v. 1, p. 17-27, jun. 2008. Semestral. Disponível em: http://www.repositorio.UFC.br/bitstream/riUFC/22512/1/2008_art_afgon%c3%a7alves.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.

GUSSI, Alcides Fernando. **Apontamentos teórico-metodológicos para avaliação de programas de microcrédito**. Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas. UFC, número 1, p. 29-37, 2008. Disponível em: <http://www.repositorio.UFC.br/handle/riUFC/22513> Acesso em: 1 maio de 2021.

GUSSI, Alcides Fernando. **Outras epistemologias e metodologias: a experiência do mestrado de avaliação de políticas públicas**. Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, v. 2, n. 16, p. 168-183, dez. 2019. Disponível em: <http://repositorio.UFC.br/handle/riUFC/49873>. Acesso em: 22 maio 2021.

GUSSI, Alcides Fernando. **Mesa-redonda: avaliação de políticas públicas – desafios para a gestão pública**. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YCYQiTMvYpo>. Acesso em: 29 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mulheres com crianças até três anos de idade em casa têm menor nível de ocupação**. Agência de notícias IBGE, 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30173-mulheres-com-criancas-ate-tres-anos-de-idade-em-casa-tem-menor-nivel-de-ocupacao> Acesso em: 2 mar. de 2022.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. Trabalho feminino e mudanças nas famílias no Brasil (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero. **Revista Gênero**, v. 16, n. 2, p. 173-199, Semestre 1, 2016.

JOÃO NETO. **Mulheres dedicam quase o dobro do tempo dos homens em tarefas domésticas**. Agência de notícias IBGE, 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/24267-mulheres-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo-dos-homens-em-tarefas-domesticas>. Acesso em: 20 out de 2020.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de gênero. In: EMÍLIO, Marli et al. (Org.). **Caderno Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. São Paulo, n. 3, p. 55-64, dez. 2003.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Pensamento Cultrix Ltda., 2019. 527 p. Tradução de: Luiza Sellera.

LINO, Tayane; MAYORGA, Cláudia. As mulheres como sujeitos da Ciência: uma análise da participação das mulheres na Ciência Moderna. **Revista Saúde e transformação Social**, v.7, n.3, p.96-107, 2016.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Martha Silva; LIMA, Telma Cristiane Sasso de. Quem cobre as insuficiências das políticas públicas? Contribuições para o debate sobre o papel da família na provisão de bem-estar social. **Revista de Políticas Públicas**, v. 10, p.165-185, jan./jun. 2006.

OLIVEIRA, Amurabi; MELO, Marina Félix de; RODRIGUES, Quemuel Baruque de; PEQUENO, Mayres. Gênero e desigualdade na academia brasileira: uma análise a partir dos bolsistas de produtividade em pesquisa do CNPq. **Configurações**, [S.L.], n. 27, p. 75-93, 17 jun. 2021. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/configuracoes.11979>. Disponível em: <https://journals.openedition.org/configuracoes/11979>. Acesso em: 15 jan. 2023.

OLIVEIRA, Isaac de. Mesmo com aumento de vagas, fila para creches permanece. **O povo**. 2021. Disponível em: <https://mais.opovo.com.br/jornal/cidades/2019/02/>

38113-mesmo-com-aumento-de-vagas--fila-para-creches-permanece.html. Acesso em: 24 nov. 2021.

PASSOS, Luana. Conciliação entre trabalho e família e individualização das mulheres brasileiras. In: **Revista Gênero**, v. 16, n. 1, p. 107-132, Semestre 2, 2015.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007. 184 p. Tradução de: Angela M. S. Côrrea.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), [S.L.], v. 19, n. 3, p. 723-747, nov. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-40772014000300010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/yQz6tVyGStDkzSMZcVpkTbT/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 mar. 2022.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Avaliação em profundidade e ecologia política: um diálogo possível. **Aval – Revista Avaliação de Políticas Públicas**, Fortaleza, v. 2, n. 16, p. 184-207, dez. 2019. Semestral. Disponível em: <http://repositorio.UFC.br/handle/riUFC/49874>. Acesso em: 27 maio 2021.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais**. Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas. UFC, número 1, 2008, p.7-15.

RODRIGUES, Jaqueline Sobreira; MORAIS, Normanda Araujo de. INTERAÇÃO FAMÍLIA-TRABALHO: um estudo sobre maternidade na pós-graduação. **Revista da Spagesp**, São Paulo, v. 2, n. 22, p. 147-167, 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v22n2/v22n2a12.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.

SCAVONE, Lucila. **Maternidade**: transformações na família e nas relações de gênero. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, p. 47-59, fev. 2001. Mensal. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/icse/v5n8/04.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2020.

STANISCUASKI, Fernanda. **Fernanda Staniscuaski – Lugar de Mulher**, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MUUuHUCZ2lg>. Acesso em: 18 ago. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Edital nº 02/2022**, de 4 de agosto de 2022. Seleção para o doutorado em Filosofia – turma 2023.1. UFC, 2022.

MÃES UNIVERSITÁRIAS: EXPERIÊNCIAS DE GRADUANDAS DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (2015 – 2021)

Eloá Cristina Arruda Martins
Juliana Silva Santana

1 Introdução

Ao se tratar do ambiente universitário, sobretudo, em nível de graduação, podemos ser levados a projetar apenas pessoas jovens, dedicadas apenas aos estudos ou que se dividem entre os estudos, os estágios e os empregos formais. No entanto, a Universidade é também formada por um importante grupo, por vezes, invisibilizado, que é o das mães universitárias. Mesmo a universidade não sendo um espaço acolhedor para esse grupo, a determinação e o enfrentamento contra um sistema que as oprime e invisibiliza, as faz continuar, muitas vezes, às custas de sua saúde mental, prejudicada diante das tentativas de equilibrar estudo, trabalho, cuidado parental e tarefas domésticas.

No âmbito doméstico, é comum uma recém mãe sentir-se sozinha, por vezes, triste, consciente de que nada será como antes e que já não é prioridade. O puerpério, período pós- parto, intensifica esses sentimentos e, por isso, é essencial que a mulher conte com uma rede de apoio e com a participação ativa do companheiro(a) para atravessar essa fase. Já no contexto acadêmico, essa mesma mulher experiencia sentimentos de solidão e incompreensão, duvidando constantemente, da possibilidade de conseguir ser mãe e universitária, concomitantemente. Tais sentimentos também estão relacionados à necessidade/ausência das redes de apoio.

O edital n° 04/2023, da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, da Universidade Federal do Ceará (UFC), dispõe de 22 bolsas de auxílio creche, uma quantidade totalmente irrisória, considerando que 11.4% dos discentes matriculados em universidades federais, são mães e pais (Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior, 2018). Em contrapartida, ainda que tal situação seja precária, encontramos realidades ainda mais injustas, como é o caso da Universidade Estadual do Ceará, *lócus* desta pesquisa, que não oferece auxílio financeiro específico para mães, não há brinquedoteca e nem creche universitária, por exemplo.

Esse contexto endossa tantos outros vivenciados por mães universitárias brasileiras, de modo que delineamos como objetivo desta pesquisa, ouvir a história dessas mulheres – mães universitárias – para compreender como elas se sentiram e vivenciaram o período da gestação, os desafios enfrentados na universidade e como lidaram com as constantes tentativas de aniquilá-las da carreira científica.

Como instrumento de construção de dados e referencial para análise dos dados, utilizaremos a Entrevista Narrativa (Schutze, 2013), com forte influência de Souza et al. (2021).

A pesquisa foi realizada com duas graduandas do curso de Ciências Biológicas Licenciatura, que engravidaram no período de 2015 a 2021. Esse recorte compreendeu o período de graduação da pesquisadora e de levantamento de dados para a realização do seu trabalho de conclusão de curso (TCC¹). O presente artigo é, portanto, um desdobramento e aprofundamento de algumas categorias dessa pesquisa/monografia.

A maioria das graduandas, colaboradoras da pesquisa, fez parte da história da pesquisadora, seja estudando junto ou como apoio emocional em momentos de fragilidades, o que torna esse trabalho, afetuosamente, mais significativo. As entrevistas foram realizadas pela plataforma virtual *Google Meet* e também via *WhatsApp*, marcadas em horários diferentes, de acordo com a disponibilidade das graduandas. As entrevistas duraram, em média, 30 minutos, e abordaram assuntos relacionados à maternidade e Universidade, levando em consideração os eixos temáticos.

A partir disso, organizamos esse artigo em quatro seções, sendo a primeira, esta introdução, em que também apresentamos resumidamente a metodologia da pesquisa; a segunda, em que trazemos nossa fundamentação teórica; a terceira seção, em que apresentamos e analisamos os dados a partir das falas das colaboradoras, as duas mães universitárias do curso de Ciências Biológicas da UECE; em seguida, concluimos o texto com as considerações finais e referências.

2 Maternidade e universidade: quais relações podemos tecer?

De acordo com dados divulgados no Censo da Educação Superior (Brasil, 2019), as mulheres estão em maior quantidade entre os estudantes nas universidades, indicativo de uma conquista histórica das lutas feministas. No entanto, a presença das mulheres nos diferentes espaços por elas desejados, não significa, necessariamente, que exista a condição para essa permanência, fazendo com que, em muitos casos, as jornadas sejam exaustivas e os desafios sejam constantes. Tabak (2002, p. 19), ao discutir a participação das mulheres no campo da Ciência e Tecnologia, denuncia que, “embora não exista uma discriminação formal ao acesso das mulheres à comunidade científica, a participação das mulheres na produção da Ci-

¹ Trata-se da monografia intitulada “Vivências e desafios da maternidade na graduação por alunas de uma graduação pública”, de autoria da pesquisadora Eloá Cristina Arruda Martins, orientada pela Prof^a Dr^a Maria Elane de Carvalho Guerra e coorientada pela Prof^a Dr^a Juliana Silva Santana. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=107774>. 2022

ência e da Tecnologia é limitada”, tais limitações não estão relacionadas ao interesse e capacidade dessas mulheres, mas à fatores macroestruturais, que minam as oportunidades, afunilando-as a ponto de favorecer sobretudo cientistas homens.

Dentre esses fatores macroestruturais, podemos citar o machismo e a estrutura patriarcal, que imprime um papel social à mulher, atribuindo-a valores e comportamentos, como se fossem de ordem biológica, negando aos homens, sua parcela de responsabilidade. Concordamos com Beauvoir (2009), quando afirma que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Assim, problematizamos, especificamente, a questão da parentalidade, quando percebemos o quanto espera-se que as mulheres mães assumam todos os cuidados parentais enquanto dos homens pouco se cobra, pouco se espera, pouco os responsabiliza.

Uma pesquisa realizada pelo Ministério da Educação, a Organização dos Estados Ibero americanos (OEI) e a Faculdade Latino-americana de Ciências (FLACSO), mostrou que a gravidez configura entre os três principais motivos para que estudantes universitárias se afastem de seus estudos, sobretudo, por não contarem com uma rede de apoio ou até mesmo por serem desencorajadas por seus companheiros a continuarem estudando (Zinet, 2016).

O feminismo, sobretudo, o feminismo negro, fortalece a concepção de que a criação de uma criança não é tarefa apenas da mulher, mas de toda a sociedade. Assim, hooks (2019, p. 113), ao discutir maternagem e paternagem feministas assevera:

Uma das intervenções mais positivas do movimento feminista em nome das crianças foi criar uma maior conscientização cultural da necessidade de participação igual dos homens na criação, não somente para construir equidade de gênero, mas também para estabelecer melhores relacionamentos com as crianças.

Nessa perspectiva, a mulher mãe não precisaria escolher entre ser uma profissional ou uma pesquisadora ou uma estudante. Ela teria condição, com a participação de sua rede de apoio, de ocupar diferentes funções, integralizando seus desejos, suas responsabilidades, seus talentos. No entanto, numa sociedade machista como a que vivemos, os cuidados parentais recaem apenas sobre as mulheres (mães, avós, tia, cuidadoras), que apresentam dificuldades em conciliar a vida profissional e acadêmica com a maternidade. De forma interseccional, mulheres mães pobres e pretas, sofrem ainda mais com esse sistema e, por vezes, nem sequer rompem as inúmeras barreiras postas ao seu ingresso à Universidade: “a interseccionalidade nos mostra como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos” (Akotirene, 2020, p. 63).

Reiteramos, diante de um contexto de barreiras diversas à participação e permanência de mulheres mães nas universidades e na Ciência, nossa comunhão com os movimentos de ruptura e de insurgência, experienciados por mulheres mães e cientistas, dos quais destacamos o Parent in Science², grupo formado por cientistas mães e pais, que surgiu com o intuito de levantar a discussão sobre a maternidade e paternidade, dentro do universo da ciência do Brasil; e o Grupo de Estudos em Gênero, Interseccionalidade, Parentalidade na Educação (GIPE³), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), que interessa-se pela questão das mulheres mães, promovendo pesquisas sobre, além de criar oportunidades diversas para que as mães universitárias vivenciem pesquisa e extensão, durante sua graduação, dentre outras ações. É, em larga medida, inspirado nesses e em outros grupos, nessas discussões e nesse campo do conhecimento, que nos somamos, trazendo nesta pesquisa, um recorte das realidades de mulheres mães, graduandas em Ciências Biológicas, na Universidade Estadual do Ceará.

3 Experiências de mães universitárias do curso de Ciências Biológicas (2015 – 2021) da Universidade Estadual do Ceará

Nesta seção, apresentamos trechos das entrevistas realizadas com duas mães universitárias do curso de Ciências Biológicas da UECE. Para tal, fazemos uso do percurso teórico-metodológico, apresentado por Moura e Nacarato (2017), também utilizado e exemplificado em Sousa et al (2021), no uso da Entrevista Narrativa – EN. As entrevistas foram marcadas em comum acordo com a pesquisadora e cada entrevistada, levando em conta sua disponibilidade, e levaram em torno de 30 minutos e aconteceram pela *internet*, com uso do celular. Os áudios foram gravados, transcritos e autorizados pelas entrevistadas. A apresentação dos dados estrutura-se com base no itinerário metodológico indicado, e aqui está sendo utilizado para contar sobre as realidades dessas colaboradoras da pesquisa a partir de suas próprias falas e, com isso, refletir sobre como essas (e outras!) mulheres mães vivenciam a experiência concomitante de gestar e graduar-se. Para garantir o anonimato das colaboradoras, as identificamos no texto como **Graduandas-Mãe**, assim sendo GM1 e GM2.

3.1 Análise das entrevistas das colaboradoras da pesquisa

A apresentação e a análise dos dados começam com o exercício de identificar e destacar os elementos indexados e não-indexados, para conhecer características objetivas e subjetivas das entrevistadas, individualmente.

² Ver <https://www.parentinscience.com/>

³ Ver <https://www.instagram.com/gipeufcg/>

Nessa etapa, conseguimos conhecer as participantes naquilo que compõe os elementos concretos de suas narrativas (os elementos indexados) e os elementos subjetivos relacionados aos valores e juízos apresentados na fala (elementos não-indexados):

QUADRO 01 – Dados da entrevista Narrativa de GM1

ELEMENTOS INDEXADOS (QUEM FEZ, O QUE, QUANDO, ONDE, POR QUE?)	ELEMENTOS NÃO- INDEXADOS (VALORES, JUÍZOS)
<p>GM1 é aluna de Ciências Biológicas e tem interesse em Ecologia e Ornitologia. É uma aluna muito dedicada e cumpre suas atividades muito bem. É mãe solo da criança I. de 3 anos de idade, nascida de parto domiciliar. Desde criança, GM1 falava que queria ser bióloga.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Para GM1, a Universidade não é lugar para mães, principalmente, mães solas, por isso se esforça para ter boas notas e entregar um bom desempenho acadêmico. Acredita que a maternidade a deixou mais focada. Procura achar um equilíbrio para falar sobre a maternidade com professores e colegas de curso sem parecer vítima daquela situação que ela escolheu estar. - Foi difícil aceitar que estava grávida, pois, além de estar em um relacionamento abusivo, foi de encontro aos seus valores de ter um filho somente por volta dos 35 anos, quando pretendia estar com a vida estabilizada e ter boas condições de criar uma criança. Foi um processo longo e que até hoje precisa lidar. Ao mesmo tempo que existe esse conflito, existe a felicidade de ter a filha - Sentiu-se insegura para voltar à presencialidade, no semestre 2022.1 sobretudo por acreditar que estaria com uma turma bem mais jovem, enquanto seus amigos já estão no mestrado, no doutorado ou no mercado de trabalho. Essa sensação passou após regressar, de fato, à universidade. - Aponta que as aulas remotas foram uma loucura, pois não tinha rede de apoio e, ao mesmo tempo que cozinhava e dava o almoço de sua filha, assistia às aulas. Que olha para trás e se pergunta como aguentou passar por tudo isso. - Atualmente, sua filha fica na creche em período integral e conta com seus pais como rede de apoio. Conta que a logística com sua filha e a universidade está equilibrada e agora suas questões são mais psicológicas e emocionais por ter alguns conflitos com sua mãe.

FONTE: Arquivos da pesquisa (2022)

QUADRO 02 – Dados da entrevista Narrativa de GM2

ELEMENTOS INDEXADOS (QUEM FEZ, O QUÊ, QUANDO, ONDE, POR QUÊ?)	ELEMENTOS NÃO- INDEXADOS (VALORES, JUÍZOS)
<p>GM2 graduou-se em Ciências Biológicas em 2021 e está fazendo especialização em biologia marinha. Teve dois filhos durante seu tempo de graduação, uma menina do seu relacionamento anterior e um menino com seu atual companheiro, no período da pandemia de Covid-19. É professora e também empreendedora. Seus dois filhos foram planejados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - GM2 não sofreu preconceito por parte dos alunos e professores da Universidade. - Conta que sua experiência foi tranquila, apesar de tudo teve muita ajuda, teve professores compreensivos. - Foi complicado quando estava escrevendo sua monografia, pois tinha um recém-nascido e uma criança pequena para cuidar. - Conta que tinha muita fé que ia conseguir concluir e que a ideia de ter o diploma na mão, a fez não desistir.

FONTE: Arquivos da pesquisa (2022)

3.2 Análise formal do texto

Nesse momento da análise, dedicamo-nos a realizar uma análise textual das narrativas das colaboradoras da pesquisa, intencionando classificar trechos de suas falas em comunicativos, argumentativos e explicativos (Moura; Nacarato, 2017). Inspiradas na legenda utilizada por Souza et al (2021, p.141), utilizamos os seguintes destaques textuais: “uso do negrito, simbolizando o esquema comunicativo do texto; uso do itálico para representar o esquema comunicativo argumentativo e sublinhado para representar o esquema comunicativo explicativo”:

QUADRO 03 – Análise formal da entrevista narrativa GM1

TEXTUALIZAÇÃO DA ENTREVISTA		
Esquema comunicativo do texto	Esquema comunicativo argumentativo	Esquema comunicativo explicativo
<p>(...) Sempre fui muito prática, desde a gravidez eu sabia que não ia ta com ele (ex companheiro) e ia ser mãe solo, coloquei isso na minha cabeça, vou ser mãe solo. Eu que vou tomar as rédeas, eu que eu vou ter as responsabilidades na frente de tudo, <u>porque ele é uma pessoa que assim... não quero falar dele</u>. Mas assim, eu percebi que eu ia estar nesse lugar <u>de responsabilidade como qualquer mulher</u>, só que eu muito mais (...). (...) Eu consegui voltar pra UECE, um dia antes, já tinha aula, as aulas já tavam acontecendo. Me matriculei em bio mol e sistemática e foi muito bom, não achei ruim, foi uma coisa pra eu me ocupar além da maternidade <u>porque eu estava integralmente com a minha filha, não fazia nada além disso (...)</u>.</p> <p>(...) Então eu sabia o que eu queria estudar, mas não sabia o que eu queria fazer dentro da biologia. Então a minha vivência na Chapada diamantina me levou pra ecologia e pra ornitologia, então me descobri dentro da Universidade. (...) Muita coisa pra fazer paralelo à Universidade, aí quando eu voltei pra cá (Fortaleza) tava um pouquinho mais de boa e foi a primeira vez que ela foi pra creche. Essa transição de I. na creche, longe de mim, sendo ela acostumada a estar comigo todo dia, foi bom porque ela gosta da escola, mas ela também estranhava. Eu deixando ela na creche e assistindo aula (...) na época do desmame, foi no final do semestre de 2020 e todos os trabalhos atrasados e ainda consegui passar com uma nota excelente. Eu tava focada, o que deixa minha cabeça no lugar é faculdade e academia, se não fosse isso eu nem sei como eu ia tá. Tem dia que eu chego na UECE e só tá o corpo (...).</p>		

FONTE: Arquivos da pesquisa (2022)

QUADRO 04 – Análise formal da entrevista narrativa GM2

TEXTUALIZAÇÃO DA ENTREVISTA		
Esquema comunicativo do texto	Esquema comunicativo argumentativo	Esquema comunicativo explicativo
<p>Eu comecei uma especialização, não tranquei, mas deixei lá. Eu sempre converso com a coordenadora sobre a minha especialização que é muito complicado, <u>eu tenho dois filhos</u>, não consigo estudar e me concentrar (...). Apesar de tudo, eu considero que a minha experiência foi muito tranquila, não sofri preconceito, na verdade recebi muita ajuda. Sempre tive muita sorte com professor e eu acho que eu tive mais sorte ainda <u>porque eu tava no final do meu curso pelo menos na gravidez do J. (...)</u>.</p>		

FONTE: Arquivos da pesquisa (2022)

3.3 Análise da entrevista textualizada

O terceiro passo no processo analítico, consiste em realizar uma análise da entrevista textualizada, que se refere a identificar a relação entre trechos das falas das entrevistadas e os eixos de análise. Esses eixos foram delineados a partir dos objetivos da nossa pesquisa, que nos permitiu perceber pontos em comum nas narrativas das graduandas mães colaboradoras do estudo. Assim, os eixos de análise são: 1. O período da gravidez; 2. Desafios de conciliar a maternidade e a universidade e 3. Desempenho na universidade:

QUADRO 05 – Análise da Entrevista Textualizada GM1

<p>(...) Eu tive dois filhos dentro da minha formação na biologia. Eu morava com o pai da minha primeira filha. A minha primeira gravidez foi planejada. Na minha experiencia foi até tranquilo porque não foi uma surpresa e em relação a faculdade porque eu tinha eu tinha o apoio dele então não foi uma coisa que eu fiquei preocupada (...)</p>	<p>O período da gravidez</p>
<p>(...) Agora assim, a minha gravidez na faculdade em si, ir pras aulas foi muito difícil né, por tudo. Foi difícil porque eu não consegui botar muitas cadeiras, trancava porque não conseguia acompanhar, tinha consultas, ficava cansada e era assim. Aí na minha segunda gravidez foi na pandemia, foi planejada. Fiquei grávida aí começou a pandemia e assim dessa forma foi bem mais tranquilo, porque foi tudo online, as aulas foram online. Apesar de Eu não ter os obstáculos que eu tive na primeira gravidez, de ter que ir na uece de deixar o bebê com alguém ou então de não poder ir, teve obstáculos porque a gente tá em casa, a gente tem que olhar a criança ne. Na minha segunda gravidez, eu já tinha a D. ela era menorzinha então eu tinha que conciliar, tinha que fazer tudo, tinha que olhar ela e depois quando o J. nasceu, foi mais complicado ainda porque era um recém-nascido, e tinha que escrever a monografia aí também assim, eu tinha fé porque eu sabia que eu ia receber o meu diploma, eu terminando aquilo ali, era diploma na mão, então não vou desistir ne. Foi sangue no olho, mas aí eu consegui. Eu escrevi minha monografia e olhando um recém-nascido e na minha defesa o pai dele que tava com o J. e assistindo.</p>	<p>Desafios de conciliar a maternidade e a universidade</p>
<p>(...) Acho que minhas notas não diminuíram depois que virei mãe porque eu botava pouquíssimas cadeiras. Eu sabia que se eu fosse no mesmo ritmo, eu não ia conseguir, eu ia botar muita cadeira so pra reprovar, pra tirar nota baixa, pra pirar. Porque você botar muita cadeira sabendo que vai reprovar, é loucura(...).</p>	<p>Desempenho na universidade</p>

FONTE: autoria própria.

Quadro 6 – Análise da Entrevista Textualizada GM2

(...) no São João de 2018 eu descobri que tava grávida, eu já tava bem mal psicologicamente e o negócio piorou. Então foi um trimestre, o primeiro trimestre da gravidez, foi muito ruim. Eu tive vários surtos, tive muita raiva, eu não queria, demorei pra aceitar. Então foi um processo bem demorado, até hoje é um processo que eu tenho, é um sentimento que tenho que conciliar. Ao mesmo tempo que existe a rejeição, existe a felicidade de ter a filha. (...)	O período da gravidez
(...) Eu queria ter a Uece de volta, aí eu voltei sendo mãe e foi uma loucura. Eu fazendo comida, dando o almoço dela e assistindo aula. Eu fazendo faxina na casa e apresentando trabalho tudo ao vivo (...)	Desafios de conciliar a maternidade e a universidade
(...) Meu desempenho não diminuiu. Não sei se acontece contigo mas a maternidade deixa a gente muito focada porque como é um trabalho muito intenso, diário que você observa o que é realmente importante no dia a dia, você consegue dar muita atenção de qualidade pras coisas que você faz. Então eu to conseguindo dar atenção pras coisas da Universidade do que quando eu entrei.(...)	Desempenho na universidade

FONTE: autoria própria.

3.4 Comparação contrastiva do texto a partir dos eixos da pesquisa

Com base nas análises individuais de cada colaboradora da pesquisa, conseguimos conhecer as experiências individuais de duas mulheres mães universitárias, considerando os desafios enfrentados na sua experiência durante a graduação. Agora, nesta etapa da análise, conseguimos pensar nas questões explicitadas, de forma contextualizada, ao identificarmos as semelhanças/núcleo comum e as singularidades. Sousa *et al* (2021, p. 443) explicam que:

As falas comuns permitem vislumbrar as histórias coletivas e nos fazem perceber onde estão assentadas estas experiências, as falas específicas dão indícios da pluralidade do universo das entrevistadas, afirmando a impossibilidade de generalização dos achados da pesquisa, pois achados e dados gerais não contemplam as especificidades do grupo estudado, já que, (...) o mesmo encontra-se à margem do poderio político, econômico e científico.

EIXOS	SEMELHANÇAS/ NÚCLEO COMUM	SINGULARIDADES
1	Questionamentos acerca de seu futuro	GM1: a notícia da gravidez veio numa fase muito difícil de sua vida, sentiu raiva e não queria aceitar. Foi um processo demorado e até hoje é um sentimento que tem que lidar. Desde o começo da gestação sabia que seria mãe solo e que iria estar nesse lugar de responsabilidade como qualquer mulher, porém ela, muito mais. GM2: diante do planejamento da gravidez e da rede de apoio, sua experiência foi mais tranquila e viável.

2	<p>Enfrentamento de desafios para conciliar a maternidade e a universidade</p> <p>Assumem responsabilidades domésticas, profissionais e acadêmicas.</p> <p>Contam com rede de apoio (familiares/creche).</p> <p>Desconheciam a Lei 6.202/75 que atribui à estudante em estado de gravidez, o direito de estudar em caráter de regime domiciliar.</p>	<p>GM1: O retorno às aulas presenciais foi melhor que a fase de aulas remotas, pois estava sozinha sem rede de apoio e agora sua filha está na creche em período integral.</p> <p>GM2. Planejou a gravidez de seus dois filhos e as crianças contaram com cuidados paternos.</p>
3	<p>Assumem menos disciplinas do que os outros alunos e levam mais tempo para concluir a graduação.</p> <p>Assumem uma postura de aceitação de que terão que se adaptar constantemente devido aos acontecimentos e situações inesperadas do cuidado parental</p> <p>O desempenho não caiu e as notas se mantiveram.</p> <p>Ambas percebem que precisam ir num ritmo mais lento para conseguir acompanhar o curso e não reprovar nas disciplinas.</p>	<p>GM1: sua dedicação à Universidade é maior do que antes de ser mãe, pois agora está mais motivada por ter encontrado seu caminho e estar mais madura.</p> <p>GM2: aprendeu com a maternidade a manter-se mais focada nas atividades.</p>

FONTE: Arquivos da pesquisa (2022)

4 Conclusão

Ao conhecer a história dessas mulheres mães universitárias, constatamos o quão difícil é para a mulher prosseguir na academia, após engravidar, o que não tem relação apenas com a gestação em si, mas principalmente, com a condição imposta pelo patriarcado, de que as responsabilidades pela criança, desde o ventre são, majoritariamente, da mãe.

A continuidade dos estudos na graduação, para essas mães, depende diretamente de uma rede de apoio – companheiros(as), familiares, vizinhos, amigos, carece de apoio da própria universidade, com incentivos financeiros que auxiliem nos pagamentos dos serviços de cuidado com a criança ou com creches universitárias e espaços outros, que tenham condição de acolher essas crianças enquanto suas mães estudam.

A lei que garante à estudante grávida, estudar em seu domicílio, é desconhecida. Assim, as graduandas mães dependeram do suporte subjetivo e objetivo de seus professores, visto que a demanda não se restringe apenas a permanecer em

casa, mas também tem relação com consultas, (in)disposição da gestante, questões afetivo-emocionais, dentre outras.

Efetivamente, as rotinas universitárias esperam dos graduandos, tempo de estudos e leitura, participação em grupos de pesquisas e eventos científicos, rotina de trabalhos e avaliações em diferentes disciplinas, dentre tantas outras demandas. Desconsideram, muitas vezes, que esse modelo exclui diversos grupos da experiência no Ensino Superior e, com isso, contradiz os direitos conquistados através, principalmente, das lutas dos movimentos sociais, para que a Universidade seja um espaço inclusivo, de oportunidades para todos e todas.

Lidar com todas as dificuldades impostas e permanecer no curso, mesmo após ser mãe, tem sido cansativo e desafiador para muitas mulheres, o que, em alguns casos, é visto como uma desistência dos estudos e evasão dessa mulher. Para nós, isso pode ser lido como uma expulsão, uma produção sistemática de barreiras que não permitem a permanência dela na graduação. Tal situação precisa ser revista.

Salientamos, portanto, a urgência desse repensar a universidade (e a sociedade), de forma que atenda aos diferentes grupos sociais, em destaque às mulheres mães universitárias, distanciando-se desse modelo elitista, machista e patriarcal. Para tal, entendemos a necessidade de um esforço por parte das gestões públicas e privadas, através da criação e manutenção de mais creches universitárias, auxílio creche, moradia estudantil, com condições de acolher crianças, dentre outras ações que garantam, de fato, uma educação inclusiva e possível para mães universitárias.

5 Referências

ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. V **Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES** – 2018. Brasília: ANDIFES, 2018. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/vpesquisa-nacional-de-perfil-socioeconomico-e-cultural-dos-as-graduandos-as-das-ifes2018/>. Acesso em: 11 nov. 2021.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaira, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**. Notas Estatísticas, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

MOURA, Jónata Ferreira de; NACARATO, Adair Mendes e. **A entrevista narrativa: dispositivo de produção e análise de dados sobre trajetórias de professores**.

Cadernos de Pesquisa, São Luís, v. 23, n. 2, p. 15-30, abr. 2017. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa>. Acesso em: 28 de abril de 2023.

SCHUTZE, F. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. In: WELLER, W.; PFAFF, N. (Org.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

SOUSA, K. M. et al. **Negras, mães, educadoras na pandemia: constituição de um corpus metodológico para desvendar “porteira adentro”**. In: SILVA, Maria Elie-ne Magalhães da; COELHO, Raimunda de Fátima Neves. (Org.). Educação e saúde para igualdade em relatos de experiências e pesquisas na pandemia: foco na educação especial, EJA, indígena, quilombola, básica e superior. 1. ed. Fortaleza: IMPRECE, 2021. p. 433-448.

TABAK, Fanny. **O laboratório de Pandora: estudos sobre a ciência no feminino**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. **Edital Processo seletivo unificado 2023.1**. Fortaleza. p. 20. 6 mar. 2023.

ZINET, Caio. **Gravidez é responsável por 18% da evasão escolar entre meninas**. Flacso Brasil, 2016. Disponível em: <http://flacso.org.br/?p=14369>. Acesso em: 18 de maio de 2023.

MATERNIDADE, ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE NA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI

Livia Maria Nascimento Silva

1 Introdução

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de iniciação científica, iniciada em 2018 e finalizada em 2019, que buscou analisar os obstáculos na formação acadêmica das mães estudantes da Universidade Regional do Cariri (URCA), observando os fatores de acesso, permanência e desempenho na educação superior. Para tanto, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com emprego de questionários semiestruturados.

O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado previamente pelo comitê de ética competente (CAAE: 06442918.8.0000.5055), resguardando os princípios e diretrizes das normas sobre ética na pesquisa. Ao todo, foram 102 respostas coletadas, no período de maio a junho de 2019 e, através das análises e discussões, foi averiguado que as alunas mães enfrentam diversos óbices para ingressar, permanecer e alcançar bom desempenho nos cursos de graduação desta instituição.

Averigua-se no estudo, a necessidade da existência de políticas públicas estudantis que contribuam para a equidade entre mulheres que são mães e outros alunos no espaço educacional. Que sejam criadas e implantadas estratégias, no sentido de assegurar o pleno acesso dessas mulheres, como também garantir sua permanência e qualidade no desempenho acadêmico, como bolsas de assistência estudantil, creche universitária e outras políticas.

A relevância dessa pesquisa reside em não somente dar visibilidade as dimensões das dificuldades enfrentadas pelas mulheres que são mães, mas primordialmente, para contribuir na criação e implantação de políticas de assistência estudantis, capazes de combater a exclusão das mulheres no espaço acadêmico.

2 Resultados e discussões

As primeiras perguntas do questionário referiam-se a fatores socioeconômicos, a fim de caracterizar as condições de vida e o perfil das universitárias. Com relação à idade, ficou demonstrado a prevalência de ocorrência da gravidez na juventude, que abrange o período entre 15 e 29 anos de idade. Conforme os dados, “outro indicador que permite monitorar a proteção da infância, da adolescência e da juventude das mulheres é taxa específica de fecundidade das mulheres de 15 a

19 anos de idade, também conhecida como taxa de fecundidade adolescente” (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2018, p. 11-17). Isso tem demonstrado desigualdades de gênero, racial e geográfica, já que os índices do Norte e Nordeste são maiores que outras regiões do Brasil.

Sobre o estado civil das participantes, apresentaram-se 31 solteiras, 07 divorciadas, 04 separadas; de outro lado, são 37 casadas, 23 em união estável, considerando a soma das que responderam união estável, namorando e residindo com o companheiro, já que além das modalidades oficiais de estado civil apresentadas para assinalar, foi deixado a opção “Outros” para complementação. Esse número considerável de mães solteiras, divorciadas e separadas (42), quando analisado junto as questões relativas à companhia de moradia e fonte de apoio para com o filho, caracteriza uma alta incidência de mulheres como principal responsável pelos cuidados com os filhos e pela chefia do lar. Os efeitos dessa realidade podem ser percebidos pela fala da estudante abaixo:

Em consequência de ser chefe de família e ter que trabalhar fora para o sustento de todos, não disponibilizo de tempo suficiente para a quantidade de atividades que me são delegadas. Teria que disponibilizar de mais de 24 horas para execução de todas as atividades incluindo a terceira e quarta jornada, uma vez que também sou do lar e só disponibilizo da madrugada para executar minhas atividades acadêmicas (aluna do 5º semestre de Letras, renda de até um salário mínimo, solteira, parda, 02 filhos com idade com 10 e 25 anos).

Essa multidimensionalidade da mulher no lar, que gera uma grande sobrecarga sobre ela, é recorrente na maioria das famílias que as mulheres são chefes. De acordo com o estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), “Retrato das desigualdades de gênero e raça” (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, 2017), entre o período de 1995 a 2015, houve um aumento de 18 pontos percentuais na proporção de mulheres chefes de famílias nas cidades – passando de 23%, em 1995, para 40%, em 2015. Segundo a pesquisa, o problema reside no fato de que há maior vulnerabilidade nos domicílios chefiados por mulheres negras, quando comparados aos domicílios chefiados por mulheres brancas e por homens.

Nesse contexto, quando perguntadas sobre a cor ou raça, 54 se declararam pardas, 22 pretas, 21 brancas, 04 amarelas e 01 indígena. Ao abordar a temática do acesso à educação superior, numa perspectiva de gênero, raça e classe, Goiana et al. (2017) fez um estudo na URCA e apresenta dados que demonstram que as mulheres negras são minoria nos cursos de graduação desta Instituição de Ensino Superior. Na fundamentação teórica deste referido trabalho, é destacado que o direito à edu-

cação no Brasil, a partir de uma análise histórica, é marcado por elementos racistas e sexistas, “onde as mulheres demoraram séculos para terem direito ao seu acesso e quando, iniciando com mulheres brancas, deixando às mulheres negras a margem do esquecimento” (Goiana, et al., 2017, p.216).

Tendo em vista os fatores históricos e sociais que geram desigualdades no que se refere a população negra e indígena no Brasil, as políticas de cotas nas universidades cumprem a função de democratizar o acesso desses sujeitos na educação superior. Na URCA, as cotas foram adotadas desde o ano 2018, mas faz-se necessário, além de garantir meios de ingresso na universidade, assegurar a permanência e a qualidade na formação dessas pessoas nos cursos de graduação, pois as dificuldades financeiras e de moradia, por exemplo, refletem diretamente no *déficit* no aprendizado e engajamento dos alunos no ensino, na pesquisa e na extensão, podendo inclusive, ser causas para a evasão, conforme analisado no primeiro capítulo.

Uma estudante, mãe de 2 filhos, do 7º semestre do curso de Ciências Sociais, afirma: “Tem gente que pensa que só em conseguir ingressar em uma universidade pública já é o suficiente, mas não é. A gente tem que permanecer e concluir e isso é difícil”. A aluna destacou o quanto é difícil conciliar o trabalho, a maternidade e os estudos, enfatizando o seu lugar de fala enquanto mulher negra e baixa renda.

Desse modo, sobre a renda familiar, foi utilizado como base de cálculo, o salário mínimo vigente no ano 2019, no valor de R\$ 998,00. Verificou-se que 35 pessoas são baixa renda, ou seja, possuem a renda equivalente a meio salário mínimo por membro da família, e estão inscritas no Cadastro Único do Governo e/ou recebem algum benefício de prestação continuada, como o Bolsa Família; 30 possuem até um salário mínimo; 21 delas, de 01 a 02 salários mínimos; uma pessoa de 02 a 03 salários mínimos; 06 possuem de 03 a 04 salários mínimos e 09 possuem uma renda superior a 04 salários mínimos.

As contradições históricas que envolvem a sociedade brasileira estão muito relacionadas à questão econômica, de modo que os processos excludentes demonstram as causas do acesso desigual dos estudantes pobres ao sistema educacional, principalmente, no que se refere à educação superior (Zago, 2006). Contudo, é justamente através da qualificação da população mais pobre, que surge a possibilidade de ascensão social, pois a diferença salarial entre os profissionais graduados e os demais trabalhadores, é mais significativa.

Nesse sentido, a política de cotas da URCA, além de contemplar pessoas autodeclaradas negras, também abrange egressos de escolas públicas e baixa renda. Neste ponto, destaca-se a mesma necessidade já citada, sobre ser imprescindível garantir meios de permanência nos cursos, para os alunos das classes sociais

menos favorecidas que conseguem ingressar na educação superior. Sobre a ocupação dessas mulheres, 50 responderam não trabalhar de forma remunerada; 18 têm emprego remunerado em tempo integral; 17 têm emprego remunerado em tempo parcial; 13 têm bolsa acadêmica remunerada; 03 são estagiárias e uma afirmou trabalhar em casa, fazendo formatação de trabalhos acadêmicos.

Nesse contexto, a quádrupla jornada de trabalho de muitas mulheres é a soma do conjunto do trabalho do lar não remunerado, do exercício da maternagem, do trabalho remunerado fora de casa e os estudos. Nos relatos sobre a experiência de conciliar trabalho, estudo e maternidade, as 52 estudantes, de forma consensual e repetitiva, afirmaram estar extremamente cansadas, mencionando a manifestação do sentimento de impotência e frustração, já que não conseguem, de forma satisfatória, exercer todos esses atributos em sua integralidade:

Às vezes me sinto incapaz por não ser tão boa em algo, não sou a melhor no trabalho, não sou uma mãe que meus filhos merecem ter, não tenho bom desempenho na faculdade, não sou uma boa dona de casa. Sempre estou cansada e estressada” (aluna do 5º semestre do curso de Letras, divorciada, branca, renda de até 01 salário mínimo, 02 filhos com idades entre 06 e 10 anos).

Muito desgastante. Trabalhar fora de casa, estudar, realizar afazeres domésticos e desempenhar a maternidade é, sem dúvidas, muito desgastante (aluna do 7º semestre de Pedagogia, casada, preta, renda entre 01 e 02 salários mínimos, 01 filho com idade entre 06 e 10 anos).

Minha rotina é bem corrida. Muitas vezes me sinto incompleta, pois tenho que me dedicar à minha filha, aos estudos e à faculdade, mas não tenho tempo pra tudo. Então acaba faltando tempo pra alguma coisa (aluna do 7º semestre de Pedagogia, parda, solteira, baixa renda, 01 filho com idade de até 05 anos).

Outras priorizaram a graduação e os filhos, em detrimento do trabalho, como se pode ver no relato abaixo:

Tive exatamente que deixar de trabalhar pra poder tentar conseguir concluir o curso. Pois ser mãe, trabalhar e estudar ganhando pouco é melhor não trabalhar e ter mais tempo com os filhos. Priorizei minha filha. E conto com suporte de meus pais para a subsistência” (aluna do 9º semestre de Direito, branca, divorciada, renda entre 01 e 02 salários mínimos, 01 filho com idade até 05 anos).

Contudo, nem todas possuem alguém que as ajude financeiramente, algumas afirmaram que só trabalham fora de casa, porque realmente é necessário, como responderam essas mães:

Bem difícil, mas minha prioridade é meu trabalho, pois sou mãe e a única renda da família é a minha” (aluna do 3º semestre de Ciências Econômicas, parda, solteira, baixa renda, 02 filhos com idades 04 e 11 anos).

Exaustiva. Não gosto do meu trabalho, mas preciso dele. É muito cansativo trabalhar pela manhã, sair de casa às 15h para estar na faculdade a noite, chegar em casa às 00h30 e acordar às 05h30 para arrumar a filha pra levar a escola e chegar no meu trabalho às 06h50 manhã (aluna do 6º semestre do curso de Pedagogia, parda, em união estável, renda entre 01 e 02 salários mínimos, 01 filho com idade de até 05 anos).

Como dito antes, as mães que são chefes de família, exercem um papel multidimensional no seio familiar, gerando uma sobrecarga ainda maior. Somada a sensação de exaustão, ainda se manifesta o sentimento de “falha” enquanto mãe, já que para muitas, a longa jornada de trabalho se manifesta como um distanciamento do filho, como relata essa aluna:

Um pouco estressante para mim, pois gostaria de me dedicar apenas aos cuidados da minha filhotinha pelo menos até que ela complete a idade de frequentar a escola (aluna do 10º semestre de Ciências Biológicas, casada, parda, entre 01 e 02 salários mínimos, 01 filho com idade até 05 anos).

Com relação à moradia das estudantes, 84 moram na zona urbana e 18 na zona rural. Nessa questão, importa destacar que a inserção da juventude rural na educação superior, é um processo recente, fator que ainda se apresenta como um obstáculo para essa parcela de estudantes, posto que há dificuldades econômicas e de locomoção para a maioria. Vale lembrar que a Região do Cariri tem grande área composta por zona rural, denominados sítios, que sofrem de diversas mazelas, como falta de saneamento, abastecimento de água, condições precárias de habitação, assistência técnica insuficiente, baixa cobertura de energia elétrica, fatores que condicionam a entrada e permanência no ensino superior (Seplag, 2011).

Quando questionadas sobre com quem moram atualmente, 61 responderam que moram com o parceiro; 20 com os pais; 14 residem apenas com os filhos; 03 com outros familiares, como avó, irmã, entre outros; 03 na residência universitária e 01 respondeu que não tem residência fixa e transita diariamente entre a casa dos familiares. Sobre as alunas que moram na residência universitária, convém mencionar que a moradia acolhe apenas estudantes, então, as alunas que são mães, necessariamente, se distanciam de seus filhos. Acerca dessa experiência, durante a realização do I Encontro dos Cursos de Licenciatura em Humanidades da URCA, que ocorreu de 21 a 23 de maio de 2019, do qual se participou, a abertura do evento teve como programação, a roda de conversa: “Assistência estudantil ainda é pauta

urgente”, em que os mediadores do debate, Tiago Alexandre, Anderson Felix e Washington Silva, abordaram o histórico da luta do movimento estudantil pelas políticas de acesso e permanência na escola e na universidade, como forma de garantir a formação e qualificação da classe trabalhadora, tanto a nível nacional, quanto estadual e local.

Na oportunidade, foi divulgada esta pesquisa, sobre a trajetória das mães graduandas da URCA, relatando a problemática e enfatizando a importância do auxílio creche para as mães e pais de baixa renda. Em seguida, uma mãe, estudante do curso de História, relatou sua dificuldade de permanência na universidade, em virtude de ser de outro Estado e depender da moradia da Residência Universitária (RU), tendo em vista que esta não aceita a entrada dos filhos das residentes. Ela ainda desabafou, chorando que, por não saber dessa proibição, levou sua filha para conhecer a região, contudo, foi denunciada por outras moradoras da RU, sendo acusada judicialmente, por dano ao patrimônio público. Ela enfatizou que sua filha não passou dois dias completos no local, que durante esse período, ficou trancada no seu quarto, apenas brincando em silêncio com ela e suas colegas de quarto. Na audiência de instrução, ela relatou que o juiz compreendeu sua versão e decidiu absolvê-la.

Essa aluna de História da URCA narrou que toda sua trajetória educacional foi eivada de dificuldades, considerando que engravidou na metade do ensino médio, quando ainda possuía 15 anos de idade, passando por vários conflitos familiares para concluir essa etapa e, em seguida, ingressar na universidade. Contou que a maioria dos familiares a julgam por estudar na URCA e “abandonar” sua filha apenas com o pai na cidade de origem, em Pernambuco. No questionário da presente pesquisa, ela respondeu que não está satisfeita com sua trajetória acadêmica e encontra-se abalada psicologicamente:

Tenho dificuldade de permanência, pois sou de outro Estado e na residência universitária não aceitam a entrada dos nossos filhos [...] Meu psicológico está afetado por passar muito tempo triste devido à distância da minha filha (aluna do 7º semestre de História, parda, solteira, até um salário mínimo, 01 filho com idade entre 06 e 10 anos).

A aluna afirmou que, apesar de judicialmente ter sido absolvida, no âmbito da URCA, foi notificada com uma advertência, correndo o risco de perder a vaga de moradia, se cometer outra violação. O caso dessa aluna revela a necessidade de aprimorar as regras da residência universitária e, sobretudo, pensar na humanização das relações institucionais. A proibição da visita dos filhos/as das estudantes na residência universitária, é uma norma de extrema intolerância para com as ne-

cessidades específicas das alunas que são mães, violando o direito constitucional à convivência familiar.

No questionamento referente ao curso e o turno em que estão matriculadas, as respostas foram variadas, sendo 17 alunas do curso de Pedagogia noturno e 10 da manhã; 11 de Letras noite e 02 manhã; 04 de História noite e 01 manhã; 02 de Geografia noite e 01 manhã; 04 de Ciências Econômicas noite e 01 manhã; 11 de Direito noite e 04 tarde; 05 de Ciências Biológicas Licenciatura noite e 07 Ciências Biológicas Bacharelado manhã/tarde; 03 de Artes Visuais manhã/tarde; 06 de Ciências Sociais tarde; 03 de Educação Física manhã/tarde; 04 de Enfermagem manhã/tarde; 02 de Física tarde; 03 de Química; 01 de Tecnologia da Construção Civil: Topografia e Estradas noite.

De acordo com esses dados, percebe-se que a maioria das mães investigadas, estudam no turno noturno. Essa prevalência está relacionada a distribuição de tempo de dedicação aos trabalhos domésticos, cuidados com os filhos e com o lar, e aos trabalhos remunerados, já que muitas dessas mães estudantes, trabalham durante o dia, sobrando apenas o período noturno para estudar. Outro fator relacionado a essa característica, é a disponibilidade de alguma pessoa para ficar com o filho, pois como demonstrado na questão sobre quem ajuda com o filho, resta nítido que essas alunas dependem do apoio de familiares para estudar.

De todos os cursos ofertados pelo *lócus* analisado, apenas não se encontrou estudantes mães para compor a amostragem de conveniência, nos cursos de Teatro, Tecnologia da Construção Civil: Edifícios, Engenharia de Produção e Matemática. No primeiro, quando a pesquisadora visitou o Centro de Artes, conversou com algumas alunas/os e professoras/es do Campus, que relataram conhecer uma estudante de Teatro que abandonou o curso, ao conceber o terceiro filho. Ainda falaram da questão da falta de assiduidade das mães que lá estudam em virtude de o horário das aulas ser em tempo integral, considerando que muitas não dispõem de uma pessoa para cuidar do filho enquanto estudam. Já com relação aos outros cursos, a última visita de campo realizada no Campus Triângulo, em Juazeiro do Norte, ocorreu na época em que o semestre letivo já se encontrava próximo ao término, o que pode ter influenciado no quantitativo encontrado.

Sobre o semestre cursado no momento da pesquisa, 06 são do primeiro semestre; 06 do segundo; 08 do terceiro; 12 do quarto; 19 do quinto; 14 do sexto; 15 do sétimo; 10 do oitavo; 05 do nono e 07 do décimo período. Ressalva-se que apenas os cursos de Direito, Engenharia de Produção, Enfermagem e Ciência Econômica, possuem 10 semestres, ou seja, 05 anos de duração; o de Pedagogia 09 semestres; ao passo que todos os outros são 08 períodos, totalizando 04 anos. Assim, as participantes da pesquisa, em sua maioria, se encontram nos períodos mais avançados

de seus cursos, o que se mostra importante para a investigação, tendo em vista que as respostas apresentadas ao longo deste trabalho, são oriundas de mulheres que possuem um tempo considerável de trajetória acadêmica.

Um aspecto relevante sobre as dificuldades da trajetória acadêmica dessas mulheres, é o fato de algumas estarem atrasadas no curso. Considerando que a pesquisa foi realizada entre os meses março e junho de 2019, e tendo em vista o atraso do ano letivo, ocasionado pelas greves que ocorreram em 2014 e 2016, significa dizer que a pesquisa foi realizada no semestre letivo 2018.1. Assim, da análise das questões sobre qual o ano letivo de ingresso e qual o semestre atual do curso que as alunas ingressaram em qualquer semestre, anota-se que, em 2008 (03 alunas); 2011 (03 alunas); 2012 (06 alunas) e 2013 (10 alunas que não estavam no último período do curso), de modo que estão atrasadas para colar grau, mesmo as que são dos cursos que possuem 05 anos de duração. Ao serem indagadas sobre a quantidade de filhos, 71 possuem apenas 01; 25 possuem 02; 05 possuem 03; uma possui 04 filhos. Sobre a faixa etária de idade dos seus filhos, 73 mães responderam que possuem filhos de até 05 anos de idade; 25 possuem filhos entre 06 e 10 anos de idade; 20 possuem filhos entre 11 e 15 anos; 04 possuem filhos com mais de 15 anos.

Para a área da saúde, até os 10 anos de idade, a criança necessita de maior atenção no acompanhamento do seu desenvolvimento, que deve abranger questões relacionadas ao aleitamento exclusivo, até os seis meses de vida e em livre demanda, até os dois anos; prevenção de acidentes, auxílio e atenção para o desenvolvimento psico-motor-social; alimentação; educação, entre outros fatores (Secretaria De Estado Da Saúde De São Paulo, 2015). Essa maior atenção nos primeiros anos de vida do filho, incide na trajetória educacional da mãe, na medida em que ela passa a ter menos tempo de dedicação as atividades educacionais, comprometendo tanto a conclusão da educação básica, para aquelas que engravidaram antes de ingressar na URCA, que diz respeito ao acesso; quanto a permanência e qualidade na formação daquelas que se tornaram mães, já no contexto acadêmico.

O momento da gravidez dessas mulheres aconteceu para 47 delas, quando já estavam na graduação; e para 53 delas, antes do ingresso no curso de ensino superior. Outrossim, como foi deixado a caixa aberta no questionário, para a opção “Outros”, a única mulher que respondeu ter 04 filhos, relatou que 02 foram antes da entrada na universidade e 02 durante a graduação, enquanto outras duas que também possuem mais de um filho, responderam terem sido antes e durante. Das mulheres que responderam ter engravidado antes de ingressar na URCA, 34 afirmaram ter dificuldades para passar no vestibular, a maioria, pela falta de tempo para estudar, aliada a falta de uma pessoa para ficar com a criança enquanto estudava, o que demonstra os óbices no acesso à educação superior. Visando diminuir

a complexidade de conciliar trabalho, maternidade e estudos, 04 delas afirmaram esperar os filhos crescerem para tentar ingressar na universidade; uma afirmou esperar 09 anos e outra 10 anos para tal propósito. Em contraponto, das 16 mulheres que responderam não sentir dificuldade de ingressar na universidade, por causa da gravidez/maternidade, percebe-se ao analisar, individualmente, os relatos de que algumas mulheres carregam uma situação mais favorável, ainda que não se pode generalizar, a exemplo do caso relatado a seguir:

Não. Meu ingresso foi através de Portaria. Fui requisitada para trabalhar na Justiça Federal em Juazeiro do Norte e já fazia curso de Direito na Universidade Federal de Campina Grande, na cidade de Sousa, onde trabalhava. Portanto, quando me mudei para a cidade, tive direito à transferência ex-offício por ser servidora pública federal e pela cessão ter sido por interesse da administração (aluna do 9º semestre de Direito, branca, união estável, renda superior a 04 salários mínimos, 01 filho com idade entre 11 e 15 anos).

Outro fator que pode ser condicionante com relação a não sentir dificuldades para ingressar na universidade, é a questão do apoio da família e do próprio planejamento familiar, como fica ilustrado nos relatos a seguir:

Não, não tive dificuldades, pois havia estrutura familiar dando suporte (aluna do 7º semestre de Direito, autodeclarada preta, com renda entre 03 e 04 salários mínimos, solteira, 01 filho com idade entre 06 e 10 anos).

Não tive dificuldade para ingressar. Quando comecei o curso minha filha tinha 04 meses. Foi algo bem planejado e tive muita ajuda dos familiares (aluna do 4º período de Química, autodeclarada branca, com renda entre 03 e 04 salários mínimos, em união estável, 01 filho com idade de até 05 anos).

Não tive, por ter apoio dos meus pais (aluna do 3º período de Letras, parda, divorciada, possui renda de até 01 salário mínimo, com 01 filho de idade até 05 anos).

Percebe-se a repetição nas respostas de que o difícil não foi entrar, mas está sendo permanecer no curso, pois, apesar da pergunta ter sido direcionada para as mães que tiveram filhos antes da graduação, muitas aproveitaram o espaço para relatar os obstáculos da vivência no curso, como se pode ver abaixo:

Não tive dificuldades para ingressar, o conflito é permanência, pois tenho que fazer malabarismos, os quais se tornam cansativos e estressantes (aluna do 5º semestre de Pedagogia, branca, solteira, renda de até um salário mínimo, 01 filho com idade de até 05 anos).

Não. Minha dificuldade está em se manter na universidade, já que trabalho dois turnos e estudo um. Pouco vejo minha filha, e quando a vejo estou cheia de coisas da universidade para fazer (estudante do 1º semestre de Direito, casada, branca, com renda superior a 04 salários mínimos, 01 filho de até 05 anos de idade).

Das mulheres que responderam ter engravidado durante a graduação, ao serem questionadas sobre o uso da licença maternidade, 43 delas responderam que utilizaram de seu direito a licença maternidade para fazer as atividades acadêmicas em domicílio; e 36 não utilizaram. O manual acadêmico da URCA (2018), seguindo expressamente os preceitos da Lei Federal nº 6.202/75, prevê que o abono de faltas para a aluna gestante é possível, por meio da compensação com tarefas, a serem feitas em regime domiciliar, requeridas mediante a apresentação de atestado médico. O manual assegura que “as atividades solicitadas pelos professores serão imediatamente encaminhadas ao aluno para que ele inicie o cumprimento das tarefas. A Coordenação deverá estabelecer contato com o aluno para que todo o material lhe seja repassado, por qualquer pessoa que o represente” (Universidade Regional do Cariri, 2018, p. 17).

Porém, notou-se uma alta ocorrência de problemas relacionados à efetividade desse direito das alunas, tendo em vista que 22 mulheres relataram erro de procedimento administrativo, ligados a não observância dos professores a especificidade do regime domiciliar, ocasionando a reprovação de alunas por faltas e notas, como se pode ver abaixo:

Em uma das disciplinas cursadas o professor se negou a corrigir meu trabalho, que ele mesmo passou e que foi entregue no prazo (aluna do 8º semestre do curso de Direito, casada, branca, renda de mais de 04 salários mínimos, 02 filhos com idade até 05 anos).

Após voltar as aulas fui aconselhada por alguns professores a pagar as disciplinas novamente para poder dar a nota. Até hoje estou reprovada na maioria das disciplinas que estava matriculada durante a licença (aluna do 5º semestre de Ciências Biológicas, parda, união estável, baixa renda, 01 filho com idade até 05 anos).

Alguns dos professores se recusaram a me enviar os trabalhos para serem feitos em casas, e mesmo eu estando recém operada tive que ir inúmeras vezes a universidade em busca de procurar resolver esse problema. Fui muito mal atendida e acabei ficando sem notas em algumas disciplinas (aluna do 6º semestre do curso de Letras, parda, separada, renda de até um salário mínimo, 02 filhos com idade até 05 anos).

Sim, a licença maternidade não abrange os estágios de modo que após 15 dias do parto tive que retornar as aulas (aluna do 7º semestre do curso de Direito, indígena, união estável, 02 filhos com idade até 05 anos).

Ao analisar esses relatos, percebe-se que há falta de observância da própria universidade a seu regimento interno. Além disso, algumas estudantes relataram não conhecer o procedimento para solicitar a licença, como visto no último relato acima, já que o manual da universidade não faz ressalvas a nenhuma disciplina. Outro fato que chamou atenção, foram os relatos sobre o corte de vínculo, como bolsista, em alguns casos, a exemplo do seguinte caso: “Meu orientador me retirou da bolsa de iniciação científica durante minha gestação” (Aluna do 8º período de Ciências Sociais, casada, preta, baixa renda, 01 filho com idade até 05 anos).

São aspectos que demonstram a escassez de atenção da instituição para com as estudantes que são mães, casos que incidem diretamente no atraso e desempenho das alunas no curso. Ademais, a lei nº 13.536 de 2017, garante às pesquisadoras, que possuem bolsas de apoio à pesquisa, o direito à licença-maternidade, sem perda do auxílio financeiro (BRASIL, 2017). Assim, vê-se que os professores que desligam as alunas das bolsas, por causa da gravidez, além de atuarem de forma discriminatória, estão cometendo uma prática ilegal.

Ao serem questionadas sobre quem as ajudam com os filhos, quando precisam, foi respondido pela maioria, que a mãe, ou seja, a avó materna da criança, é o principal apoio (61); em segundo lugar é que está o pai da criança (40); outros membros da família, como avô materno, padrasto e filhos mais velhos (24); 05 mães pagam babás e 01 disse que ninguém a ajuda: “Tenho que me virar” (aluna do 7º semestre de Tecnologia da construção civil – Topografia e estradas, solteira, preta, renda até 01 salário mínimo, 01 filho com idade entre 06 e 10 anos). Convém ressaltar que o exercício da paternagem, historicamente, foi colocado numa situação secundária, diante dos cuidados com os filhos, o que acaba sobrecarregando as mulheres que são mães, o que se denomina de divisão sexual do trabalho (Silva, et al., 2020). De acordo com os dados acima, reforça-se a evidência da necessidade de se discutir esses papéis sociais construídos, no sentido de descentralizar os cuidados com as crianças na família.

Sobre o nível de satisfação com o rendimento acadêmico, 57 alegaram não estar satisfeita com seu rendimento acadêmico; em contrário, 45 estão satisfeitas. A maioria das mulheres que afirmaram não estarem satisfeitas com o seu rendimento acadêmico, justificam que a principal causa, é a falta de tempo para estudar, em razão da tripla ou quádrupla jornada de trabalho, já que várias, além do exercício da maternidade e dos estudos, são do lar e, ao mesmo tempo, possuem emprego remunerado fora de casa. Algumas lamentaram sobre não conseguir se dedicar aos estudos como gostariam, outras destacaram a necessidade de ajuda psicológica para controlar os danos de tamanha sobrecarga.

Importa lembrar que a educação superior se alicerça no tripé pedagógico de ensino, pesquisa e extensão, para que o aluno da graduação realmente possa ampliar sua visão nos estudos, de modo que o aprendizado deve ir além do que é visto apenas em sala de aula. Contudo, percebe-se com os relatos enviados, que a maioria das estudantes que são mães, não conseguem nem acompanhar, de forma plena, as aulas em sala, muito menos se envolver em pesquisa ou extensão, além de se lamentarem de não poder participar de eventos e grupos de estudos:

Gostaria de ter mais tempo e disponibilidade para me dedicar aos estudos. Gostaria de participar de um grupo de estudo, mas o tempo não permite (aluna do 7° semestre do curso de Pedagogia, baixa renda, solteira, parda, 01 filho com idade até 05 anos).

Referente a participação em eventos sendo na monitoria poderia ser mais flexível tipo a aluna mãe participar apenas em um horário. Em cinco anos de universidade fui monitora apenas uma vez (aluna do 10° período do curso de Ciências Biológicas, baixa renda, parda, casada, 01 filho com idade até 05 anos).

Além disso, 83 das mães estudantes não possuem qualquer tipo de bolsa acadêmica, ao passo que apenas 04 possuem bolsa de extensão, 03 possuem bolsa de pesquisa, 04 são estagiárias, 01 do Programa de Educação pelo Trabalho para a saúde (PET – Saúde/Interprofissionalidade), 02 de residência pedagógica, 01 de monitoria, 01 de assistência e 03 do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Como visto anteriormente, algumas mães foram desligadas das bolsas durante o período de gestação ou de licença maternidade. Outras mencionam que se sentem excluídas das bolsas ofertadas pela instituição. Sobre essa experiência, uma aluna relata:

[...] a gente percebe que na seleção de bolsas não tem mães, não tem mais bolsas para mulheres mães da Universidade Regional do Cariri. Isso é uma coisa que é chata pra mim porque eu tenho que tá dizendo para as pessoas que não é legal não ter vagas de bolsas para as mães, que não somos reconhecidas como universitárias, é como se a gente não existisse. (aluna do 7° período do curso de Ciências Sociais, baixa renda, preta, solteira, 02 filhos).

Visando aprofundar ainda mais as experiências e percepções das mães, com relação as implicações da maternidade na trajetória acadêmica, foi deixada uma caixa aberta para que pudessem acrescentar algo considerado importante e que não foi contemplado pelas outras perguntas do questionário. Nessa questão,

avaliou-se relevante reproduzir a maioria das respostas pela dimensão problemática de todos os casos relatados:

Apoio psicológico e um tratamento diferenciado para as mães universitárias – não defendo privilégios nem facilidades. Falo do que está em nossa Constituição: tratar os diferentes de maneira diferente e os iguais de maneira igual. As mães universitárias muitas vezes, só precisam de alguém com empatia – seja professor ou coordenador do curso, coisa que nem sempre encontramos e não é fácil (aluna do 8º período do curso de Direito, separada, parda, renda até um salário mínimo, 02 filhos com idade até 05 anos).

A academia é um espaço de muitas vivências que é fundamental na minha formação. Mas também um espaço de muitos conflitos que nos adocece. É necessário estarmos no debate destas questões da mulher na academia e que elas produzem ciência diferente das outras mulheres. Cada mulher com suas vivências e conhecimento. As mulheres negras então nem se fala, muitas nunca tiveram a chance de estar na academia (aluna do 6º semestre de Ciências Sociais, solteira, preta, baixa renda, 02 filhos com idades 06 e 14 anos).

Certamente, o contexto acadêmico é uma experiência eivada de possibilidades para a construção científica, profissional e humana de uma estudante. De outro lado, o exercício da maternagem é uma atividade também repleta de sentidos, subjetividades e transformações na vida da mulher. Quando se vivencia ambas ocupações, simultaneamente, ser mãe e estudante, a situação pode se tornar uma grande sobrecarga, tanto no aspecto físico quanto no mental, já que as duas exigem da mulher, aluna da graduação e com um filho, muita responsabilidade e dedicação. As palavras, cansada, exausta, desgastante, estressada e triste foram destacadas na maioria dos relatos.

Considerando as particularidades que envolvem as mulheres que são de classes sociais menos favorecidas, o emprego remunerado torna-se indispensável para a subsistência da família e fomento dos próprios estudos, de modo que se acumula mais uma atividade que exige responsabilidade e dedicação. O cuidado de si, com a saúde mental e física, acaba sendo deixado de lado, por falta de tempo, embora seja de suma importância para a qualidade de vida e desempenho materno-acadêmico-profissional-pessoal dessas mulheres (Bitencourt, 2017). Assim, a oferta de assistência e apoio psicológico vem à baila como mais uma assistência essencial para a qualidade de vida e educação das/os estudantes, que deve ser garantida pelas IES no âmbito das políticas educacionais.

Outras circunstâncias que contribuem para a insatisfação acadêmica e desistência dos cursos, são as práticas institucionalmente violentas e discriminató-

rias com as alunas, em que, geralmente, os professores abusam do seu lugar de fala para desprezar as estudantes, conforme se pode extrair das situações abaixo:

Voltei para aula quando minha filha tinha apenas 02 meses pois não queria perder conteúdo, mesmo pedindo compreensão em relação a chegada pois pra mim sair tinha que esperar meu esposo chegar do trabalho em outra cidade, de cara fui compreendida mas tive que ouvir alguns sermão na frente de meus colegas, tipo: a URCA não quer saber se você se atrasa por conta de ônibus ou porque você tem bebê em casa. Tanto que uma colega minha que teve bebê alguns dias antes de mim veio desistir do semestre (grifo da autora; aluna do 5° semestre de Pedagogia, casada, preta, renda entre 01 e 02 salários mínimos, 01 filho com idade até 05 anos).

Já fui expulsa de sala por estar com minha filha, que na época era lactante, dormindo em meu braço dentro de sala! (grifo da autora; aluna do 8° semestre do curso de Direito, casada, branca, renda mais de 04 salários mínimos, 02 filhos com idade até 05 anos).

A situação de hierarquia professor x aluno, comum nas instituições de ensino, é um aspecto que induz a ocorrência de situações de assédio moral no âmbito universitário, embora não haja regulamentação normativa que puna tais práticas. Discriminar alunos por meio de insultos, tratamento vexatório em público e expulsão de sala de aula sem motivação são atos que se configuram como assédio moral (SOUZA, 2018).

Ao meu ver, falta um pouco mais de empatia por parte dos professores para conosco, estudantes mães, no que diz respeito à prazos para entregar trabalhos, flexibilidade de horários, etc (grifo da autora, aluna do 7° semestre de Pedagogia, casada, preta, renda entre 01 e 02 salários mínimos, 01 filho com idade até 05 anos).

A universidade ter um olhar diferenciado para quem tem filhos, alguma coisa como creche, escola, maleabilidade em relação a faltas, um canal online de acompanhamento ou de reforço de estudos, para uso de materiais auxiliares (grifo da autora, aluna do 7° semestre de Direito, divorciada, branca, renda mais de 04 salários mínimos, 01 filho com idade até 05 anos).

Desse modo, 07 relatos dessa questão apontaram que um dos fatores que dificulta a trajetória acadêmica dessas estudantes, é a falta de empatia e compreensão dos professores, colegas e da própria instituição com a realidade delas, que gera desigualdade. Nesse contexto, atualmente, vem se discutindo muito sobre a questão da equidade, empatia e alteridade no âmbito educacional. Educadores humanistas como Freire (1969) e Pacheco (2004), compreendem que o modelo tradicional de educação, que reproduz um espaço de ensino técnico, formal e hierarquizado,

tende a limitar o aprendizado e desenvolvimento crítico dos estudantes, por isso, apontam a relevância de colocar os alunos num patamar de igualdade, dialogar e compreender suas particularidades, construir relações entre discentes e docentes, firmar relações mais humanizadas e desburocratizar as instituições.

Essa humanização das relações pode ser vista como um importante meio de amenizar a sobrecarga inerente a trajetória acadêmica. No que se refere as necessidades particulares das alunas que são mães, situações como apresentação de atestado médico sobre acompanhamento do filho em estado de doença ou consulta de rotina, comparecimento em reuniões escolares, dentre outras situações inevitáveis atinentes as mães, deveriam ser também levadas em consideração, nos casos de precisão de alargamento de prazo para entrega de trabalhos ou abono de faltas.

Dessa forma, exige-se também das universidades uma atuação docente interdisciplinar, que perceba os indivíduos, não apenas como um mero aluno, mas como um ser humano. As IES precisam se atentar para esse novo entendimento que vem se consolidando, assim como os professores também precisam se adaptar para efetivar um sistema educacional mais eficiente e perspicaz.

Desse modo, com o intuito de conhecer os anseios das estudantes que são mães, acerca das possibilidades de solucionar a problemática, foi perguntado como sua trajetória acadêmica, enquanto mãe, poderia melhorar. O auxílio creche foi apontado por 10 mulheres como uma possível solução para viabilizar a matrícula das crianças em uma creche ou contratar uma babá, já que muitas não têm alguém para ficar com o filho enquanto estudam ou não possuem renda suficiente para pagar por esse serviço, além da problemática da falta de vagas nas creches públicas da região. Essa modalidade de assistência estudantil já é prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional da URCA, desde 2012, porém, até a conclusão da investigação, só tinha sido ofertado uma vez no ano de 2016. Após a conclusão dessa pesquisa, o relatório com os resultados e discussões, foi apresentado a reitoria da URCA, visando contribuir com as soluções e o edital de auxílio creche foi publicado em 2021 e 2022, mas a oferta de bolsas ainda é insuficiente perante a demanda.

Uma creche universitária ou um local com a finalidade de acolher e cuidar da criança no horário de aula das aulas e eventos, como creche, brinquedoteca ou escola de aplicação, foi apontado por 19 alunas, como outra possibilidade para melhoria da trajetória acadêmica das estudantes que são mães. Esse equipamento é um meio bastante eficaz de engajar toda a comunidade institucional em prol da atenuação da problemática em tela, pois além de funcionar como alternativa para estudantes e funcionárias que não tem outro local para deixar seus filhos, servem como espaço de prática pedagógica dos cursos que possuem em sua grade curricular, disciplinas voltadas para a educação infantil e o cuidado e atenção com crianças.

Além da bolsa de auxílio e a creche/escola universitária, foi mencionado à exigência de melhoria das políticas das assistências já ofertadas pela URCA, como a residência e o restaurante universitário. As alunas moradoras da residência universitária, lamentam não morar com suas filhas nem poder levá-las ao local para visitas. No que se refere ao restaurante, as alunas relatam que realizam suas refeições na universidade pelo baixo custo e pela falta de tempo para cozinhar em casa, contudo, o preço da refeição aumenta para seus filhos, por serem da comunidade externa. “Uma melhor divisão de tarefas em casa” também foi apontada por uma estudante. Essa resposta é de suma relevância social, pois realmente, faz-se necessário transformar as relações sociais para garantir a efetiva isonomia entre homens e mulheres. Como já mencionado, a divisão sexual do trabalho delimitou, de forma precária, a vida e autonomia das mulheres, sendo o cuidado dos filhos uma das funções atribuídas que geram grande sobrecarga sobre elas. Sobre a responsabilidade com as crianças, importante o apoio familiar:

Em questão de ajuda, eu sou mais só para cuidar dele. Poucos estão ao meu lado. Meu namorado e mãe trabalham. O restante ajuda 1 minuto... (aluna do 1º semestre de Pedagogia, parda, em união estável, renda entre 01 e 02 salários mínimos, 01 filho com idade até 05 anos).

As mães são cobradas o tempo todo para terem seus filhos e quando tem, muitas vezes tem que desistir da graduação porque muitas vezes falta ajuda por parte dos familiares e acabamos deixando os nossos sonhos de lado (aluna do 10º semestre de Ciências Econômicas, parda, em união estável, renda entre 03 e 04 salários mínimos, 02 filhos, 01 com idade até 05 anos e outro com idade entre 06 e 10 anos).

Revelam-se as respostas que acrescentaram as “redes de apoio” para se pensar a essencialidade da sociedade no cuidado com as crianças, conforme a proteção integral prevista no art. 227 da Constituição Federal (Brasil, 1988). Este dispositivo constitucional enfatiza que a responsabilidade da criança não é só dos pais, mas de toda sociedade, toda família e também do Estado, de modo que o acesso, a permanência e bom desempenho das estudantes que são mães na educação superior, dependem de uma mudança estrutural, que abranja tanto o âmbito familiar, quanto, principalmente, a esfera institucional, sendo que esta deve priorizar, em suas políticas educacionais, as particularidades das mulheres que são mães, sobretudo, das oriundas das classes sociais menos abastadas.

3 Considerações Finais

A qualificação por meio da graduação, é uma oportunidade de garantir a mobilidade social daqueles que, historicamente, foram excluídos dos espaços de educação. Nesse sentido, destacam-se as previsões normativas que preveem o acesso à educação superior como direito, as políticas educacionais de expansão e democratização dos níveis mais elevados de ensino e as ações afirmativas como possibilidades de transformações das desigualdades sociais. Contudo, mesmo com os avanços proporcionados com essas políticas, foi visto que algumas discrepâncias ainda persistem, restringindo o acesso e permanência de determinados grupos na educação superior.

Com os dados obtidos nessa investigação, verificou-se que o acesso na educação superior, é dificultado para as jovens que se tornam mães antes da graduação, devido à falta de tempo para os estudos e preparação para o vestibular. Com relação à permanência das mulheres que são mães e estudantes dos cursos de graduação da URCA, foi demonstrado que ela é repleta de obstáculos que, por vezes, as levam ao abandono ou atraso na formação. Esses obstáculos estão relacionados tanto as questões familiares, a exemplo do fato de ser mãe solo e não possuir alguém que possa ajudar sempre na divisão dos cuidados com o filho, como por ter que trabalhar em tempo integral, para sustentar os filhos e não sobrar tempo para estudar; quanto a fatores institucionais, citando-se a falta de assistência creche para as mães que possuem baixa renda, a carência de informações e observância dos professores e demais funcionários acerca da licença maternidade, o que ocasiona a reprovação de muitas por falta ou nota em razão de erros de procedimento administrativo perante as secretarias dos cursos.

No que se refere à trajetória acadêmica, a maioria das mulheres relatou não estar satisfeita com seu rendimento, pois estão cansadas e sobrecarregadas com a tripla ou quádrupla jornada de trabalho, formada pelo exercício da maternagem, atividades domésticas e estudos, além do trabalho remunerado que, para muitas, é essencial para sobrevivência e sustento. Ademais, notou-se que são recorrentes, as situações de abusos e assédios morais, como desligamento das bolsas de estudo em razão da gravidez/maternidade, expulsão de sala de aula, constrangimento em público e advertência na residência universitária, por levarem seus filhos aos locais, além dos empecilhos para estas alunas se engajarem em eventos e projetos de pesquisa ou extensão, pelo motivo de não ter com quem ficar com seus filhos. Tantos fatores juntos incidem negativamente nas condições de permanência e de desempenho dessas estudantes na universidade.

Na percepção das participantes da pesquisa, as formas de contribuir para melhoria de seu rendimento, acesso e permanência na universidade, seria a implementação da bolsa de assistência creche, a instalação de um espaço físico dentro da própria IES reservado ao acolhimento dos filhos das alunas enquanto elas estudam, como uma creche universitária ou escola de aplicação. Também foi destacada a necessidade de oferta de instrumentos integrados que facilitassem seu desempenho acadêmico, como horários que permitam amamentar, acompanhar o desenvolvimento de seus filhos, sem a necessidade de trancamento de disciplinas; a possibilidade de negociar os horários, adequando-os aos horários de inserção das crianças nas creches; a viabilidade de justificar faltas ou alargamento de prazos em casos de doença do filho; e o acompanhamento psicopedagógico que as incentivassem retomar aos estudos após o nascimento de seus filhos.

Além dessas questões no âmbito institucional, faz-se fundamental ampliar as discussões dentro e fora da universidade que pautam as transformações nas relações familiares que, historicamente, isentam os homens de exercer a paternagem, sobrecarregando as mulheres e limitando-as na vida educacional. Deve haver também conscientização de toda a família e sociedade em geral sobre seu papel para com as crianças.

Com este estudo, fica demonstrado que as estudantes mães, principalmente, as negras e de baixa renda, ficam à margem da assistência das IES que negligenciam seu direito de acesso à universidade e as impossibilitam, por vezes, de concluir a graduação. As políticas que buscam funcionar como ações facilitadoras do ingresso e da permanência dos estudantes na educação superior, não podem desconsiderar a inclusão e reconhecer as mulheres como grupo social em desvantagem no acesso, permanência e desempenho, quando na condição de mães acadêmicas. Assim, faz-se urgente implementar políticas educacionais focalizadas para que, enquanto universidade integrada, que cumpre sua função social, se possa garantir as mulheres que são mães, em toda a sua diversidade, a efetividade do acesso à educação superior, sua permanência e qualidade na formação.

4 Referências

BITENCOURT, Silvana Maria. **Maternidade e universidade**: desafios para a construção de uma igualdade de gênero. 41 Encontro anual da ANPOCS. Caxambu, 2017. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/41-encontro-anual-da-anpocs/gt-30/gt13-17/10724-maternidade-e-universidade-desafios-para-a-construcao-de-uma-igualdade-de-genero/file>. Acesso em: 22 dez. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 03 fev. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13536.htm. Acesso em 05 mai. 2019.

FREIRE, Paulo. O Papel da Educação na Humanização. **Revista Paz e Terra**, 1969.

GOIANA, I. S.; GRANGEIRO, T. L.; SILVA, J. P. Acesso das mulheres negras no ensino superior na Universidade Regional do Cariri – URCA. **VIII Artefatos da Cultura Negra**, 2017. Crato, Juazeiro do Norte, Brejo Santo-CE. Disponível em: http://www.urca.br/portal2/wp-content/uploads/docs/pdf/anais_eventos/viii-anais-cultura-negra-2017.pdf. Acesso em: 05 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatística de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica** n°38, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso. 24 nov. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 5ª ed. – Brasília: Ipea, 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_g_enero_raca.pdf. Acesso em: 16 nov. 2020.

PACHECO, José. Fazer a Ponte. In: OLIVEIRA, Inês B. (org.). Alternativas emancipatórias em currículo. São Paulo: Cortez, 2004.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO DO CEARÁ. **Perfil da Macrorregião do Cariri/Centro Sul**. 2011. Disponível em <https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2011/05/Perfil-Regional-Cariri.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2019.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO. **Manual de acompanhamento da criança**. 2015. Disponível em http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/gestor/homepage/programa-de-fortalecimento-da-gestao-da-saude-no-estado-de-sao-paulo/consultas-publicas/manual_de_acompanhamento_da_crianca.pdf. Acesso em: 26 jun. 2019.

SILVA, L. M. N.; NUNES, C.; QUEIROZ, Z. F. de. O ônus da maternagem e os impactos na trajetória educacional e acadêmica das mulheres. **Debates em Educação**, [S. l.], v. 12, n. Esp, p. 624–642, 2020. DOI: 10.28998/2175-6600.2020v12nEsp624-642. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/10047>. Acesso em: 5 fev. 2022.

SOUZA, Claudio David de. **Diagnóstico do enfrentamento ao assédio moral em uma instituição federal de ensino superior**. 2018. 149 p. Dissertação (Mestrado

em Gestão de Processos Institucionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/26181/1/Diagn%C3%B3sticoenfrentamentoass%C3%A9dio_Souza_2018.pdf. Acesso em: 26 mai. 2019.

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI. **Manual de Procedimentos Acadêmicos**. 2018. Disponível em: <http://www.urca.br/novo/portal/docs/pdf/2019/DEG/URCA-Deg-Manual-Acadamico.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2018.

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016**. Disponível em: <http://www.urca.br/novo/portal/index.php/documentos/category/2-plano-de-desenvolvimento-institucional=-pdi?download=1%3Aplano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-2012-2016>. Acesso em 19 nov. 2018.

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021**. Disponível em: <http://www.urca.br/novo/portal/index.php/documentos/category/2-plano-de-desenvolvimento=-institucional-pdi?download=26%3Aplano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-2017-2021>. Acesso em 19 nov. 2018.

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI. **Edital nº 003/2016- PROAE (Bolsas de Assistência Estudantil – Auxílios)**. Disponível em: <http://www.urca.br/portal/docs/pdf/PROAE/Edital-n03-2016-PROAE-Bolsas-Assistencia-Estudantil-Auxilios/Edital-n03-2016-PROAE-Bolsas-Assistencia-Estudantil-Auxilios-Diversos.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2018.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Rev. Bras. Educ.** 11 (32), 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wVchYRqNFkssn9WqQbj9sSG/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08 ago. 2019.

MÃES NEGRAS E O CURSO DE PEDAGOGIA DA URCA: DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA DAS ESTUDANTES DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Carla Karoline Barbosa dos Santos
Cicera Nunes

1 Introdução

Os desafios enfrentados pelas mães no ensino superior, tem sido objeto de estudo para várias discussões, não apenas pelo grau das dificuldades, mas pela necessidade do fortalecimento das discussões que tratam do acesso e da permanência de estudantes nas universidades públicas. Ao analisar os grupos que sofrem as fragilidades das políticas públicas dentro das universidades, podemos perceber que maioria são os jovens, baixa renda, pessoas com deficiência, mulheres e negros.

É a partir desse contexto, que apresentamos no presente artigo, o recorte de um estudo que buscou discutir a permanência acadêmica das estudantes mães do curso de pedagogia, da Universidade Regional do Cariri (URCA), durante a pandemia da covid-19, procurando responder a seguinte questão: Quais as dificuldades de permanência das mães negras do curso de Pedagogia da Urca, durante a pandemia da covid-19? O nosso objetivo foi identificar de que forma a chegada da pandemia da covid-19 contribuiu para as dificuldades acadêmicas das mães negras do curso de pedagogia, da Universidade Regional do Cariri- URCA.

O interesse pela temática surgiu por vivências pessoais como Integrante desse grupo de mães e pelo apreço por discussões que permeiam raça, classe e gênero, e como esse público é afetado pelas políticas de exclusão. As pesquisas voltadas para essa temática, contribuem para a visibilidade das condições experimentadas por essas estudantes e, do ponto de vista científico, fortalece os debates que defendem que as pesquisadoras negras sejam protagonistas de sua própria história.

Espera-se que este trabalho sirva como auxílio de leitura e suporte para reflexões sobre as dificuldades que perpassam os campos educacionais com essas mulheres para permanecer no ensino superior, servindo de referencial para produção de vários trabalhos na área. Salientamos que este estudo dialoga com a pesquisa sobre permanência de estudantes mães da Urca, pois o primeiro foi da aluna Lívia Maria Nascimento Silva (2019) e que tem como tema: “Acesso e permanência na educação superior x exercício da maternagem: entre trajetórias representações e exigibilidade de políticas estudantis”.

Quanto aos procedimentos metodológicos, seguimos uma abordagem qualitativa, com um estudo do tipo exploratória. Para o levantamento dos dados,

foram aplicados questionários estruturados, enviados de forma virtual para as estudantes, respeitando as medidas sanitárias devido a covid-19, para diminuir a disseminação do vírus, em que 24 estudantes responderam, nos meses de julho a agosto de 2021.

Utilizamos como base teórica alguns estudos que abordam a temática da pesquisa, dos quais se destacam os (as) seguintes autores (as): Almeida (2018); Zanello (2016); Crenshaw (1989); Munanga (2005); Akotirene (2018); Gonzalez (1983); Nascimento (2016); Butler (2015), entre outros. Os resultados revelam que, com a chegada da pandemia, causada pelo vírus da covid-19, as dificuldades foram crescentes em vários aspectos na vida dessas estudantes, interferindo significativamente na permanência dentro do curso de Pedagogia da Urca. O cenário da Covid-19.

2 Reflexões teóricas

De acordo com a Organização Pan Americana de Saúde e Organização Mundial de Saúde (OMS), a doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19), é uma doença infecciosa e se tornou uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional em janeiro de 2020, mas só em março, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. Foram confirmados no mundo, até o dia 23 de junho de 2021, 179 milhões de casos de COVID- e 3,87 milhões de mortes (OMS, 2021). Os sintomas mais comuns da COVID-19 são febre, cansaço e tosse seca, alguns podem apresentar dores, congestão nasal, dor de cabeça, falta de apetite, perda de olfato e paladar, entre outros. Afetando principalmente o sistema respiratório, o vírus pode interferir no funcionamento de diversos órgãos e deixar sequelas nos seus portadores, é transmitido principalmente por meio de gotículas geradas quando uma pessoa infectada tosse, espirra ou exala.

Na contaminação, nem todas as pessoas são afetadas da mesma maneira; temos os grupos de risco, que são os idosos de 60 anos ou mais, mulheres grávidas e puérperas e pessoas com doenças preexistentes, como: asma, diabetes, hipertensão, doenças cardíacas e com histórico de AVC ou câncer, não esquecendo dos fatores sociais, culturais, políticos e econômicos que deixam determinados grupos mais vulneráveis (OMS, 2021).

A infecção acontece ao inalar o vírus estando próximo de alguém que tenha COVID-19 ou ao tocar em uma superfície contaminada e, em seguida, passar as mãos nos olhos, no nariz ou na boca. Como orientação para proteção, a Organização Mundial de Saúde recomenda a utilização de máscaras, também é importante realizar a limpeza das mãos e ao sair utilizar o álcool em gel, além de manter uma distância de pelo menos um metro entre os indivíduos (OMS, 2020).

Com isso, no instante em que o vírus está ativo no organismo, ele causa problemas respiratórios, que podem ser leves ou moderados, parecendo muito com resfriado, pois os primeiros sintomas são coriza, dor de garganta, tosse, febre e falta de apetite (Organização Mundial de Saúde, 2020). Infelizmente, alguns pacientes infectados pelo vírus, podem evoluir para quadros graves, apresentando pneumonia, problemas cardiovasculares, trombozes, e as que já possuem comorbidades (doenças associadas), podem ter o sistema imunológico comprometido, levando ao óbito (Médici; Tatto; Leao, 2020).

A contaminação pelo covid-19 é geral, mas os recursos para combate ou enfrentamento dessa doença, em alguns indivíduos, é escasso, populações que não contam com abastecimento de água, periferias, negros e indígenas sofrem bem mais o impacto que a chegada desse vírus carrega consigo, o que vai evidenciando que existem grupos que não recebem seus direitos básicos para sobrevivência com dignidade (Médici; Tatto; Leao, 2020). Com as medidas restritivas e a decisão pela quarentena no Brasil, diversos serviços, locais e instituições, considerados não fundamentais para o funcionamento do país, foram temporariamente fechados, a fim de diminuir o contágio e, conseqüentemente, salvar vidas, decidida em uma reunião com vários países, feita pela organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no dia 18 de março de 2020, que acordou o fechamento das atividades presenciais, para tentar amenizar as altas taxas de contaminação. A chegada do vírus fez com que muitos problemas sociais fossem agravados, evidenciando dilemas que já existiam, como a desigualdade, a miséria, o desemprego e a falta de saneamento básico, alguns estudiosos já informam que o país vai demorar a se reestruturar por meses ou anos.

Com isso, o pesquisador e professor da Fiocruz, Buss (2020), enfatiza a importância do Sistema Único de Saúde como principal aliado na luta contra a covid-19, e diz que se não forem tomadas as medidas corretas para a proteção da sociedade, o país sofrerá ainda mais e, para algumas pessoas, podendo apenas sobrar a marginalização, sendo excluídas de uma vida com o mínimo de qualidade. Belfort Jr (2020), também ressalta os estudos voltados para a sociedade e minorias nesse momento de pandemia, discorrendo sobre a criação de programas que visem a proteção social para, de certa forma, diminuir os efeitos catastróficos que ocorreram com a chegada da pandemia.

O “novo normal”, como algumas pessoas chamam, é a nossa adaptação a esse terrível cenário de mortes e incertezas, dentro desse contexto de apreensão, se é que é possível encontrar normalidade em meio a tudo isso. Alguns mais sensíveis não imaginam como será a vida após a covid-19, é difícil pensar que os números eram pessoas, é complicado a mudança do cotidiano de forma repentina. São tem-

pos difíceis, o desemprego é alarmante, os altos preços dos produtos tornam tudo pior, sendo muito comum os inúmeros pedidos de ajuda nas redes sociais ou nas ruas, pessoas com placas pedindo comida, suplicando por emprego, pessoas comprando ossos ou catando lixos para poder se alimentar. Mas a pandemia foi apenas um aliado desse sistema, pois esses problemas já existiam há muito tempo, apenas foram escancarados (Médici; Tatto; Leao, 2020).

Todos esses fatores fizeram com que o respeito às medidas sanitárias fosse quase impossível, de modo que fica nítido quais foram os grupos mais atingidos com o vírus, quais as maiores taxas de mortalidade. Para Araújo e Caldwell (2020), uma pandemia diz mais sobre os habitantes do que sobre a própria doença e, no Brasil, nossa situação ficou bem pior, haja vista os desmantelos do SUS, da previdência social, cortes de direitos de trabalhadores, sabemos que a pandemia um dia vai passar, mas essas questões que nos atrapalham vão continuar crescendo.

Nessa conjuntura, Araújo e Caldwell (2020) argumentam que a Covid-19 é mais mortal para a população negra, justamente pelo cenário de violação dos direitos humanos, condições inadequadas de saneamento e moradia, racismo institucional nos serviços de saúde, pobreza e falta de alimentação adequada, fatores que colocam a população negra, em geral, e as mulheres negras, aos riscos de morte por Covid-19. Oliveira (2020) enfatiza que a pandemia libera o que há dentro de nós, trazendo à tona o melhor ou pior das pessoas, e realmente é uma frase que faz muito sentido diante do momento de tanto desprezo e desvalorização da educação, pois enquanto cientistas do mundo inteiro estudaram formas de descobrir a vacina para combater a covid-19, aqui no Brasil, algumas pessoas preferiam ir contra as diretrizes e órgãos conceituados da saúde, com pessoas se automedicando com fármacos sem nenhuma comprovação científica, o que acabava gerando outros problemas.

Com tantas mortes causadas pelo vírus, devido a péssima gestão do sistema de saúde no país, a criação da vacina sempre foi esperada, acreditando que a ciência e a tecnologia devolveriam um pouco de esperança. Sabemos que desenvolver uma vacina costuma levar décadas, mas a tecnologia e a junção de profissionais altamente capacitados, fizeram com que o sonho se tornasse realidade, na Rússia a Sputnik V, foi a primeira vacina criada no mundo, depois foram surgindo outras (Organização Mundial da Saúde, 2021). A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), liberou o uso das vacinas contra a Covid-19, sendo aplicadas na população brasileira, após vários estudos clínicos, em que cada estado e município se articularam para organizar a vacinação da população, mesmo tendo que ir de contra as ações e pronunciamentos do presidente da época, o Sr. Jair Bolsonaro, que já demonstrou, muitas vezes, que não era favorável ao uso de máscaras, fazendo declarações contra as vacinas e a favor do tratamento precoce, em desacordo com os

estudos científicos realizados a cada dia, no sentido de amenizar os danos causados pela covid-19.

Mesmo após a vacina, sabemos que as medidas ainda devem continuar por um longo período, pois nem todos são adeptos dos imunizantes, mesmo com todas as apelos das instituições de saúde, das pesquisas científicas, que enfatizam a importância e a segurança, muitos preferem acreditar em notícias falsas que, infelizmente, são bem comuns nos tempos atuais, por conta da intensa disseminação dessas informações na mídia, pela *internet* ou afins, que chamamos de *fakenews*. Seguimos sem esquecer das mais de 606 mil pessoas que perderam a vida para o vírus, até a data de conclusão desse trabalho, ainda sob efeito da pandemia, tentando nos adaptar, ousando sobreviver, na triste conjuntura política, que junto com o covid-19, escancarou problemas que estavam em processo de erradicação (Brasil, 2021). Dificuldades de permanência das alunas mães do curso de Pedagogia da URCA em tempos de pandemia

Desse modo, não tem sido diferente para as alunas do curso de pedagogia da Universidade Regional do Cariri, visto que muitas delas habitam as comunidades rurais ou cidades vizinhas, são mães e advindas da classe trabalhadora (Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, 2017). Assim, uma das maiores dificuldades na modalidade presencial, é a distância ou meios de transportes adequados para locomoção. Na via remota, essa dificuldade se volta para uma banda larga de qualidade, falta de área, aparelhos tecnológicos, tempo para realizar as atividades e acompanhar aulas, e o silêncio necessário para estudos (Oliveira, 2020). A pandemia e as estratégias utilizadas pelas faculdades, de manter os estudos de forma remota, deixaram visíveis os problemas que já existiam há anos, para a permanência das mulheres mães, negras, universitárias, trabalhadoras, periféricas, suburbanas (Organização Pan- americana da Saúde, 2020). E quando fazemos uma análise de raça, maternidade solo, território de moradia, é que se revelam os piores quadros de qualidade do acesso e condições de estudo dessas mulheres que, muitas vezes, ainda precisam trabalhar fora, o que ocasiona em sobrecarga (Oliveira, 2020).

As mulheres negras que já lideravam os piores índices em vários campos sociais, na pandemia esse número triplicou (Organização das Nações Unidas Mulheres, 2020). Como se já não bastasse o racismo que é latente, ainda temos as questões de gênero que contribuem para que nos diversos âmbitos, a vida das mulheres seja altamente prejudicada. O racismo estabelece a inferioridade social e das mulheres negras em particular, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça, vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto

a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira (Carneiro, 2013).

A maternidade surge como uma problemática, que gira em torno das mulheres, por serem elas, dentro da divisão sexual do trabalho, aquelas que cuidam dos filhos e das atividades do lar, o que gera muitas sobrecargas, além de precarizar a vida da mulher em várias dimensões, sejam elas sexuais, econômicas, educacionais, profissionais e política (Biroli; Muniz, Veneroso, 2018). Assim, fica cada vez mais difícil as mulheres mães se manterem estudando com qualidade, principalmente, no cenário da pandemia, de aulas remotas, home office e muitas vezes cuidando exclusivamente dos filhos, da educação dos mesmos, das atividades domésticas, esquecendo delas próprias (Oliveira, 2020).

Sabendo que a maioria das estudantes do curso de pedagogia da Urca são da classe trabalhadora, entendemos que muitas dessas mulheres estão em regime de home office, estão realizando o trabalho não remunerado em casa, no cuidado da casa, filhos, juntamente com as atividades acadêmicas (Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, 2017). Compreendemos o quanto as estudantes que são mães, passam por dificuldades para permanecer no curso, devido ao cansaço gerado pela jornada tripla ou, muitas vezes, até quádrupla, por serem preteridas das bolsas que a academia oferece, assim elas se atrasam ou desistem de seus cursos (Amorim; Urpia, Sampaio, 2012).

Considerando o contexto atual do covid-19, são vários aspectos que dificultam a vida acadêmica dessas mulheres, seja por não terem mais a rede de apoio para ajudar no cuidado dos filhos, uma banda larga de qualidade, matriz curricular do curso, a metodologia rígida de alguns professores, sem contar nas questões pessoais, econômicas, e diante desse contexto pandêmico, a saúde, tudo isso torna difícil o processo de aprendizagem dessas mulheres. É interessante pontuar que, segundo o IBGE, elas são maioria nos cursos de licenciatura, pois a visão é a de que a mulher possui habilidades naturais de cuidado e proteção de si e dos outros, só ela é capaz de ter funções ligadas ao cuidado e à educação da infância, nisso as relações de gênero atravessam os processos de construção (Vianna; Louro, 2002).

Nesta dinâmica, o magistério foi um dos primeiros vínculos empregatícios formais para o público feminino, mas até mesmo nessa profissão, é possível perceber a desigualdade de gênero presente. Louro (2002) nomeia o fenômeno, ao qual ele chama de “feminização do magistério”, pelo fato de que foi destinado esse cargo por estar relacionado às funções de cuidar (Vianna; Louro, 2002). Esse perfil também interpassa pela classe e raça, pois a maioria das estudantes dos cursos de licenciatura em pedagogia, são filhas de pais trabalhadores, como também é um

curso composto por muitas mulheres negras, pois até nossas escolhas profissionais, são muitas vezes permeadas pela subjetivação dos processos sociais e culturais (Vianna; Louro, 2002).

O curso de Pedagogia da Urca é constituído por maioria feminina, mas infelizmente, a Universidade não possui um planejamento estratégico ou uma assistência estudantil que garanta a permanência das alunas mães, em prol de atenuar os problemas relacionadas ao mau desempenho acadêmico ou na evasão das alunas mães (Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, 2017). Devido a isso, muitas alunas mães não têm outra alternativa, a não ser trancar o curso, por não dar conta das jornadas triplas ou quádruplas de trabalhar fora estudar, cuidar dos filhos e das tarefas domésticas, pela falta de uma assistência estudantil de qualidade, que forneça um auxílio financeiro, PDI (2017). No momento de encerramento desse estudo tomamos conhecimento de um edital de bolsas permanência para estudantes mães, publicado pela URCA, ficando a análise dessa iniciativa e seus impactos para estudos posteriores. Assim, várias alunas que não têm com quem deixar os filhos, acabam se evadindo, problema que seria resolvido se a creche universitária ou escola de aplicação existisse dentro da Universidade, para atender os filhos da comunidade acadêmica, o que geraria também oportunidades de estágio, pesquisa, extensão e observação aos universitários.

Nesse sentido, Urpia e Sampaio (2009) apontam que a mulher se encontra em desvantagem na permanência na Universidade, em razão de ser um grupo social com especificidades e que, portanto, necessitam de atenção especial por parte da instituição, o que muitas vezes não ocorre e acaba contribuindo para aumentar os problemas vivenciados por esse grupo em questão. No contexto de pandemia, essa sobrecarga ficou pior, haja vista o fechamento das escolas, crianças em período integral em casa, trabalho de *home office* ou perda de emprego, serviços domésticos a todo instante, alimentação e educação dos filhos, o que gerou comprometimentos físicos e mentais, como medo, tristeza e insegurança, que acabam dificultando a realização das atividades acadêmicas (Médici et al, 2020). E como a Urca também aderiu ao ensino remoto, os recursos digitais foram bastante utilizados para as aulas e anexo de trabalhos e provas, o que de certa forma, muitas vezes, impossibilitava essas mulheres de assistir ou acompanhar as atividades, por falta de dispositivos, locais silenciosos, banda larga adequada, ou por habitarem zona rural que não possui área (Médici et al, 2020).

Nesse sentido, muitas não conseguem ser assíduas nas aulas remotas, ter atenção ou concentração, gerando atrasos na entrega das atividades, saídas antes do término das aulas, diminuição das notas e no entendimento dos assuntos, e inúmeras outras situações que podem influenciar na deficiência do ensino-aprendiza-

gem (Médici et al, 2020). Assim, percebe-se que é muito importante o olhar voltado para essas alunas, que diariamente encontram obstáculos para permanecer no curso.

3 Resultados e discussões

Nesta seção, serão apresentados e analisados os resultados da pesquisa realizada com as estudantes mães do curso de Pedagogia da Universidade Regional do Cariri. Ao todo, foram contabilizadas 24 respostas, no período de julho a agosto de 2021, obtidas por meio das perguntas transcritas de forma literal. As alunas serão identificadas por especificidades encontradas no seu perfil para assim, preservar sua imagem. Ao traçar um perfil sobre as estudantes da pesquisa, é importante deixar claro que antes de serem universitárias, mães e trabalhadoras, elas são mulheres, com suas especificidades, mas todas estão dentro do contexto da sociedade, da desigualdade, da pressão:

[...] a verdade é que as mulheres estão irremediavelmente divididas dentro do sistema capitalista. Não porque queiramos, mas porque vivemos vida diferentes. A mulher burguesa não tem nada a ver com a mulher operária e trabalhadora, com a mulher pobre das periferias das grandes cidades, das favelas e do campo. A cada dia se aprofunda o abismo entre elas, e isso porque suas condições materiais de vida ficam cada vez mais diferenciadas. O que as leva a vivenciar o que é próprio do gênero feminino (aquilo que as une) de maneira diferente. Ser mulher para umas é bem diferente de ser mulher para outras. A mulher burguesa, por mais oprimida que seja como mulher, não tem dupla jornada, não passa o dia trabalhando, não tem de lutar por sua sobrevivência. Ela não é explorada. Pelo contrário. Explora outras mulheres e homens, nunca vimos uma madame gritando na porta de uma escola para conseguir vaga para o filho. Nunca soubemos de uma socialite que deixasse seu filho pequeno com a vizinha por falta de creche no local de trabalho, nem tampouco que precisasse de auxílio-maternidade (Toledo, 2001, p.9-10).

As primeiras perguntas do questionário referiam-se ao perfil socioeconômico, a fim de caracterizar o perfil das mesmas. Com relação à idade, das 24 estudantes que responderam, apenas 5 delas têm idade entre 17 e 21 anos de idade; 9 com idade entre 22 e 26 anos; 4 entre 27 e 31 anos; 6 acima dos 32 anos. A partir desses dados, se percebe a presença da gravidez no final da adolescência e início da vida adulta, o que é bem comum, segundo a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS, 2016), em que o padrão de fecundidade da população brasileira nessa faixa etária (entre 17 a 29 anos), chega a 80,9%, e é bem caracterizado pelas variáveis socioeconômicas, raça e classe.

A segunda pergunta foi referente ao estado civil das estudantes. São 11 solteiras, 10 casadas e 3 mulheres divorciadas, de forma que existe um número considerável de mães solteiras. Com as alunas que marcaram a opção divorciadas e observando as questões seguintes, entendemos que é um número grande de mulheres que são as provedoras e principais responsáveis pela casa e cuidado dos filhos. Em 2020, com a pandemia, esse número aumentou, juntamente com o desemprego dessas mulheres (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020). Além disso, percebe-se que a maioria dessas mães que afirmaram ser solteiras ou divorciadas, assinalaram a opção negras ou pardas, e elas não são casos à parte, visto que a maioria das mães solo no país são negras (61%), segundo o IBGE (2019). Assim, imaginamos a sobrecarga dessas mulheres, o medo da perda de emprego e a preocupação com o filho, como pode ser percebido na fala dessa estudante abaixo:

Não dá para estudar, trabalho em call center e estou em home office e não posso perder meu emprego, meu filho só tem a mim, está tudo muito difícil (aluna do 6º semestre, renda de até 1 salário mínimo, solteira, negra, 1 filho com idade entre 1 a 5 anos).

Essas mulheres desempenham multifunções, o que gera uma sobrecarga extrema, que não permite que elas se dediquem a graduação da forma que desejam. O trabalho em *home office*, junto com o cuidado exclusivo dos filhos, trouxe dificuldades adicionais, como na fala dessa aluna abaixo:

Não consigo estudar, o home office é terrível, minha internet é lenta e meu filho precisa assistir os desenhos para eu poder estudar e trabalhar (aluna do 7º semestre, renda de até 1,5 salário mínimo, solteira, negra, 1 filho com idade entre 1 a 5 anos).

É o que explica a pesquisa da Parent in Science (2021), que a realidade do *home office*, imposta pela pandemia, poderia, em princípio, ser considerada uma situação positiva, afinal, trabalhar de casa poderia ser considerado um ganho, mas passado 1 ano, percebemos os efeitos dessa nova realidade na saúde mental e física dessas mulheres. Devido a pandemia, e o isolamento social, muitas mulheres se viram sem a sua rede de apoio, o que dificultou mais ainda o desempenho das funções, além da sobrecarga e das dificuldades financeiras, como informa a Parent in Science (2021). No sentido de que a maioria das pessoas que compõem as redes de apoio, são avós, tias, mães e, a maioria dessas pessoas, fazem parte do grupo de risco da covid-19, o isolamento foi medida necessária, mas que não foi suficiente, como nesse relato triste de uma das alunas, na pergunta se ela tinha rede de apoio e quem era essa pessoa:

Não, infelizmente não tenho mais, minha mãe que era a única que me ajudava, acabou falecendo de covid-19, não tenho mais ninguém, meu esposo trabalha viajando, nem sei. (aluna do 5º semestre, negra, renda de até 2 salários, casada, 2 filhos com idade entre 1 e 5 anos).

Um dado triste, que é confirmado pela organização das Nações Unidas Mulheres (2020), diz que mulheres negras morrem mais de covid-19 do que mulheres e homens brancos, devido à falta de saúde adequada, doenças pré-existentes, causadas por má alimentação, desnutrição ou por estarem mais expostas ao contágio do vírus. Todos esses acontecimentos, mudanças, e a falta das pessoas que auxiliavam nos cuidados com os filhos, fazem com que a saúde física e mental dessas mulheres fique bastante abalada após a chegada da pandemia, ocasionando vários problemas de cunho psicológico (Médici et al, 2020). No total 7 mulheres relataram que não possuem rede de apoio, e 3 delas informaram que a rede de apoio é o esposo:

Sim, meu marido, que me ajuda muito (aluna do 3º semestre, casada, branca, renda de até 2 salários mínimos, 1 filho entre 1 e 5 anos).

Sim, meu esposo (aluna do 3º semestre, casada, branca, renda de até 1 salário mínimo, 1 filho entre 1 e 5 anos).

Sim, meu marido (aluna do 2º semestre, casada, negra, renda de até 1 salário mínimo, 1 filho entre 6 e 10 anos).

É o que explica Cisne (2015), que a sociedade naturaliza tanto os cuidados exclusivos dos filhos, da casa, que a mulher se sente na obrigação de levar todas essas tarefas, ela não se sente no direito de cobrar nada e caso queira cobrar ou pedir ajuda, é julgada, é o nome dado ao trabalho não remunerado, sem direito a reclamação:

A ideologia sexista reproduzida por instituições como família, Igreja e escolas, naturaliza papéis conservadores de gênero que faz com que mulheres correspondam a “qualidades”, “habilidades”, “atividades” e até mesmo “missões sagradas” – como a maternidade – como sendo inatas ao ser feminino, portanto, aparentemente, inquestionáveis (Cisne, 2015, p.142).

Segundo Vianna (2017), a rede de apoio não é formada pelos pais da criança, mas por toda e qualquer pessoa que ajuda de forma remunerada ou não, nos cuidados das crianças.

Então, no caso do relato das entrevistadas, o pai não se caracteriza como rede de apoio, já que o mesmo é pai da criança e não uma pessoa externa. Na pergunta sobre a participação (cuidados, educação, afeto, financeiro), do pai na cria-

ção dos filhos, 9 mulheres responderam que o pai cumpre com suas obrigações; 10 mulheres responderam que os pais das crianças pouco participam da criação dos filhos; outras responderam que não participam de maneira nenhuma, confirmando os dados da Organização das Nações Unidas Mulheres (2020), em que, mesmo casadas, as mulheres são as provedoras de cuidados exclusivos com os filhos. Sobre a sobrecarga materna Hays (1998), discorre sobre isso:

A ideologia da maternidade intensificada é um modelo que aconselha as mães a despendere uma enorme quantidade de tempo, energia e dinheiro na criação de seus filhos. Numa sociedade em que mais da metade de todas as mães com filhos pequenos trabalham fora de casa, bem poderíamos nos perguntar porque a nossa cultura pressiona as mulheres a decidir tanto de si mesma à criação de seus filhos. Além do mais, numa sociedade em que a lógica do ganho egoísta parece orientar o comportamento em diversas esferas da vida, poderíamos também nos perguntar porque uma lógica altruísta de proteção e carinho orienta o comportamento das mães. Esses dois fenômenos intrigantes constituem o que chamo de contradições culturais da maternidade contemporânea (Hays, 1998, p. X).

Ao abordar como elas se autodeclararam, 9 declararam ser negras; 6 pardas; 8 brancas e 1 indígena. Esses dados só são possíveis pelas ações afirmativas, pela política de cotas nas universidades, a fim de democratizar o acesso. Política essa, que a IES só adotou no ano de 2018 (Universidade Regional do Cariri, 2019). Mas em seguida, quando tratamos de ingresso na IES, percebemos que os problemas de permanência dessas mulheres são existentes, pois 2 delas informaram que ingressaram na URCA no ano de 2012; outras 2 entraram em 2015, sendo que as 4 são as que têm renda de apenas 1 salário mínimo; 3 delas declaradas negras e 1 delas parda; e 3 dessas mulheres, são solteiras. O ingresso e a permanência na universidade são elementos das relações de dominação existentes no campo universitário, materializadas nos procedimentos formais (exames, avaliações) e informais (relações sociais e processos simbólicos), e que permitem a manutenção da estrutura vigente (Pereira; Passos, 2007, p.30).

Entendemos que a demora na conclusão, a falta de aproveitamento no ensino e aprendizagem, ou até a reprovação de disciplinas se dá, muitas vezes, pela condição financeira, por precisarem trabalhar, ou por não terem com quem contar no cuidado dos filhos, pois tudo isso reflete no *déficit* de aprendizagem e até na evasão. Não é somente o acesso, mas também a permanência das estudantes que precisa ser discutida, pois são anos dentro de uma instituição que precisa conhecer, compreender as especificidades de cada estudante e traçar planos para diminuir as dificuldades, nesse sentido, Santos (2011) diz:

Talvez seja mais correto designar a área de acesso como acesso/permanência ou mesmo acesso/permanência/sucesso, uma vez que o que está em causa é garantir não só o acesso, mas também a permanência e o sucesso dos estudantes oriundos de classes ou grupos sociais discriminados (Santos,2011, p.69).

Algumas mães (14), relataram que engravidaram durante a graduação; 10 delas informaram que já tinham os filhos no ingresso a IES, mas 15 delas responderam que, ao longo do curso, precisaram trancar alguma disciplina, é o que aponta Urpia e Sampaio (2009,) que a mulher se encontra em desvantagem na permanência na universidade, em razão de ser um grupo social com especificidades e que, portanto, necessitam de atenção especial por parte da instituição.

Na pergunta, se durante a pandemia, já houve vontade de desistência da graduação, 19 delas responderam que sim; 5 delas responderam que não houve vontade de desistência do curso; mas quando a pergunta foi referente ao rendimento acadêmico com a pandemia, 22 delas assinalaram que o rendimento diminuiu na pandemia; apenas 2 mulheres, ambas brancas, casadas, com 1 filho, relataram que não sentiram diferença com a chegada da pandemia. Mas quando indagadas sobre a sobrecarga na pandemia, foi unânime a resposta de que sim, todas as 24 mulheres se sentem sobrecarregadas com as diversas funções que desempenham, é o que aponta a pesquisa da Parent in Science (2021). Assim, a sobrecarga de trabalho das mães permeia o gênero e outros marcadores sociais, como raça e classe, mas todas de alguma forma são atingidas nesses momentos de crise.

É importante enquanto pesquisadora que se enquadra nos estudos, frisar referente a solidão que essas mulheres sentem, enquanto mães, pois muitas vezes, seu cansaço é anulado ou não visto, por conta da naturalização da sobrecarga materna, em grande parte, colocada como “dom”, o que não permite que essas mulheres exponham as suas triplas ou quádruplas jornadas. A mulher é ensinada como deve agir, o que deve fazer e até como se comportar em várias situações de sua vida. Uma delas, é a maternidade, onde nossa sociedade condena qualquer tipo de desabafo, pois ao nascer, biologicamente, com um aparelho genital feminino, a mulher é convencida de que modo deve agir ou de determinada maneira em virtude de seu órgão sexual e reprodutivo (Butler, 2002).

Sobre a renda familiar, as 24 alunas responderam que a renda é composta por 2 ou mais pessoas da família. Quando somamos a renda no mês pelos integrantes da família, encontramos metade dessas mulheres em situação de baixa renda. E quando a pergunta foi sobre trabalho remunerado, apenas 13 responderam que estavam empregadas; as outras 11 fazem parte do índice de desemprego, que atingiu 8,5 milhões de mulheres que tiveram que sair do mercado de trabalho, segundo

dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020). Uma das estudantes informou estar recebendo o auxílio emergencial, em uma família de 2 filhos, onde apenas esposo trabalha, é possível imaginar todos os percalços que essa aluna passa, enquanto mãe, como é possível ver nesta fala:

É difícil assistir aula, a internet é muito fraca, mas não dá para trocar agora pois estou desempregada, só recebo o auxílio emergencial onde ajudo meu esposo nas contas de casa e com os meninos (aluna do 9º semestre, renda de até 1 salário mínimo, casada, negra, 2 filhos com idade entre 1 a 5 anos).

É importante deixar exposto que o trabalho dentro de casa, que a mulher realiza enquanto cuidado com os filhos, casa, alimentação, roupas, educação, fazem parte do conjunto de trabalhos não remunerados, mas que precisam ser reconhecidos e visibilizados e não apenas colocados como formas de amor, impostas às mulheres, como afirma Federici (1975). Sobre conciliar os estudos e a maternidade com o acréscimo da pandemia, elas responderam que:

É triste, eu não consigo dar conta, meu bebê demanda muito tempo, não estou conseguindo dar conta das coisas da faculdade, nem sinto que estou sendo uma boa mãe (aluna do 9º semestre, renda de até 2 salários mínimos, casada, branca, 1 filho com idade entre 1 a 5 anos).

Não imaginava que era dessa forma, estou esgotada e triste, sinto que estou abrindo mão do meu sonho de ser pedagoga (aluna do 7º semestre, renda de até 1 salário mínimo, solteira, negra, 1 filho com idade entre 1 a 5 anos).

É visível que, mesmo com todas as especificidades, encontramos o mesmo relato de cansaço nos dois discursos das alunas, por não conseguir dar conta dos cuidados com os filhos, tarefas domésticas, trabalho e curso, somado ao sentimento de tristeza e exaustão da culpa pela falha, enquanto mãe, em busca tão idealizada visão da “mãe perfeita”, e que sabemos que não existe, e que Badinter (2011) chama de identidade forçada das mulheres na condição de mães. Com relação à moradia das estudantes, das 24 entrevistadas, 7 moram na zona rural e 17 moram na zona urbana. A realidade é que ocorre uma desigualdade para com essas estudantes da zona rural, desigualdade essa que é ocasionada pela distância, pela falta de transportes, dificuldades econômicas, baixa cobertura de energia elétrica e de rede de internet, o que gera um déficit no acompanhamento das aulas remotas, interferindo na permanência dessas alunas, como na fala a seguir:

Meu celular é ruim, a internet é pior ainda, as vezes aqui não pega área, sempre estou perdendo os prazos das entregas das atividades, ou das au-

las via meet, o que é muito ruim e nem todo professor entende (aluna do 6º semestre, renda de até 1 salário mínimo, casada, parda, 1 filho com idade entre 1 a 5 anos).

Nesta conjuntura, a pandemia escancarou vários problemas na nossa sociedade, e com a mudança para o ensino remoto, ficou pior, visto que nem todos os alunos possuem aparelhos adequados para acompanhar as aulas, e muitos não dispõem de uma internet de qualidade como aponta (Médici et al, 2020). Na pergunta referente ao turno em que estão matriculadas, 11 alunas informaram ser do turno da manhã e 13 do noturno, concluindo-se que maioria delas frequentam o curso pela noite, provavelmente, por questões de trabalho, ou por não ter quem cuide da criança no horário da manhã, pela utilização do dia para as tarefas de casa, cuidado dos filhos, alimentação, apenas sobrando tempo à noite. Na pergunta sobre a quantidade de filhos, 18 mulheres informaram possuir apenas 1 filho; 3 mulheres possuem 2 filhos; 2 mulheres possuem 3 filhos e 1 apenas informa ter 4 filhos, conforme o relato abaixo:

QUADRO 01 – Número de mães e filhos

QUANTIDADE DE MÃES	QUANTIDADE DE FILHOS
18	01
03	01
02	03
01	04

Fonte: Pesquisa direta, 2021.

Sobre a faixa etária dos seus filhos, a maioria delas possui filhos em idade de 1 a 5 anos, que totalizou 11, seguindo de 5 mulheres que informaram ser mães de crianças menores de 6 meses; 4 informaram ter filhos entre 6 e 10 anos; 3 mães informaram ter filhos entre 10 e 15 anos e apenas 1 mãe informou ter filho acima de 16 anos, conforme o quadro abaixo:

QUADRO 02 – Faixa etária da idade dos filhos por número de mães

QUANTIDADE DE MÃES	IDADE DOS FILHOS
05	06 meses
11	01 a 05 anos
04	06 a 10 anos
03	10 a 15 anos
01	16 anos ou mais

Fonte: Pesquisa direta, 2021.

Com essa informação, é necessário destacar a importância do acompanhamento da criança até os seus 10 anos de idade, ao nascer com aleitamento materno exclusivo até os seis meses, podendo se estender até os dois anos em livre demanda. O cuidado integral, o brincar, a segurança, a alimentação, a interação com os outros e a educação, são essenciais nos primeiros anos de vida da criança, segundo a Política Nacional De Atenção Integral À Saúde Da Criança- PNAISC (2018). É possível entender o quanto esses primeiros anos de vida dos filhos, influenciam na vida estudantil dessas mulheres, impactando não só o ensino básico para aquelas que engravidaram antes de ingressar na Urca, mas o ensino superior, onde requer muito mais empenho e dedicação, dessas mulheres.

Com a chegada da pandemia, todos os problemas se intensificaram, com a inserção das aulas remotas, não foi diferente, revelando uma desigualdade econômica entre os alunos e quando colocamos o adicional de gênero e raça, essa deficiência fica mais aparente (Organização das Nações Unidas Mulheres, 2020). É o que podemos perceber através das falas das alunas, referentes à pergunta sobre as dificuldades das aulas online:

Sim, é difícil e na maioria das vezes surgem problemas na internet ou com o aparelho celular, as vezes meu filho está chorando muito e não consigo escutar (aluna do 4º semestre, renda de até 1 salário mínimo, casada, solteira, negra, 1 filho com idade entre 1 a 5 anos).

Eu e meu esposo fazemos faculdade, precisamos nos revezar para não deixar nossa filha sozinha. Durante o dia fico sozinha com ela, se houver aula é bem complicado a participação porque uma criança demanda atenção e cuidados (aluna do 7º semestre, renda de até 2 salários mínimos, casada, branca, 1 filho com idade entre 1 a 5 anos). básico para aquelas que engravidaram antes de ingressar na Urca, mas o ensino superior, onde requer muito mais empenho e dedicação, dessas mulheres.

Sim, é difícil e na maioria das vezes surgem problemas na internet ou com o aparelho celular, as vezes meu filho está chorando muito e não consigo escutar (aluna do 4º semestre, renda de até 1 salário mínimo, casada, solteira, negra, 1 filho com idade entre 1 a 5 anos).

Eu e meu esposo fazemos faculdade, precisamos nos revezar para não deixar nossa filha sozinha. Durante o dia fico sozinha com ela, se houver aula é bem complicado a participação porque uma criança demanda atenção e cuidados (aluna do 7º semestre, renda de até 2 salários mínimos, casada, branca, 1 filho com idade entre 1 a 5 anos).

Moderadamente, porque tenho acesso à internet e posso acompanhar as aulas no turno que estou matriculada, mas me sinto prejudicada em relação ao desempenho quanto a realização de certas atividades, ou até mes-

mo na assimilação dos conteúdos, haja vista, neste período de pandemia percebo que dificuldades que já existiam antes, neste momento ficaram mais latentes, ganharam um peso maior (aluna do 8º semestre, renda de até 1 salário mínimo, solteira, negra, 1 filho com idade entre 1 a 5 anos).

O cuidado próprio, no sentido físico e mental que sabemos ser importante, principalmente, nesse contexto da pandemia, é deixado de lado para a tentativa de dar conta de tudo, a cobrança pela perfeição é visível e a exaustão também, como nesse relato:

São muitas atividades, internet péssima, professor que não espera, não há um lugar adequado, leitura de texto no celular é complicado, muito conteúdo o celular sobrecarregado de arquivo, meu bebê está na fase de brincadeiras e gritinhos, as vezes quero responder a chamada e não consigo, eu já chorei por tantas vezes pois eu era uma boa aluna (aluna do 6º semestre, renda de até 1 salário mínimo, casada, parda, 1 filho Com idade entre 1 a 5 anos).

Outro ponto importante que merece ser ressaltado é, segundo elas, a “falta de consciência” de alguns professores, referente ao contexto pandêmico, no que se refere a excessos de trabalhos com prazos curtos, seminários e aulas com muitas horas:

Criança chorando ou gritando, a internet ruim e os professores não tem empatia com a gente, muitos trabalhos extensos, aulas demoradas que muitas vezes eu tenho que sair antes de acabarem, muitos seminários e tudo com os prazos curtíssimos, nem parece que estamos em pandemia (aluna do 8º semestre, renda de até 1 salário mínimo, casada, negra, 1 filho com idade entre 6 a 10 anos).

Porque as demandas da maternidade estão misturadas com as demandas dos estudos e acabo não tendo tempo, disposição e condições favoráveis para estudar e os professores não ajudam (aluna do 8º semestre, renda de até 1 salário mínimo, casada, negra, 1 filho com idade entre 1 a 5 anos), internet ruim, uso 3g do chip do governo, não posso pagar uma fibra, muitas atividades e trabalhos que os professores passam sem piedade e meus filhos demandam muito de mim, no momento não tenho ajuda a não ser da minha mãe que pegou covid-19 e está com sequelas, não consigo acompanhar as aulas (aluna do 7º semestre, renda de até 1 salário mínimo, solteira, negra, 2 filhos com idade entre 6 a 10 anos).

Com essas falas, nos vem à lembrança de Paulo Freire (1969) e de tantos outros educadores, que nos fazem refletir sobre as desigualdades no ambiente educacional. As práticas utilizadas por muitos docentes e também pelas instituições que não atendem os estudantes nas suas especificidades, promovendo a desigualdade

de grupos e até a evasão desses estudantes que, pelas suas particularidades, não conseguem acompanhar as aulas. Na pergunta sobre qual suporte elas consideram que poderia ser oferecido pela universidade para melhorar o acompanhamento e o rendimento nas aulas, elas disseram que:

uma flexibilidade entre aluno e professor para entregas de atividades e trabalho, suporte psicológico e financeiro é importante (aluna do 7° semestre, renda de até 1 salário mínimo, solteira, negra, 1 filho com idade entre 6 a 10 anos)

Repensar metodologias, carga horária, atividades e modos de avaliar, acompanhar e Ouvir docentes e discentes ativamente, observando o ensino e o rendimento (aluna do 5° semestre, renda de até 2 salários mínimos, casada, branca, 2 filhos com idade entre 1 a 5 anos).

Algumas estudantes consideram também ideias para o período presencial, como exemplo da creche:

nas aulas presenciais, colocar uma creche e fornecer uma bolsa, que se existisse também serviria agora na pandemia, e que os professores tivessem um olhar mais empáticos com a gente (aluna do 3° semestre, renda de até 1 salário mínimo, solteira, negra, 2 filhos com idade entre 1 a 5 anos).

Assistência estudantil ou auxílio creche, empatia dos professores, algum recurso financeiro não somente na pandemia, mas para o período presencial também (aluna do 7° semestre, renda de até 1 salário mínimo, casada, negra, 1 filho com idade entre 6 a 10 anos).

Outras consideraram também, um apoio financeiro ou auxílio creche, não apenas na pandemia:

a Universidade precisa pensar a condição física e psicológica das/os estudantes, atuando, se necessário, com atendimento psicológico. As/os professoras/es poderiam diminuir a quantidade de trabalho, focando numa maior qualidade dos mesmos, e uma assistência financeira (aluna do 5° semestre, renda de até 1 salário mínimo, solteira, negra, 1 filho com idade entre 1 a 5 anos).

E a diminuição do semestre também acarreta dificuldades devido ao tempo para conclusão de atividades tendo que conciliar com a rotina da maternidade. Seria muito bom se tivesse o auxílio creche, desde que eu entrei na Urca que falam, mas nunca aprovam (aluna do 8° semestre, renda de até 1 salário mínimo, solteira, negra, 2 filhos com idade entre 6 a 10 anos).

A assistência estudantil, que já é prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional da Urca, desde o ano de 2012, mas foi ofertado apenas em 2016, durante 1

ano, é defendida por muitos autores como Santos (2005), que fala que as políticas de assistência estudantil no Ensino Superior, podem ser entendidas como instrumentos que buscam superar as formas desiguais, como também defende Souza (2011):

A assistência Estudantil, transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional, nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros (Souza, 2011, p. 3).

Entendemos a assistência estudantil como mais um apoio dentro do espaço acadêmico, como prática assistencialista, a fim de minimizar as dificuldades vivenciadas por esses grupos, visando a garantia de direitos e a equidade. Quando foram indagadas se a cor da pele tinha alguma interferência nesses processos, as respostas foram:

Não, minha cor não influencia de forma alguma minha educação (aluna do 3º semestre, renda de até 2 salários mínimos, casada, branca, 1 filho com idade entre 6 a 10 anos).

Sim, em alguns momentos sim, pois estou desempregada e mesmo com um currículo bom, eu não sou chamada, meu esposo é negro e também está desempregado, está tudo difícil a gente sabe quando nossa cor é o problema para a sociedade (aluna do 3º semestre, renda de até 1 salário mínimo, casada, negra, 1 filho com idade entre 6 a 10 anos).

Não vejo influências da minha cor (aluna do 5º semestre, renda de até 2 salários mínimos, casada, branca, 1 filho com idade entre 1 a 5 anos).

Claro que sim, pois vivemos em uma sociedade racista, tudo é pior para a gente, e tudo influencia o desemprego, as dificuldades financeiras, as oportunidades (aluna do 8º semestre, renda de até 2 salários mínimos, casada, parda, 1 filho com idade entre 1 a 5 anos).

Sim, pois tudo é difícil para nós (aluna do 7º semestre, renda de até 2 salários mínimos, casada, parda, 1 filho com idade entre 1 a 5 anos).

Importante informar que não pude transcrever todas as respostas, pois algumas das participantes, só colocaram que “Sim” ou que “Não”, não havendo a resposta completa da pergunta. Diante da fala dessas mulheres, é possível compreender o racismo estrutural que Almeida (2018) explica, pois o racismo perpassa todos os âmbitos e é decorrente da própria estrutura da sociedade. Então, quando algumas mulheres falam com propriedade, que elas sentem, que muitas das difi-

culdades que elas passam nesse momento, são provenientes do racismo enraizado na nossa sociedade, por tudo que já vem sendo tratado nos capítulos anteriores, infelizmente esse sentimento é verídico, pois segundo Santos:

Ser negro no Brasil é, pois, com frequência, ser objeto de um olhar enviesado. A chamada boa sociedade parece considerar que há um lugar pre-determinado, lá em baixo, como em todos os espaços, sendo ruim para os negros e assim tranquilamente se comporta.& quot; Santos (2000)

Nesse contexto, onde são esperados e destinados os piores lugares para as pessoas negras, os maiores índices negativos, a falta de oportunidades, transporte, alimentação, segurança, atingindo também a educação e tantos outros aspectos. Situações essas, que muitas pessoas de pele branca não conseguem imaginar que exista, mas que para o negro, infelizmente, é bem comum. Se incluir gênero, as dificuldades se tornam maiores, como Gonzalez (1983) explica através do mito da democracia racial, onde ela diz que para as pessoas não negras, fica oculto toda forma de racismo vivenciada pelas pessoas negras, violência essa que atinge de maneira maior a mulher negra. Assim, percebemos que há particularidades nos grupos dentro da sociedade, que interferem nas condições de acesso e permanência e no desempenho da educação superior, e como falamos sobre as estudantes mães, é esperado alterações estruturais, sociais e institucionais, a fim de minimizar essas desigualdades.

3 Considerações finais

Algumas pessoas buscam, através do estudo, a ascensão social, a transformação de sua condição, ocupando espaços que antes elas não poderiam estar. Mesmo assim, ainda é possível perceber aspectos que contribuem nas dificuldades de permanência de alguns grupos no ensino superior. Por isso, a pesquisa se propôs a avaliar a situação das estudantes mães negras do curso de licenciatura em pedagogia, da Universidade Regional do Cariri, pelos motivos de que o curso de pedagogia tem maioria feminina, possuindo muitas mães e que o contexto da pandemia e de isolamento, dentro das aulas remotas, foi altamente prejudicial para esse grupo, com o recorte racial.

Após os dados obtidos, podemos observar que a pandemia da covid-19 dificultou ainda mais a permanência das mulheres, não apenas na Urca, mas em todas as instituições, visto que a divisão do trabalho obriga as mulheres aos cuidados com os filhos, casa, o que gera uma sobrecarga. Com recorte racial, entendemos que, em cima dessas dificuldades, se encontra o racismo, o que acaba sendo um ponto negativo a mais, fazendo a diferença em todo processo.

Todos os problemas percebidos diante das falas das estudantes, deixou visível algumas questões que ocasionam baixa interação, rendimento, atraso nas atividades, interferindo no ensino aprendizagem e até a evasão, problemas esses que são causados pela condição enquanto mãe solo ou mãe que trabalha fora e não possui rede de apoio, ou pela falta de empatia e apoio dos professores. Além disso, as alunas relataram estarem insatisfeitas com o aprendizado, pois se sentem sobrecarregadas diante de tudo que precisam fazer durante no dia, muitas também trabalham fora para garantir o sustento, o que gera acúmulo de funções, fatores esses que interferem fortemente no rendimento acadêmico.

Segundo elas, o que iria contribuir para melhoria dos processos, seria a assistência estudantil, creche, para quando voltasse o período presencial, o que de certa forma contemplaria toda a comunidade acadêmica, haja vista que os cursos da grade da Universidade poderiam utilizá-la como prática de estágio, assim beneficiando a todos. A humanização por parte dos professores, para com as alunas e suas particularidades, enquanto mães, revendo prazos e adequando horários.

Com isso, foi possível demonstrar que todas as dificuldades relatadas pelas estudantes no período da pandemia, podem ser minimizadas, enquanto instituição que precisa acolher, abolindo todo tipo de desigualdade e falta de equidade, considerando as especificidades de gênero e raça, promovendo a inclusão e reconhecendo tudo que esse grupo sofre, estando dentro da sociedade. Para isso, é necessário que as medidas educacionais, políticas de apoio e assistência, aconteçam para garantir essas mulheres qualidade e bem-estar no acesso e na permanência, não apenas na pandemia, mas fora dela, pois sonhamos e temos esperança na Erradicação desse vírus.

4 Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARAÚJO, E. M.; CALDWELL, K. L. **Por que a COVID-19 é mais mortal para a população negra?**. ABRASCO, Rio de Janeiro, 2020.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018. BEAUVOIR, S. DE. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

BUTLER, J.; AGUIAR, R. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. **O copo educado: pedagogia da sexualidade**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 110-126.

BRASIL. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) 2016**: Dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Portaria nº 1.130, de 5 de agosto de 2018**. Institui a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança (PNAISC) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2013.

GÊNERO E NÚMERO. **Um retrato das mães solo na pandemia**. Site Gênero e número, 18 jun. 2020. Disponível em: <http://www.generonumero.media/retrato-das-maes-solo-na-pandemia/> Acesso em: 05 out. 2020

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília: ANPOCS, 1983.

HAYS, Sharon. **Contradições culturais da maternidade**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1998.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) – 1 o trimestre 2019**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Es, jul. 2019. Disponível em: < https://www.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/141f5ee2291bea24dfe2e329c-7fc070_8.xlsx>.

MÉDICI, M. S.; TATTO, E. R.; LEÃO, M. F. Percepções de estudantes do Ensino Médio das redes pública e privada sobre atividades remotas ofertadas em tempos de pandemia do coronavírus. **Revista Thema**, v. 18, n. ESPECIAL, p. 136-155, 2020. Disponível em: <http://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/viewFile/1837/1542>. Acesso em: 12 Agos. 2021.

MUNANGA. Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2005. Arquivo eletrônico. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rieb/n62/2316-901X-rieb-620020.pdf>. Acesso em: 27 abril 2021

MUNIZ, J. O.; VENEROSO, C. Z. **Diferenciais de Participação Laboral e Rendimento por Gênero e Classes de Renda**: uma Investigação sobre o Ônus da Maternidade no Brasil. *Dados*, 62(1), e20180252. Epub April 18, 2018

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016. Disponível em: NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**.

OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira. **Maternidade, universidade e pandemia**. Mães que escrevem, 28 ago. 2020. Disponível <https://maesqueescrevem.com.br/maternidadeuniversidade-e-pandemia/>. Acesso em: 09 julho. 2021.

ONU MULHERES. Mulheres no centro da luta contra a crise Covid-19. [s.l.] **Organização das Nações Unidas**, 26 mar. 2020. Disponível em https://nacoesunidas.org/?post_type=post&s=Mulheres+no+centro+da+luta+contra+a+crise+Covid-19; Acesso em: 14 maio. 2021.

PEREIRA, S. C. S.; PASSOS, G. O. Desigualdade de Acesso e Permanência na Universidade: Trajetórias escolares de estudantes das classes populares. **Linguagens, Educação e Sociedade**. Teresina, ano 12, n.16, p.19-32. Jan/Jun 2007.

SANTOS, E. da S. Carolina Maria de Jesus: artista, mulher e mãe no Quarto de despejo. **Baleia Na Rede**, [S. l.], v. 1, n. 3, 2005.

SOUSA, A. M. S. et al. **Maternidade e Educação – desafios e possibilidades de acesso e permanência na UFPI campus Ministro Reis Velloso**. Piauí, 2011. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/join/2017/TRABALHO_EV081_MD1_SA70_ID1074_15092017210703.pdf. Acesso em: 10 maio. 2021.

TOLEDO, C. M. **Mulheres**: o gênero nos une, a classe nos divide. Cadernos Marxistas, São Paulo: Xamã, 2001.

UFRGS, Parent in Science. **Produtividade Acadêmica durante a Pandemia**: Efeitos de gênero, raça e parentalidade. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2021.

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI (URCA). **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Crato, CE, 2007.

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI (URCA). **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI**. Crato, 2017. Disponível em: Acesso em 14 de outubro de 2021

UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI (URCA).. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI. Crato, 2019. Disponível em: Acesso em 18 de outubro de 2021.

VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. Cadernos Pagu, Campinas, n.17/18, 2002. Disponível em: . Acesso em: 08 set. 2021

URPIA, Ana Maria de Oliveira.; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, SMR., Org. **Observatório da vida estudantil**: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-09.pdf>. Acesso em: 19 de agosto de 2021.

ZANELLO, Valeska. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a psicologia. In: ZANELLO, Valeska; PORTO, Madge (Org.). **Aborto e (não) desejo de maternidade(s)**: questões para a psicologia. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016. p. 103-122.

TRAJETÓRIAS E PROCESSOS CRIATIVOS DE MULHERES MÃES/ARTISTAS/ PROFESSORAS/PESQUISADORAS DO CENTRO DE ARTES/URCA: DESAFIOS DA MATERNAGEM EM CONTEXTO ACADÊMICO

Francineide do Nascimento Galdino

1 Introdução

Ingressar em uma universidade, sempre foi um dos meus maiores sonhos. Prestar o vestibular para o curso de Licenciatura em Artes Visuais, foi o primeiro passo nessa minha trajetória, marcada por uma confluência de experiências e acontecimentos diversos que, no decorrer da graduação, apresentaram-se bastante desafiadores: além de mulher, artista e acadêmica, durante o curso, tornei-me mãe.

Cresci em um lar com pessoas que fazem da arte a sua sobrevivência, o seu sustento. Para além disso, a família na qual me constitui, sempre teve a presença da arte muito intimamente. Desde criança, meus pais, meus tios e outros familiares cresceram nos terreiros, dançando a brincadeira do Coco, brincando de Maneiro-Pau, cantando as cirandas, as cantigas de trabalho, participando ativamente dos festejos religiosos, entre outras expressões populares de nossa gente, as quais sempre foram pulsantes, também, em minha formação.

O contato com a música, desde a primeira infância, também se deu através das marcantes experiências que tive na Escola de Educação Artística Heitor Villa-Lobos – SOLIBEL – Sociedade Lírica do Belmonte – instituição sem fins lucrativos, idealizada pelo saudoso Padre Ágio Augusto Moreira, em 15 de novembro de 1973. Ainda criança, mergulhei no universo da música clássica e também popular, tendo estudado flauta doce, violino e canto coral.

Essas vivências artísticas e o fato de testemunhar irmãos que têm a música como ofício, e meu pai, Luiz Galdino, conhecido como Mestre da floresta, que tem no artesanato sua forma de expressão latente, trouxeram-me até aqui, uma vez que pude experimentar e vivenciar o poder que a arte proporciona, desde a apreciação até o fazer artístico.

Na universidade, tive a oportunidade de rememorar muitas das minhas vivências, o que me fez refletir sobre o papel formativo da arte na constituição de minha identidade. Através dos estudos desenvolvidos na academia, tive a feliz oportunidade de adentrar um pouco mais no universo artístico e suas possibilidades. Experimentar tais processos, através das linguagens das artes visuais, como a pintura, o desenho, a fotografia, a gravura, a escultura, a instalação, entre outras expressões, levaram-me a lugares ainda não percorridos, nos quais fiz morada.

Durante a graduação, vivenciei a experiência mais intensa que mudaria totalmente as rotas do caminho, antes delineado do curso: descobri que gerava uma vida, meu primeiro filho. Esse acontecimento, único e arrebatador, faria com que eu desconstruísse um mundo idealizado, para viver outro, completamente diferente do que estava adaptada, além de bastante desafiador, posto que emergiram também incertezas e medos. A maternidade chegou e, com isso, vieram às transformações em mim. Da mulher-artista, passei a ser mulher-mãe-artista. Iniciou-se, então, um processo interminável de adaptações e constantes aprendizados. Buscar estabelecer uma dinâmica que pudesse conciliar o exercício da prática artística-acadêmica, em conjunto com às demandas cotidianas do maternar, ultrapassar barreiras impostas pela sociedade, entre essas duas atividades, exigiram tempo, resiliência e determinação. Não foi tarefa das mais fáceis.

Para que essa nova realidade pudesse ocorrer de modo produtivo, foi preciso haver renúncias, como o trancamento do quinto semestre, no ano de 2015, durante a gestação do meu primeiro filho, que hoje está com 6 anos. Foram seis meses dedicados exclusivamente às fases iniciais da criação dele, para que, enfim, pudesse retornar ao curso. Sabendo que este retorno não seria nada fácil, no ano de 2016, estava de volta às atividades acadêmicas, processo este que exigiria um maior esforço de organização de tempo entre as tarefas da maternidade e as tarefas acadêmicas, o que me demandaram noites em claro, para poder cumprir com os compromissos.

Neste sentido, várias questões foram primordiais para gerar a possibilidade de se manter no curso de Licenciatura em Artes Visuais. Sabendo que a carga horária do fluxo de estudo era muito extensa, devido às especificidades do curso, meu corpo sofreu várias mudanças hormonais, assim como tive minha saúde mental prejudicada, pois as responsabilidades potencializaram os momentos de dificuldades em conciliar ambas as tarefas e, com isso, veio um misto de sensação de incapacidade, de desespero em tentar dar conta de tudo, junto às cobranças sociais que só aumentavam.

De certa forma, sentia-me culpada, por estar atrasada no curso. Infelizmente, encontrei algumas dificuldades entre os próprios colegas de sala de aula, principalmente, dos homens que mencionavam frases que reforçavam esses sentimentos, como por exemplo: “Você foi mãe muito cedo, agora vai ficar mais difícil”. Na época, não gozava de apoio financeiro da universidade, pois não havia incentivo de uma bolsa de estudo voltada para a estudante mãe, que ali se encontrava, perdida em meio a tantos desafios que tinha que enfrentar.

Quero ressaltar, todavia, que tive um grande apoio das minhas professoras e dos meus professores do curso de Artes Visuais e Teatro, que se dispuseram a me ajudar nas atividades acadêmicas, entre outras atitudes, aparentemente simpló-

rias, mas que significaram muito para mim, como quando, gentilmente, me concediam carona em seus carros, ao término da aula, a fim de encurtar o percurso entre a universidade e o meu lar. Eles acolheram-me na fase que mais necessitava, razão pela qual sou bastante grata. Minhas colegas de curso, bem como algumas amigas, estiveram ao meu lado, sendo apoio sempre quando não conseguia cumprir com uma atividade; por exemplo, por conta do tempo limitado, ou quando meu resultado não era tão satisfatório, apesar de todo apoio recebido pelos professores e alguns colegas de curso. Ainda tive que administrar várias críticas, vindas de lugares e pessoas diferentes, seja no transporte público que utilizava, como dentro da universidade. Sempre me deparei com pessoas que se sentiam no direito de me julgar, com um discurso que tentava diminuir minha capacidade de seguir com meus projetos, como por exemplo, quando ressaltavam que agora, que seria mãe, não teria mais como voltar para a faculdade, porque teria que dar prioridade ao meu filho, e que universidade é para quem tem tempo, não sendo, pois, para todo mundo. Esses foram os tipos de discursos que insistentemente ouvi durante a gestação. Todos esses fatores contribuíam ainda mais para afetar o meu psicológico, que já estava abalado devido à adaptação à nova forma de existir como mulher-mãe-artista/professora/pesquisadora, em processo de formação.

86

Alguns sentimentos me moviam para continuar, via como um desafio essa falta de apoio vinda de algumas pessoas da própria universidade. Essa negativa de oportunidades me motivava a mostrar para as pessoas que sim, que eu poderia concluir meu curso, mesmo enfrentando os desafios da maternidade. Uma força maior, entretanto, ainda me impulsionava a continuar: o meu filho. Por ele e por mim, precisava seguir o meu processo acadêmico, mesmo com pouca disponibilidade de tempo, com a fraqueza no meu corpo que reagia ao cansaço extremo.

O tempo passou e eis que aconteceu mais uma gestação, apesar de tudo que ouvi e enfrentava no dia a dia. Tudo que vivenciei na primeira gestação, veio com mais força. Sem dúvidas, tudo foi mais cruel na segunda experiência, já que as dificuldades se duplicaram. Neste momento, já não tinha mais certeza se iria conseguir conciliar o ser mulher mãe artista à dinâmica da formação acadêmica. Inevitavelmente, tive que, mais uma vez, trancar meu curso. O ano de 2019 foi bastante árduo, repleto de muitas cobranças e afazeres, com noites e mais noite em claro. Era muito difícil para mim aceitar que eu não iria conseguir retornar à universidade, como ouvi de uma pessoa, dizendo que devido gestar duas crianças, deveria abandonar a faculdade. Palavras como essas, me fizeram, por um tempo, sofrer e me sentir sozinha.

Todas essas experiências vividas em decorrência da maternidade, desperteram em mim, a necessidade de pensar tais questões e suas implicações no âm-

bito acadêmico. Esse exercício de refletir sobre os desafios pelos quais mulheres mães-acadêmicas vivenciam, representou, também, um olhar sobre minha própria trajetória. Experiências de preconceito, falta de apoio da sociedade, ineficiência de políticas públicas, foram as principais motivações pessoais que me levaram a estabelecer um diálogo entre ambas realidades.

A presente pesquisa tem como foco o estudo de trajetórias maternas e artísticas de mulheres mães artistas, estudantes e professoras do Centro de Artes Reitora Maria Violeta de Alencar Gervaiseau, da Universidade Regional do Cariri (URCA), no sentido de refletirmos sobre seus processos de transformação durante o período da gestação, de pós-gestação, e o período da criação dos seus filhos e suas filhas. Minhas inquietações, portanto, emergiram a partir da observação do discurso frequente de mulheres que, assim como eu, foram postas em uma posição de conflitos, a partir do instante em que se tornaram mãe. Para tanto, a fim de alcançarmos respostas para essa questão, formulamos os questionamentos a seguir, que serviram de norte para a realização desta pesquisa: Como é ser mãe e artista? Como tornar o ambiente da universidade propício para nossos filhos e nossas filhas? Quais as condições sociais que o mercado de trabalho oferece às mulheres mães artistas? Como podemos refletir acerca dessas possibilidades de garantia de trabalho e suas implicações sobre o tempo/espço das mulheres mães, que se desdobram entre os afazeres da maternidade e os afazeres profissionais? Como essas mulheres mães lidam com a pressão da sociedade sobre sua vida cotidiana?

Para resolução dos problemas acima apresentados, buscamos, como objetivo geral, compreender os aspectos da complexidade de ser mulher e ser mãe, artista/professora/pesquisadora profissionais e estudantes do Centro de Artes/URCA, durante seus afazeres entre a maternidade e seus processos criativos. Delineamos os objetivos específicos da pesquisa da seguinte maneira: a) Fazer um mapeamento dessas mulheres mães que são docentes e discentes dos cursos de Licenciatura em Artes Visuais e Licenciatura em Teatro; b) Investigar sobre como essas mulheres organizam seu espaço/tempo entre os afazeres da maternidade e como artistas; c) Compreender como superam os desafios da maternidade e dos processos de criação diante do mercado de trabalho; d) Identificar a influência de suas experiências com a maternidade nas temáticas trabalhadas em seus processos criativos; e) Valorizar as poéticas artísticas dessas mulheres mães, artistas/professoras/pesquisadoras; f) Apontar alternativas para permanência das estudantes mulheres mães artistas dos cursos de Licenciatura em Artes Visuais e Licenciatura em Teatro.

O levantamento dos dados para este estudo, foi realizado no decorrer do ano de 2020 e se prolongou até o ano de 2021, tendo como participantes, mulhe-

res mães, artistas/professoras/pesquisadoras, estudantes e professoras do Centro de Artes/URCA, pertencentes a realidades distintas, desde as relações étnicas e a socioeconômicas, que interferem decisivamente no exercício da maternidade e de suas profissões.

2 Como ser mãe artista?

Minhas inquietações emergiram a partir da observação do discurso frequente de mulheres que, assim como eu, foram postas em uma posição de conflitos, a partir do instante em que se tornaram mãe. Para tanto, pretende-se identificar quem são essas profissionais e estudantes do Centro de Artes, através de entrevistas semiestruturadas com as estudantes e professoras dos cursos de Licenciatura em Artes Visuais e Licenciatura em Teatro, em um esforço de conhecer a realidade do universo artístico e feminino e buscar refletir sobre as questões em comum com as quais compartilham e nas que se diferenciam. Abordando nas entrevistas a história de vida de cada uma dessas mulheres mães, como estratégia de aproximação e compreensão das realidades vivenciadas.

As entrevistas foram realizadas via e-mail, em virtude do contexto pandêmico da Covid-19, que impossibilitou o contato presencial. O documento respondido pelas participantes, foi encaminhado a cada uma das mulheres mães artistas, que aceitaram, em momento anterior, colaborar com nossa pesquisa. O questionário foi enviado para vinte e três mulheres mães artistas, que foram identificadas no Centro de Artes. Elas tiveram um prazo de até trinta dias para responderem ao questionário. A decisão de flexibilizar o tempo para o cumprimento dessa etapa, se deu justamente pela dificuldade que as participantes têm em conciliar atividades em suas rotinas, visto que o tempo é bastante reduzido, devido a carga exaustiva que nós mulheres mães artistas enfrentamos todos os dias. Do total de 23 mulheres contactadas, apenas 13 delas responderam ao questionário, de modo que as que não conseguiram responder, alegaram indisponibilidade de tempo e/ou falta de equipamento (computador).

O roteiro pensado para realizar as entrevistas, foi estruturado em três categorias: na primeira, temos os dados pessoais das pesquisadoras, considerando as variáveis em relação aos grupos étnicos, socioeconômicos e os enfrentamento diante da realidade do mercado de trabalho; numa segunda categoria, analisamos seus processos de criação em relação ao processo da maternidade; na terceira categoria, analisamos a oferta das políticas públicas destinadas à mãe-acadêmica, no sentido de criar um diálogo entre as mulheres mães e colocar em pauta quais são as questões que mais lhes inquietam em suas realidades.

A partir da análise dos depoimentos das mulheres, fizemos um mapeamento das suas maiores dificuldades, em virtude das transformações provocadas pela maternidade, a fim de pensarmos como podemos encontrar alternativas para uma melhoria da condição social das mulheres mães artistas, para que possam dar continuidade aos seus projetos educacionais e profissionais, como também fomentar reflexões sobre possibilidades de se analisar e construir vivências, possibilitando um diálogo entre as mulheres mães artistas/professora/pesquisadoras. Nesse sentido, nosso estudo pretendeu compreender, estudando as particularidades e experiências de cada mulher entrevistada, as suas vivências. Nossa intenção não foi apenas a de analisar suas histórias de vida, mas trazer à tona, também, suas inquietações sobre ser mulher mãe artista, em busca de vislumbrar um panorama desta realidade tão emergente nas instituições de ensino superior no País.

Buscamos, com esse estudo, mapear os principais obstáculos enfrentados por essas mulheres, bem como observar criticamente a sua sobrecarga, no sentido de pensarmos mecanismos junto à universidade e à sociedade, que ofereçam suporte, para que mulheres mães artistas, estudantes e profissionais possam permanecer e continuar seus estudos, seus sonhos, seus projetos de vida, sobretudo apontando alternativas para a permanência destas mulheres nos cursos de Licenciatura em Artes Visuais e Licenciatura em Teatro e em suas carreiras profissionais.

Nesse sentido, essa pesquisa foi motivada pelo anseio de reconhecer o lugar que cada mulher ocupa e/ou deveria ocupar, em seus múltiplos papéis, e como muitos destes papéis figuram como ato de resistência, tendo em vista o cenário opressor e desigual imposto à mulher, ainda hoje. Esforçamo-nos, desse modo, no sentido de fomentar o exercício de desconstrução da carga patriarcal, fortemente imposta a nós, mulheres, mostrando, também, que existe ainda uma invisibilidade na produção artística feminina, tendo em vista seus deveres diários e a sua relevância enquanto mulher mãe, artista/professora/pesquisadora.

A pouca visibilidade feminina recaiu nas escolas e em seus aparatos. Ao privilegiar a produção masculina, os programas para o ensino de arte não admitem ou fazem timidamente o discurso politizado das artistas. Essa é uma das contradições que ainda impregnam os espaços escolares e os colocam em defasagem a outros segmentos sociais que apontam, atualmente, maiores avanços no que diz respeito à atuação efetiva e presença das mulheres (Coutinho; Loponte, 2015).

Tendo em vista a desigualdade de gênero existente, a mulher, por mais que exerça diversos papéis essenciais para o desenvolvimento e crescimento da sociedade, ainda não alcançou seu devido reconhecimento. Observamos que existe a divisão do trabalho no que tange a questão do gênero, assim como também há dis-

paridades quanto à etnia, principalmente, quando se trata da mulher negra que, além de sofrer pela questão da desigualdade de gênero, ainda tem que passar por situações altamente constrangedoras, por ser negra. Esta realidade desigual pode ser evidenciada nos termos de Nochlin (2016) a qual afirma que:

[...] na realidade, como todos sabemos, as coisas como estão e como estiveram, nas artes, bem como em centenas de outras áreas, são entediantes, opressivas e desestimulantes para todos aqueles que, como as mulheres, não tiveram a sorte de nascer brancos, preferencialmente classe média e acima de tudo homens. A culpa não está nos astros, em nossos hormônios, nos nossos ciclos menstruais ou em nosso vazio interior, mas sim em nossas instituições e em nossa educação, entendida como tudo o que acontece no momento que entramos nesse mundo cheio de significados, símbolos, signos e sinais. Na verdade, o milagre é dada as esmagadoras chances contra as mulheres ou negros, que muitos destes ainda tenham conseguido alcançar absoluta excelência em territórios de prerrogativa masculina e branca como a ciência, a política e as artes (Nochlin, 2016, p. 08).

Este cenário opressor adquiriu contornos ainda mais severos com o agravamento da pandemia do Covid-19, em 2020 e parte do ano de 2021, quando foi imposto um rígido isolamento social, potencializando as dificuldades enfrentadas pelas camadas menos assistida da sociedade, como é o caso das mulheres negras. A crise no mercado de trabalho no Brasil, tornou-se ainda mais acentuada, em virtude da ineficiência governamental e do descaso com as classes menos favorecidas, o que aumentou o número de desempregados, configurando um quadro social deprimente. Em decorrência do fechamento de empresas, aqueles que ainda gozavam de trabalho, passaram a cumprir jornadas em suas casas, porém, nem todas as pessoas tiveram essa oportunidade de poder continuar com suas atividades profissionais em suas casas. Em se tratando das mulheres mães, esse contexto trouxe sobrecargas, pois as demandas aumentaram ainda mais com os afazeres domésticos e da maternidade. Quando essa realidade é posta em contextos nos quais a mulher-mãe é também acadêmica, as dificuldades se agigantam, principalmente quando, por não possuir um auxílio financeiro da universidade, ela precisa trabalhar para garantir minimamente o sustento de sua família.

Essas questões nos motivam a buscarmos compreender as tensões pelas quais a mulher-mãe-acadêmica passa, no sentido de refletir sobre tal processo junto à nossa comunidade acadêmica tem significado ainda mais latente. As estudantes dos cursos de Licenciatura em Artes Visuais e de Licenciatura em Teatro enfrentaram muitas renúncias, especialmente, pela falta de tempo para estar na universidade de forma mais presente, participando das atividades de ensino/pes-

quisa/extensão, que compõem o complexo processo de ensino/aprendizagem dos cursos de Licenciatura em Artes Visuais e Licenciatura em Teatro.

3 Contexto histórico-social da mulher artista e mãe a oportunidade no mercado de trabalho

3.1 *As mulheres-mães-artistas-pesquisadoras dos cursos de Licenciatura em Artes Visuais e Licenciatura em Teatro - Centro de Artes/Urca: desafios para a inserção no mercado de trabalho*

Mediante análise de questionário submetido às colaboradoras dessa pesquisa, quanto às questões relativas ao mercado de trabalho ofertado a essas mulheres-mães-artistas, vimos que existe uma grande semelhança entre elas, no que concerne à falta de oportunidades no mercado de trabalho. Podemos dar um destaque aos relatos das egressas de ambos cursos, que encontram dificuldades maiores, devido algumas delas não terem com quem deixar seus filhos e não encontrarem, no mercado de trabalho, oportunidades que promova algum tipo de auxílio neste aspecto. Este é um flagrante cenário discriminatório que denuncia, entre outros problemas, a pouca oportunidade para este grupo.

O preconceito fica evidente já na entrevista de trabalho, quando a mulher-mãe-artista é recusada pelo motivo de ter filhos ainda pequenos e dependentes da assistência maternal, como relatou uma das nossas colaboradoras, sendo está uma realidade lamentável e constrangedora para as mães. Infelizmente, este tipo de questionamento durante uma entrevista de seleção para emprego, é bastante comum, colocando a mulher pretendente ao cargo em condição de desvantagem em relação ao seu concorrente.

Notamos, no discurso das estudantes e egressas dos cursos de Licenciatura em Artes Visuais e em Teatro, de modo geral, uma compreensão de que o mercado de trabalho para a área de conhecimento das artes, não é tão acessível e ainda mais se tratando da condição de ser mulher-mãe-artista, demandando outra dinâmica em que é preciso conciliar o tempo entre maternidade e seus compromissos profissionais. Muitas vezes, esse é o principal fator que coloca este grupo em um lugar secundário no mercado de trabalho. No entanto, já podemos destacar alguns avanços em relação ao espaço que a mulher mãe artista vem conquistando, mas ainda é pouco representativo em relação às necessidades que as estudantes e docentes precisam.

Nesse estudo, destacamos algumas histórias de vida que tiveram como objetivo entender como se dá o grande desafio que é ser mulher/mãe artistas/profes-

sora/pesquisadora, diante do mercado de trabalho. Logo, evidenciamos as falas de algumas das colaboradoras, quando buscamos compreender a percepção de cada uma delas sobre a problemática da inserção dessas mulheres no mercado de trabalho e o desafio que passaram (algumas ainda passam), para tentar se manter na universidade.

Entre essas histórias temos; a estudante do curso de Licenciatura em Artes Visuais, Marcia de Sá Barbosa, mãe de uma menina de três anos, que teve sua gestação no ano de 2017. Neste período, reprovou três disciplinas, pois não estava conseguindo conciliar o curso, no início da gestação. Márcia foi bolsista do PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), que oferece oportunidade para o estudante ingressar nas escolas públicas, através de oficinas, o que ajudou bastante a estudante, porém, com o avanço da gestação, tornou-se muito difícil sua rotina extremamente cansativa, sendo reprovada por falta em três cadeiras, já que, estando comprometida por contratempos da gestação, não estava conseguindo cumprir com todas as exigências acadêmicas, diminuindo seu rendimento. Márcia relata que retornou ao curso quando a Isabeli, sua filha, estava com mais ou menos uns dez meses. São palavras dela: “me matriculei em três disciplinas, meu marido ficava em casa com Isabeli e a mãe dele também ia ajudar”. Depois, passou a levar sua filha para a universidade por diversas vezes, onde se dividia entre as atividades próprias do processo de estudo e cuidar da filha, inclusive, sua alimentação, pois a faculdade não possuía uma creche que pudesse suprir as necessidades urgentes dessa mãe estudante.

Ela teve que trancar o curso novamente, pois a rotina de levar sua filha para o ambiente acadêmico, estava bastante cansativo para as duas. Após essa fase, só pode retornar ao curso de Artes Visuais, depois de um ano. Na época, Márcia não tinha emprego e muito menos uma bolsa de estudo para se manter na universidade, ou seja, o mercado de trabalho não abria portas para uma estudante mãe. Infelizmente, ainda vivemos em uma sociedade machista, onde uma mulher mãe, mesmo com competência para o cargo, não consegue o cargo por ser mãe.

4 Conclusão

Nesta pesquisa, partimos de depoimentos colhidos de mães-pesquisadoras do Centro de Artes-URCA, em que investigamos trajetórias maternas e artísticas de mulheres mães artistas, estudantes e professoras do Centro de Artes Reitora Maria Violeta de Alencar Gervaiseau, da Universidade Regional do Cariri (URCA), no sentido de refletirmos sobre seus processos de transformação durante o período da gestação, de pós-gestação, e o período da criação dos seus filhos e suas filhas e como

lidam com a necessidade de conciliação entre estas realidades: ser mãe, artista e pesquisadora.

Buscamos compreender como se estabelece a relação entre ser mulher/mãe/artista e pesquisadora e os processos criativos das poéticas artísticas, com intuito, também, de gerar debates sobre a problemática da permanência de estudantes do curso de Licenciatura em Artes Visuais e Teatro, como também buscar alternativas possíveis para que possa existir a implantação de projetos de políticas públicas voltada para a permanência dessas estudantes em seus cursos.

Dessa forma, foi-nos possível constatar a ineficiência de políticas públicas, no que diz respeito a programas de apoio e de incentivo às mães-acadêmicas. Ao analisar os depoimentos, identificamos eventos que coincidiram na jornada de nossas participantes. O preconceito existente em diferentes escalas da sociedade, a falta de oportunidade no mercado de trabalho, a sobrecarga imposta à mulher, devido as atividades domésticas e cuidado com os filhos, foram algumas das dificuldades denunciadas por elas. Constatamos também, que os obstáculos presentes na jornada dessas mulheres, ganharam dimensões ainda maiores com o contexto de restrição imposto pela pandemia do Covid-19, impossibilitando suas produções artísticas e impactando no desempenho das atividades acadêmicas.

A fim de contribuirmos para a solução das problemáticas evidenciadas pelas mães- pesquisadoras, fizemos um apanhado de propostas que pudessem intervir na grande questão que envolve essas mulheres, que consiste na evasão de estudantes dos cursos de Licenciatura em Artes Visuais e Teatro. Consideramos bastante relevante dar voz aquelas que, de fato, vivenciam a cruel realidade em pauta. São suas (nossas) histórias de vida que legitimam o que foi posto como proposta. Ninguém mais teria melhor olhar sobre o problema senão quem sofre, todos os dias, suas dores.

Algumas ideias exequíveis foram apresentadas, como por exemplo, a elaboração de um projeto que destinem bolsas de estudo, especificamente, às estudantes mães de ambos os cursos, para que com isso, elas possam dar continuidade a seus projetos de vida. Ademais, foi proposto a adoção de políticas públicas que garantam condição estrutural em todos os aspectos para dar suporte e beneficiar as alunas, mães, artistas, pesquisadoras. A criação de berçário e/ou creches, com profissionais capacitados, foi recorrentemente proposto como um benefício ímpar para mães que precisam conciliar os estudos com a educação dos filhos.

Nesse sentido, a ideia de uma aldeia, onde todas as crianças vindas de diversas famílias, culturas, crenças, etnias, pudessem interagir em sociedade com respeito, sem distinção, sem preconceito, sem exclusão, nos parece bastante plausível. Outra proposta interessantíssima seria a flexibilização dos horários e atividades

presenciais, no sentido de adequar a agenda dessa mãe/aluna, entendendo seus contextos, respeitando as demandas específicas do ser mãe e também específicas do ofício de cada uma.

Diante dessas constatações, ousamos afirmar que esse estudo pode contribuir com a concretização dessas demandas, ou ao menos, pode provocar reflexões a respeito da necessidade de políticas públicas urgentes. É de suma importância encontrarmos mecanismos para que essas mulheres mães, artistas/professoras/pesquisadoras, diante do cenário desigual e discriminatório no qual vivemos, possam dar continuidade aos seus estudos acadêmicos, tão necessários ao desenvolvimento da sociedade.

Esperamos que essa pesquisa possa suscitar novas reflexões e ações efetivas acerca de políticas públicas para a permanência de mulheres que estão no exercício da maternagem, as quais se esforçam na busca pela desconstrução de paradigmas, estereótipos e pela construção de outras narrativas sobre a maternidade, em busca da igualdade de gênero.

5 Referências

COUTINHO, Andrea Senra; LOPONTE, Luciana Gruppelli. Artes visuais e feminismo: Implicações pedagógicas. **Revista Estudos Feministas** (UFSC. Impresso), v. 23, p. 181-190, 2015.

NOCHLIN, Linda. **Por que não houve grandes mulheres artistas?** Tradução de Juliana Vacaro. São Paulo: Edições Aurora, 2016.

LOPONTE, Luciana Gruppelli. Sexualidades, artes visuais e poder: pedagogias visuais do feminino. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2002, vol.10, n.2, pp.283-300. ISSN 1806-9584. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000200002>.

MÃES UNIVERSITÁRIAS EXISTEM PARA A ACADEMIA? MAPEAMENTO DAS PESQUISAS PRODUZIDAS NO ÂMBITO DA UFCG SOBRE MULHERES MÃES/ ESTUDANTES

Rosemere Olímpio de Santana
Ana Maria Oliveira dos Santos

1 Introdução

Quando nasce uma criança, nasce uma mãe, essa talvez seja a frase mais mencionada em textos nas redes sociais e se refere ao fato de que a chegada de uma criança na família, não significa apenas mais um membro, porém, todo um processo de transformação na vida de uma mulher. Essa transformação não se dá de forma natural, ou seja, ao se tornar mãe, sentimentos e posturas não vão surgindo como por instinto, mas somos educadas e educados a nos perceber nessa nova função.

Não é novidade a discussão em torno da maternidade enquanto construção social e cultural, no entanto, como coloca Françoise Thebaud (1986), historiadora francesa autora de vários trabalhos sobre a maternidade, “há um domínio da história das mulheres ainda a ser explorado, pois a maternidade, seja desejada, seja recusada, está no centro das definições culturais e históricas do feminino, traduzindo o papel que se espera das mulheres na sociedade”. Mas, para além da importância no âmbito da história das mulheres, as pesquisas em torno da maternidade e da maternagem, são importantes também para se problematizar a dinâmica do gênero no trabalho e nas estruturas da divisão sexual-social. Para Martins (2004, p. 66), a maternidade já era tema de preocupação e reflexão para as feministas no século XX.

A partir das décadas de 1970 e 1980, as pesquisadoras feministas já trabalhavam na questão da desconstrução em torno da mitologia da maternidade, fazendo a crítica histórica e sociológica ao patriarcado, mostrando as distâncias existentes entre o mito da mãe e as realidades vividas pelas mulheres. As produções envolvendo a maternidade nesse período, centralizam a discussão na problematização entre a mulher mãe e o mercado de trabalho. Para Scavone (2001, p. 49) “as contradições inerentes ao processo de industrialização e a forma como as mulheres ingressam no mercado de trabalho, marcadas por profundas desigualdades sociais e sexuais, revelam os impactos desse processo na mudança dos padrões de maternidade”.

Desse modo, quando as mulheres das famílias operárias, no século XIX, começam a associar trabalho fora do lar e maternidade, iniciou a lógica da dupla responsabilidade, “recebendo por parte das análises feministas contemporâneas a designação de dupla jornada de trabalho”. Essa lógica foi rapidamente abraçada

pelo paradigma neoliberal. Em entrevista concedida para a Revista *Ártemis*, em 2021, Andrea O'Reilly fala sobre o grupo de feministas que abraçaram o feminismo de escolha, “acreditando que você pode fazer tudo se puder falar e andar como um homem e ser aquele sujeito resiliente, confiável e autossuficiente. E sabe de uma coisa? Isso pode ser verdade para algumas mulheres”. O'Reilly ressalta que existem resistências por parte da academia e de ativistas feministas, contra esse paradigma, mas vários espaços da mídia e de outras pedagogias culturais, atuam na produção de falas que legitimam o discurso do “basta querer”, independente do lugar social e cultural de cada mulher (O'Reilly, 2021, p. 32).

Esse mesmo discurso, muitas vezes, é vivenciado no espaço acadêmico, as mulheres precisam provar que são tão boas quanto os homens, ainda mais quando se tornam mães. A chamada dupla jornada se intensifica e se já existem barreiras para a mulher estudante sem filhos, ela fica ainda mais difícil para as mães, o que pode ser agravado quando essa mulher é pobre, preta e foge aos padrões heteronormativos.

2 A mulher na universidade: breve contextualização

A universidade, enquanto espaço de formação profissional, pesquisa, extensão e ensino, foi consolidado no Brasil a partir da década de 1970, com a Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5540/68), que possibilitou a criação dos departamentos, dedicação exclusiva dos professores e a valorização do profissional da educação por título e produção científica. A década de 1970 também foi marco para o aumento das vagas nas Universidades e, conseqüentemente, para a expansão da escolaridade feminina, o que não significa dizer que outras questões não fossem percebidas, nessa perspectiva, a “análise geracional e o olhar específico para a entrada feminina em cada curso universitário, revelam diferenciações históricas fundamentais nos tipos de inserção social das mulheres no contexto brasileiro” (Guedes, 2008: 5).

O impacto do acesso na formação universitária para a trajetória feminina foi significativo, pois possibilitou a ascensão social, a concorrência por melhores espaços de trabalho, assim como a possibilidade de assumir cargos de comandos, antes controlados pelos homens. Essa trajetória acadêmica feminina tem apresentado mudanças no que se refere aos cursos escolhidos. Comparando as gerações de mulheres que ingressaram nas décadas de 1970 e 1980, com as mulheres mais jovens, percebemos que “cada vez mais as mulheres ingressam nas carreiras de maior prestígio social, o que representa uma ruptura com o padrão de inserção das primeiras gerações que concluíram o ensino universitário” (Guedes, 2008: 12). Também foi observado que cursos ligados ao magistério, foram os únicos que apresentaram

uma queda na participação feminina, percebendo que esse público frequenta cursos cada vez mais heterogêneos ou concorridos.

Apesar dessas mudanças, isso não significa que foram eliminadas as barreiras em determinadas áreas de conhecimento. Em cursos de graduação, elas são minoria entre os alunos nas áreas ligadas às ciências exatas e, a maioria, entre as funções ligadas a cuidados e educação. “As mulheres são mais da metade das matrículas em áreas como bem-estar — que inclui o curso de serviço social (88,3%) —, saúde, excluindo medicina, (77,3%), ciências sociais e comportamentais (70,4%) e educação (65,6%), por exemplo”. Por outro lado, representam apenas 13,3% dos alunos de Computação e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e 21,6% dos cursos de engenharia e profissões correlatas. (Carneiro; Saraiva, 2021, p. 01).

Se inserirmos nesses dados alguns marcadores sociais, veremos que do total de mulheres negras que entraram em uma universidade, 16% ingressaram em instituições públicas e 84% em instituições privadas. Os dados são do Censo Escolar mais recente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão vinculado ao Ministério da Educação. Das mulheres negras ingressantes, 22% contra as 23% de mulheres brancas, apenas 21% se forma, comparadas às 27% brancas. Dados do Censo do Ensino Superior mostram que a porcentagem de mulheres matriculadas nos cursos de tecnologia, é bem menor. Em 2016, em engenharia da computação, 10% das pessoas matriculadas eram mulheres e, destas, 62% eram brancas, ou seja, mesmo as mulheres negras sendo 28% da população brasileira, o maior grupo demográfico do país, menos da metade de mulheres ingressantes em engenharia da computação era negra (Roza, 2021:1).

Do mesmo modo, quando o assunto é a área da saúde, a representatividade ainda é pequena. De acordo com dados do Conselho Federal de Medicina de 2020, só pouco mais de 3% dos médicos no país são negros. Ao observar a proporção apenas entre mulheres, a desigualdade racial se revela de forma mais evidente: mulheres negras representaram 35% das que se formaram, enquanto as mulheres brancas eram 45%.

Logo, mesmo as mulheres sendo a maioria na universidade brasileira, ocupando 57% das matrículas, bem como são a maioria que chegam ao final do curso, representando 60%, não significa que esse público tenha visibilidade ou que seja percebido pelas instituições no que se refere a sua permanência. Para Liliane Oliveira, diretora de Mulheres da UNE, as instituições precisam oferecer mais creches, assistência estudantil, currículos acadêmicos que abrangem a discussão de gênero e educação não sexistas. Além dessas questões, vale salientar que nas universidades, as docentes representam apenas 46% do quadro, um avanço lento comparado aos 43,2% de 2003. Essa minoria se repete também nos cargos de reitoria, onde ma-

oritariamente, são ocupados por homens e nas bolsas de produção do CNPQ, como aponta a associação do Parent in Science.

Diante desta breve contextualização e dos desafios enfrentados pelas mulheres para ingressarem na Universidade, vale ainda salientar que a sua permanência é ameaçada por diversas violências, seja nos trotes ou nas relações de hierarquia na sala de aula ou nos locais de trabalho. Maito (2017), ao analisar a pesquisa de Zotarelli (2010), avaliou a prevalência da violência sexual e de gênero entre estudantes de uma das três universidades paulistas, a UNICAMP. A autora fez uma análise transversal de 2430 questionários enviados pela internet:

De acordo com as respostas obtidas, 56,3% das mulheres respondentes declararam ter sido submetidas a algum tipo de violência durante o período da universidade e 9,4% delas sofreram violência sexual. Dentre os homens, 29,9% afirmaram ter cometido algum tipo de violência, sendo 11,4% algum tipo de violência baseada em gênero e 3,3% praticaram violência sexual. (Maito, 2017, p. 75).

Esses indícios seriam ainda mais completos, se outros marcadores sociais fossem acionados, como raça, idade e outras vivências, como a maternidade. Mas não podemos deixar de problematizar que junto às denúncias de violência de gênero nas Universidades, também acompanhamos movimentações de mudanças que se dão por meio de coletivos, grupos e núcleos de pesquisas sobre mulheres e gênero, lutando por inserção, permanência e condições de estudo e trabalho para as mulheres nesses ambientes.

3 Mulheres e mães na Universidade Federal de Campina Grande

A Universidade Federal de Campina Grande foi criada em 2002, pela Lei Nº. 10.419 de 09 de abril de 2002, a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba. Conta atualmente com 7 Campus universitários, 11 centros de ensino, 77 cursos de graduação, 47 programas de pós-graduação – com 34 mestrados e 13 doutorados –, 18.168 alunos na graduação e 2.259 alunos na pós-graduação – 1.367 mestrados e 892 doutorandos. Seu formato multicampi abrange cidades como Campina Grande, Sumé, Cuité, Pombal, Patos, Sousa e Cajazeiras.

Seguindo a mesma experiência das outras universidades brasileiras, a UFCG também apresenta entre seu público, um contingente feminino considerável. O que nos fez pesquisar a existência de grupos feministas organizados, como os coletivos, que seriam grupos de mulheres feministas que pensam em ações para impactar o meio em que estão inseridas, de modo que ajude e dê visibilidade à

luta das mulheres. Ao pesquisar sobre os coletivos feministas que atuam na instituição, encontramos o Margaridas sediado no Campus de Cuité, Marielle Franco, formado por mulheres do CCBS (Centro de Ciências Biológicas e da Saúde) e o Coletivo de Mulheres da UFCG (formado por estudantes, professoras, técnicas de todos os Campus e cursos). As questões tratadas nos coletivos variam desde violência doméstica, saúde mental das mulheres, Gênero, envelhecimento e marcha feminista, dentre outras. Segundo Juliana Silva (2021, p. 07), ao falar dos coletivos de mães universitárias, embora com o passar dos anos, “as mulheres tenham ampliado sua presença nas IES, e hoje sejam a maioria, as mães universitárias da atualidade encontram condições diferentes de permanência quando comparadas às mulheres sem filhos”.

Pesquisas conduzidas por Silva (2017, 2021), e pelo Parent in Science (2018, 2020) apontam que a “universidade ainda é um espaço masculino, branco e onde predomina o machismo e a visão universalista sobre o corpo discente, entendendo a maternidade como uma questão privada e individual”. Assim, oferece pouca ou nenhuma estrutura para permanência das mães universitárias:

As mães estudantes precisam mobilizar não só uma organização da sua rotina, mas precisam também contar com a composição de uma rede que possibilitem a sua permanência. Por outro lado, também se faz necessária a criação de políticas específicas que tratem das especificidades trazidas por este público. Silva (2020, p.132) indica que uma boa política de permanência voltada para mães universitárias ‘não pode ser reduzida à creche, mas precisa atuar sobre as diversas dimensões desta vivência atuando para coibir o assédio moral e o racismo que são fatores que também contribuem para a evasão’ (Silva, 2021: 7).

Ainda partindo da pesquisa de Silva (2021), existem 25 coletivos de mães universitárias no Brasil, mas nenhum na Paraíba e, embora, os coletivos feministas da UFCG possam agregar essas discussões em suas pautas, não se debruçam sobre as necessidades e dificuldades encontradas por esse grupo de mulheres. Esses dados ou a inexistência deles, nos levaram a pensar qual seria a produção acerca da temática “mães/estudantes” na Universidade Federal de Campina Grande.

Desse modo, a metodologia utilizada para a escrita, foi amparada na pesquisa realizada no site da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Em um primeiro momento, foi feito um levantamento quantitativo dos trabalhos produzidos, para isso, utilizamos no buscador do site os termos: mãe e maternidade. A ideia inicial era conhecer, em termos quantitativos, quantos trabalhos versavam sobre esses temas. No total, tivemos 400 ocorrências, essa pesquisa mais ampla implicou em resultados que incluiu

trabalhos com a palavra “mãe” em seu título, mas que não necessariamente tinham como assunto principal, a maternidade, como exemplo, o trabalho de conclusão de curso de Ciências Biológicas Levantamento do uso de plantas medicinais pela Comunidade Vila Capoeira, Município de Mãe d'Água, Paraíba, Brasil que possui o nome mãe, mas que não discute a maternidade. Também ocorreu de aparecer nos resultados da pesquisa trabalhos que nem tinham títulos, palavra chave ou tratavam sobre o tema. Ao total, categorizamos, através do levantamento quantitativo que, dos 400 trabalhos que apareceram nas ocorrências, apenas 104 realmente tratam sobre maternidade. Os demais se encaixam nos exemplos citados anteriormente e são uma porcentagem de erro do sistema ao fazer a busca por trabalhos relacionados ao tema.

Em um segundo momento, nos debruçamos nos 104 trabalhos que tinham o termo mãe ou maternidade como tema de pesquisa. Percebemos que apenas 4 trabalhos abordavam o tema que procurávamos, que era a maternidade na universidade. Resolvemos considerar os trabalhos que falavam do tema maternidade, no intuito de entender como essas pesquisas abordavam a temática. Nos detivemos com mais cuidado, para ler os resumos e palavras-chave, e percebemos que boa parte destas pesquisas, tinham caráter técnico e que não abordavam necessariamente a maternidade, a partir de uma perspectiva cultural ou de forma mais subjetiva. Observamos também que dos 104 trabalhos produzidos sobre maternidade, 75 são produções da área da saúde; 19 são da área do direito e 10 se dividem entre cursos de licenciatura, como o de História, Pedagogia e Ciências Biológicas. Acreditamos ser importante explicar como entendemos aqui os trabalhos que abordaram de forma mais subjetiva o tema da maternidade. Para Mendonça (2021, p. 61).

A definição de *motherhood* foi cunhada por Adrienne Rich (1976) e diz respeito ao poder biológico e aos significados institucionais, simbólicos e culturais da maternidade. Em decorrência disso, a maternidade é a palavra que melhor traduz o conceito de *motherhood* para o português. Já o termo *mothering* resulta da fusão do verbo to mother (Ruddick, 1989) com o sufixo -ing, que indica ação e processo contínuo. Segundo Mendonça (2021), o termo maternidade se refere a questão biológica do gestar, mas também aos significados que são atribuídos a essa ação, enquanto o termo maternagem acrescentaria a essa questão o constante caráter de mudança e de ação para a prática. Ao analisar os resumos e palavras-chave das produções no banco de dados da UFCG, atentamos se as pesquisas problematizavam a maternagem enquanto ação e produtora de uma rede discursiva e pedagógica do matinar. Assim, pesquisas baseadas em dados quantitativos, que não abordavam a tensão, os conflitos existentes na manutenção das vivências da ma-

ternidade, não foram considerados. Partindo dessa lógica de entendimento, dos 104 trabalhos que abordaram de alguma forma o tema mãe ou maternidade, apenas 37 produções, entre “TCCs”, dissertações ou teses, o fazem de forma subjetiva. São eles:

Trabalhos de vários cursos:

- Sobrecarga emocional/estresse de mães que cuidam de filhos com microcefalia. Paulo Marcelo Fernandes Rangel. TCC. Bacharelado em Medicina Centro Formação de Professores – Cajazeiras.2018.
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/8344>;
- Os modos de subjetivação feminina no dispositivo materno: a manutenção do modelo de “boa mãe” no @cantomaternar. Josilene Mateus Duarte. TCC. Licenciatura em História. Centro Formação de Professores – Cajazeiras, 2022.
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/28985>;
- Influência da maternidade na atuação acadêmica da mulher: estudo sobre as docentes do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG. Tereza Karine dos Rêz. TCC. Licenciatura em Pedagogia. Centro Formação de Professores – Cajazeiras, 2023.
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/29046>;
- Mulheres-mães na universidade: querelas e pelejas na vida de estudos de graduandas do curso de Pedagogia do CFP/UFCG. Maria Luiza Gonçalves de Souza. TCC. Licenciatura em Pedagogia. Centro Formação de Professores – Cajazeiras, 2023.
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/29068>;
- Maternidade nos cursos de licenciaturas da UFCG/CES e os desafios para a permanência das alunas no estudo. Juliana de Oliveira Costa – TCC Licenciatura em Ciências Biológicas CES, Cuité, 2019.
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/12405>;
- Universidade e maternidade: a experiência de mulheres que se tornaram mães durante a graduação. Andreza dos Santos Oliveira Dario – TCC Lic. Ciências Sociais CDSA, Sumé, 2023.
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/29158>;

- FARIAS, Rosineide Alves de. As artes de fazer nascer: do parto doméstico ao parto hospitalar o corpo feminino medicalizado (Campina Grande: 1950-1970). 2012. 180f. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande – Campina Grande – Paraíba – Brasil, 2012.
Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/28354>;
- BARRETO, Emanuella Karine Gomes. As implicações da depressão pós-parto na relação mãe-bebê: uma revisão da literatura. 2015. 24fl. (Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia), Curso de Bacharelado em Psicologia, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de Campina Grande, Campus Campina Grande – Paraíba – Brasil, 2015.
Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/15876>;
- OLIVEIRA, Alexsandra Tavares de. Maternidade precoce: um estudo sobre as desigualdades de gêneros na cidade de Sumé-PB. 2016. 46f. (Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia), Curso de Licenciatura em Ciências Sociais, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé – Paraíba – Brasil, 2016.
Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/5239>;
- Corpo que pariu: discursos e (re) significações do corpo feminino a partir das experiências de gestar e parir. Jéssica Thais Pereira de Oliveira – Dissertação PPGCS CH, Campina Grande 2019 <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/12168>;

Trabalhos produzidos pelo curso de Enfermagem:

- A maternidade na perspectiva de mães de usuários de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Julian de Macedo Bezerra – TCC Bacharelado em Enfermagem CES, Cuité 2015.
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/8761>;
- Um olhar para além da beleza da maternidade: Burnout materno – exaustão e sobrecarga de mães. Marcela Samara Lira da Silva – TCC Bacharelado em Enfermagem CES, Cuité, 2021.
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/21342>;

- Sobrecarga emocional materna durante a pandemia por Covid – 19: uma revisão integrativa da literatura. Carolina Silva Pereira Fernandes – TCC Bacharelado em Enfermagem CES, Cuité, 2021.
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/21537>;
- Sobrecarga e qualidade de vida de mães de crianças e/ou adolescentes com transtorno do espectro autista. Rute Helly da Costa Maciel -TCC Bacharelado em Enfermagem CES, Cuité, 2022.
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/27028>;
- Impactos da gravidez precoce na qualidade de vida de mães adolescentes do município de Cuité – PB. Cinthia Macêdo Pinheiro – TCC Bacharelado em Enfermagem CES, Cuité, 2012.
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/10809>;
- SANTOS, Jessyca Gabriela Soares dos. O ser mulher e mãe enfermeira: um estudo fenomenológico. 2019. 38 fl. (Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia), Curso de Bacharelado em Enfermagem, Centro de Educação e Saúde, Universidade Federal de Campina Grande, Cuité – Paraíba – Brasil, 2019.
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/8178>;
- SOARES, Priscila Raquel Dantas. “ROSAS DE AÇO”: Histórias de mães em sofrimento mental usuárias do CAPS, Cuité – PB. 2014. 73 fl. (Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia), Curso de Bacharelado em Enfermagem, Centro de Educação e Saúde, Universidade Federal de Campina Grande, Cuité – Paraíba – Brasil, 2014.
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/9802>;
- FONSECA, Andrielly Cavalcante. “Não sei porque você se foi, quantas saudades eu senti”: vivências de mulheres em luto perinatal. 2022. 54 fl. (Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia), Curso de Bacharelado em Enfermagem, Centro de Educação e Saúde, Universidade Federal de Campina Grande, Cuité – Paraíba – Brasil, 2022.
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/26808>;
- SILVA, Jeferson Barbosa. UMA LÁGRIMA DE DOR E UM SORRISO DE AMOR: Histórias das mães de crianças com sofrimento mental. 2013. 95 fl. (Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia), Curso de Bacharelado em Enfermagem,

Centro de Educação e Saúde, Universidade Federal de Campina Grande, Cuité – Paraíba – Brasil, 2013.

<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/10608>;

- COSTA, Márcia Angélica Dantas Jesuíno da. Vivência de mães de crianças com câncer em unidade de cuidados paliativos. 2013. 73 fl. (Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia), Curso de Bacharelado em Enfermagem, Centro de Educação e Saúde, Universidade Federal de Campina Grande, Cuité – Paraíba – Brasil, 2013.
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/10477>;
- PINHEIRO, Cinthia Macêdo. Impactos da gravidez precoce na qualidade de vida de mães adolescentes do município de Cuité – PB. 2012. 72 fl. (Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia), Curso de Bacharelado em Enfermagem, Centro de Educação e Saúde, Universidade Federal de Campina Grande, Cuité – Paraíba – Brasil, 2012.
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/10809>;
- LACERDA, Érica Dionisia de. Direito de acompanhamento ao parto: conhecimento e concepção de gestantes. 2017. 71 fl. (Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia), Curso de Bacharelado em Enfermagem, Centro de Educação e Saúde, Universidade Federal de Campina Grande, Cuité – Paraíba – Brasil, 2017.
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/7529>;
- DOURADO, Vanessa da Silva. Sexualidade de gestantes na atenção primária à saúde: uma atmosfera de interpretações e significados. 2015. 84 fl. (Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia), Curso de Bacharelado em Enfermagem, Centro de Educação e Saúde, Universidade Federal de Campina Grande, Cuité – Paraíba – Brasil, 2015.
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/8430>;
- OLIVEIRA, Thaise Tavares Gomes de. Ser mãe de um indivíduo com paralisia cerebral: um olhar voltado para a figura da mulher na dinâmica do cuidado. 2016. 77f. (Trabalho de Conclusão de Curso), Curso de Bacharelado em Enfermagem, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de Campina Grande, Campus Campina Grande – Paraíba – Brasil, 2016.
Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/16067>;

- PEDROSA, Jéssika Roberto. Gravidez na adolescência: sentido da formação profissional e expectativas de futuro. 2013. 46f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2013.
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/9648>;
- ESTRELA, Nayana Vieira de Almeida. Crianças especiais: impactos iniciais e a percepção das mães. 2009. 57f. Monografia (Bacharelado em Enfermagem) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2009.
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/12962>;
- MARCOLINO, Raquel de Araújo. Vivência de mães frente à gravidez na adolescência. 2015. 53f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2015.
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/7939>;
- MOURA, Larissa Clementino de. Análise das práticas no processo parturitivo contextualizadas como violência obstétrica. 2019. 67f. Monografia (Bacharelado em Enfermagem) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2019.
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/8115>;
- SOUZA, Fabrícia Alves de. Plano de parto: aliado no empoderamento e segurança diante das violências obstétricas. 2020. 69f. Monografia (Bacharelado em Enfermagem) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2020.
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/19278>;
- ANDRADE, Rayane Rândla Matias de. Percepções e sentimentos de mulheres que sofreram abortamento espontâneo. 2013. 49f. Monografia (Bacharelado em Enfermagem) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2013.
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/13102>;
- SILVA, Maria Karuline Andrade e. Expectativas e frustrações vivenciadas por mulheres que optam pelo parto normal. 2018. 51f. Monografia (Bacharelado em

Enfermagem) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2018.

<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/8475>;

- PEDROSA, Roseanny Andrade de Sousa. As repercussões psicossociais da gravidez na adolescência. 2013. 53f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2013.
<http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/9765>;

Nesse sentido, os trabalhos produzidos no Centro Ciências Jurídicas e Sociais – Direito (Souza), abordaram questões como: Mães encarceradas com filhos recém-nascidos; assistência legal às mães encarceradas; Análise da assistência à saúde materna no cárcere; aborto a partir da análise jurídica e infanticídio. Embora a metodologia utilizada seja quase sempre a bibliográfica ou de dados secundários e quantitativos, resolvemos mantê-los, enquanto produções subjetivas, já que apontam questões sociais e culturais. Assim, se inicialmente nosso interesse era buscar produções sobre mães universitárias no âmbito da Universidade Federal de Campina Grande, diante do pequeno número de trabalhos encontrados, resolvemos analisar as pesquisas que também falavam da maternagem, a partir de outras experiências.

A pesquisa nos permitiu problematizar algumas questões. Dos 37 trabalhos elencados, 22 são da área de Enfermagem; 5 são da área de ciências jurídicas; e 10 de outros cursos. Outro ponto interessante é que apenas 3 trabalhos foram produzidos pelo campus sede da UFCG em Campina Grande e 34 trabalhos pertencem aos campi sediados em cidades do interior da Paraíba. No caso do curso de enfermagem, 12 trabalhos são do campus de Cuité, campus inclusive, que sedia o coletivo feminista Margaridas. Vale salientar que o tema maternidade aparece no curso de enfermagem sediado em Campina Grande, mas os trabalhos se vinculam a metodologias quantitativas ou análise de dados secundários, enquanto que os demais trabalhos selecionados trabalharam diretamente com os grupos pesquisados o que permite uma produção mais subjetiva.

O Centro de Formação de Professores – CFP, localizado no sertão na cidade de Cajazeiras, também se destacou no que se refere a produção de trabalhos com a temática maternidade, totalizando 12 trabalhos, 8 deles na área de Enfermagem; 1 na área do curso de Medicina; 1 na área de História e 2 na área de Educação. Esses apontamentos nos levam a problematizar que cursos voltados ao cuidar e, majoritariamente feminino, foram os que mais se dedicaram ao tema da materni-

dade. Mas, ao tematizar a questão central da pesquisa, que é a maternidade e a universidade, localizamos apenas 4 trabalhos, 2 deles no Centro de Formação de Professores, são o de Tereza Rêz (2023), “Influência da maternidade na atuação acadêmica da mulher: estudo sobre as docentes do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG” e “Mulheres-mães na universidade: querelas e pelejas na vida de estudos de graduandas do curso de Pedagogia do CFP/UFCG” de Luiza Souza (2023). Importante elencar que a Professora Kássia Mota, vinculada ao curso de Pedagogia do CFP, é pioneira no centro, ao inaugurar grupos de pesquisas e extensão com a temática, como “mães na UFCG”, responsável por promover palestras e espaços de recreação para que as mães estudantes possam participar e o grupo de estudos “Mama África”, que abriga projetos de iniciação científica. Sem dúvida essas ações são imprescindíveis para a continuidade e fortalecimento do debate.

Os 4 trabalhos foram analisados de forma mais aprofundada, já que tematizam o nosso interesse de discussão. O trabalho de Tereza Rêz, embora não se refira às estudantes mães, centraliza as experiências de docentes mães no CFP/ UFCG, o que nos permite pensar como elas, as docentes vivenciaram essa experiência e podem estender para outras relações acadêmicas, inclusive entre as discentes. O trabalho de Rêz (2023) possibilitou compreender a diferença das vivências a partir do marcador geracional, já que docentes mais jovens tinham opiniões e experiências diferentes das que tinham mais anos de experiência. Além disso, tematizou a importância de políticas e ações no âmbito institucional, que promovessem a visibilidade desses sujeitos e suas necessidades. Já o trabalho de Maria Luiza Souza (2023), centraliza a discussão em um grupo de estudantes do último período do curso de Pedagogia do CFP, apontando que as maiores dificuldades encontradas pelas discentes foram: a falta de rede de apoio, a tripla jornada, já que algumas trabalhavam, estudavam e cuidavam dos filhos e da casa.

Já a pesquisa de Juliana Costa (2019), “Maternidade nos cursos de licenciaturas da UFCG/CES e os desafios para a permanência das alunas no estudo”, é uma pesquisa de cunho qualitativo, em que a pesquisadora analisa, a partir de um questionário, o perfil das estudantes mães no CES – Centro de Educação e Saúde em Cuité. Segundo a pesquisa, o fato de as alunas receberem algum tipo de auxílio institucional, foi importante para a permanência das mesmas na universidade. Por fim, temos o trabalho de Luciana Walter (2023), “Universidade e maternidade: a experiência de mulheres que se tornaram mães durante a graduação, vinculado ao CDSA – Centro de desenvolvimento Sustentável do Semiárido, em Sumé”. A metodologia utilizada foi de questionários que avaliaram o perfil e as percepções de 24 universitárias que gestaram ou tiveram um ou mais filhos ao longo do percurso da

graduação em instituições de ensino superior localizadas no estado da Paraíba e Pernambuco. Diferente das outras pesquisas, o campo de análise não se restringiu a um curso ou centro, o que possibilitou vivências mais diversas.

A partir dos resultados obtidos na pesquisa, foi constatado sobrecarga perceptível na auto avaliação de desempenho acadêmico, profissional e doméstico. Houve um Aumento no percentual de trancamento ou reprovação de disciplinas, em que 9 (42,9%) chegaram a trancar ou reprovar entre 1 a 2 disciplinas; 3 (14,3%) entre 3 a 4 disciplinas; e 1 (4,8%) trancou ou reprovou 7 ou mais disciplinas, após a maternidade; enquanto, antes de serem mães, as que já haviam trancado ou reprovado, eram apenas 8 (40%). Os pensamentos sobre desistir do curso também passaram de 1 (4,8%), que consideraram a opção com frequência para 12 (52,2%) com esse pensamento após a maternidade. Não se trata, porém, de algo inevitável, a rede de apoio é apontada como essencial por parte de 11 informantes que estão em curso em andamento e das 10 que conseguiram concluir (Walter, 2021: 7).

Como podemos perceber pelos dados, a maternidade teve impacto na vida acadêmica das estudantes e a continuidade do curso se deu mais pelo apoio familiar do que pelo apoio institucional. As pesquisas analisadas demonstram que o interesse pela temática da maternidade na universidade é algo recente e presente nos Campus fora da sede na UFCG, o que pode demonstrar que temáticas como essas estejam relacionadas a grupos de pesquisas, coletivos feministas ou até mesmo vivências presentes nas trajetórias de docentes e discentes desses espaços.

4 Conclusão

Segundo pesquisa qualitativa, realizada por Maria Collier de Mendonça (2014, p. 61), com mulheres grávidas e mães brasileiras e canadenses, “a maternidade desencadeia transformações profundas nas rotinas cotidianas, revisões de valores e prioridades vitais das entrevistadas”. Essas transformações podem se referir a ansiedades, tensões, expectativas e transformações corporais, que se processam de maneira rápida e contínua. Após o nascimento da criança, a amamentação e os demais cuidados de maternagem preenchem o dia a dia das mães, “de modo que elas se queixam do cansaço físico e do estresse psíquico e emocional. Quando as crianças crescem e adquirem relativa autonomia, as preocupações maternas transferem-se para os temas da nutrição, saúde, formação de valores e educação dos filhos (as)”.

É no meio deste turbilhão de acontecimentos que se processa a retomada das atividades profissionais, nas quais se tenta conciliar diferentes tarefas e papéis, dentro e fora de casa. Essas dificuldades não podem ser mais subestimadas ou invisibilizadas, precisam fazer parte de espaços de discussão de maternidade e

maternagem nos estudos sobre mulheres e gênero, o que significa que grupos de pesquisas, núcleos, coletivos e tantas outras formas de organização precisam trazer o tema da maternagem para discussão e também para a universidade.

As poucas pesquisas encontradas sobre mães e a universidade, embora possam abrir caminho para tantas outras, também são indicadores da necessidade de colocar essa discussão como centro. Para Mendonça (2021, p. 68) “boa parte dos conhecimentos sobre maternidade e maternagem, incluindo-se reflexões e publicações relevantes no Brasil e no mundo, parece estar diluída dentre nichos das mais diferentes ciências (humanas, da saúde, sociais aplicadas etc.)” Não é diferente com relação a UFCG e as produções vinculadas a seus cursos. A organização multicampi da instituição poderia favorecer o diálogo e a interação das pesquisas acerca da maternidade, já que os espaços de vivências são múltiplos. Finalizamos este texto com o desejo de novos debates, bem como o compartilhamento de experiências e produções acadêmicas que envolvam a maternidade e a maternagem.

5 Referências

CARNEIRO, Lucianne. SARAIVA, Alessandra. IBGE: Mulheres têm mais acesso ao ensino superior, mas ainda são minoria em áreas como engenharia e TI. **Revista Valor Econômico**. Disponível em <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/03/04/ibge-mulheres-tem-mais-acesso-ao-ensino-superior-mas-ainda-sao-minoria-em-areas-como-engenharia-e-ti.ghtml> Acessado em 15/04/2023

CONHEÇA a UFCG. **Portal UFCG. 2021**. Disponível em: <https://portal.ufcg.edu.br/conheca-aufcg.html#:~:text=Com%20este%20novo%20formato%2C%20a,4.685%20vagas%20de%20ingresso%20na> Acessado em 14/03/2023.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Trad. W. Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BIBLIOTECA de teses e dissertações da UFCG. BDTD UFCG, 2023. Disponível em: <http://bdttd.ufcg.edu.br/> Acessado em 14/03/2023

FERRARI, Thatiane. **Mulheres são a maioria nas Universidades**. Disponível em: <https://www.une.org.br/2013/01/mulheres-sao-a-maioria-nas-universidades/>. Acessado em 13/04/2023.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.117-132, jun. 2008.

MAITO, Deise Camargo. **Parâmetros tópicos e normativos para o enfrentamento à violência contra as mulheres na Universidade de São Paulo**. Dissertação de Mestrado- Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2017.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Visões do feminino**: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

MENDONÇA, Maria Collier. **Maternidade e maternagem**: os assuntos pendentes do feminismo. Revista *Ártemis*, vol. XXXI, nº1; jan-jun, 2021.

MENDONÇA, Maria Collier. **A maternidade na publicidade**: uma análise qualitativa e semiótica em São Paulo e Toronto. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014. 324 p

O'REILLY, Andrea. Perspectiva da maternidade [Entrevista concedida a] Maria Elizabeth P. Souto Maior Mendes e Maria Collier de Mendonça. *Revista Ártemis*, vol. XXXI nº 1; pp. 23- 34, jan-jun, 2021.

PARENT IN SCIENCE. **Um estudo detalhado sobre o impacto da maternidade na carreira científica das mulheres brasileiras**. 2018. Disponível em: https://www.ufrgs.br/humanista/wp-content/uploads/2018/07/Parent_inScience_principais_dados.pdf. Acessado em 10/04/2023.

SCAVONE, L. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Rev. Interface – Comunic, Saúde, Educ*, v.5, nº 8, 2001.

SILVA, Juliana Marcia Santos. SALVADOR, Andréia Clapp. **Coletivos de mães universitárias rompendo com a história da exclusão feminina nas universidades**. ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História. Rio de Janeiro/RJ, 2021. Disponível em https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1628176107_ARQUIVO_6c5ff0b3c39fb6a13b440aa157afdc9d.pdf Acessado em 15/04/2023

SILVA, J. M. S. **Mães adolescentes negras na UFBA**: As Intersecções entre maternidade, raça, trabalho e ensino. 2017. 81 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil. *Revista Educação Pública*, v. 19, nº 5, 12 de março de 2019. Disponível em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil> Acessado em 10/04/2023

THÉBAUD, Françoise. Maternité et famille entre les deux guerres: idéologies et politique familiale. In: Thalman, Rita. **Femmes et fascisme**. Paris: Tierce. p.85-97. 1986.

ZOTARELLI, Vilma Maria. **Violência de gênero e sexual entre discentes de uma universidade paulista**. Dissertação para obter o título de Mestre em tocoginecologia. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Médicas. Campinas, SP, 2010.

ROZA, Gabriele. O Muro permanece alto para mulheres negras. **Gênero e Número para o Portal Geledés**. Disponível em https://www.geledes.org.br/o-muro-permanece-alto-para-mulheres-negras/?gclid=CjwKCAjw_hBhADEiwAXEazJu6Py7PW-FZ_U291wP2bkhm1CQxwyKZ2P5-7Cqtcz96azWPOouH-EZBoChs8QAvD_BwE. Acessado em 18/04/2023.

A EXTENSÃO COMO ESPAÇO DE REFLEXÃO, DISCUSSÃO E CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE GÊNERO, COM FOCO NA PARENTALIDADE: UM RELATO DAS EXPERIÊNCIAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG

Josefa Jaqueline Batista Brito
Daiane Pereira Soares
Kássia Mota de Sousa

1 Introdução

Entrevista de prensa
Pregunta el reportero, con la sagacidad que le da la destreza de su oficio:
—¿por qué y para qué escribe?
—Pero, señor, es obvio. Porque alguien (cuando yo era pequeña) dijo que la gente como yo, no existe. Porque su cuerpo no proyecta sombra, porque no arroja peso en la balanza, porque su nombre es de los que se olvidan. Y entonces... Pero no, no es tan sencillo.
Escribo porque yo, un día, adolescente, me incliné ante un espejo y no había nadie.
¿Se da cuenta? El vacío. Y junto a mí los otros chorreaban importancia. Y luego, ya madura, descubrí que la palabra tiene una virtud: si es exacta es letal como lo es un guante envenenado.

(Rosario Castellanos. In: COOPER & MORENO. Intrusas en la universidad. Universidad Nacional Autónoma de México: Programa Universitario de Estudios de Género, Coyoacán, México, 2013.)

Este artigo tem como objetivo fazer uma síntese das experiências e achados do projeto de extensão “Mulheres Acadêmicas Ensinam – MÃES”, no intuito de evidenciar os desdobramentos e discussões realizadas durante a vigência do referido projeto. De acordo com a Resolução nº 02/2022, da Câmara Superior de Pesquisa e Extensão (CSPE/UFCG), extensão é uma atividade que:

[...] se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político-educacional, artístico-cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os demais setores da sociedade, mediante a produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa, de forma indissociável. (Universidade Federal de Campina Grande, 2022).

É nesse âmbito que o Projeto MÃES foi aprovado no Edital nº 003/2022, pelo Programa de Bolsas de Extensão – PROBEX, da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, no Centro de Formação de Professores – CFP, localizado na cidade

de Cajazeiras (PB), no Alto Sertão Paraibano. Realizado por 05 alunas extensionistas – sendo apenas 02 bolsistas – o projeto teve como objetivo desenvolver estratégias e práticas educacionais, políticas, administrativas em espaços educacionais, com foco na igualdade de gênero e, especificamente, nas questões relativas à maternidade. A partir dele, buscamos trazer discussões teóricas, políticas e identitárias, tanto no espaço universitário, quanto no espaço da Educação Básica, com a formação continuada de professores/as.

Destarte, para atingir os objetivos, o projeto se subdividiu em dois eixos de atuação. O primeiro eixo teve por finalidade organizar no CFP/UFCG, reflexões teóricas e políticas sobre a parentalidade, a fim de subsidiar a organização de um movimento, principalmente, de mães da instituição (servidoras, docentes, discentes, terceirizadas, técnico-administrativas), fazendo levantamento das demandas e dificuldades que estas mulheres enfrentam com relação ao exercício da maternidade e da formação acadêmica e/ou do trabalho. Além de propor discussões, diálogos e trocas de vivências incentivando atividades de pesquisa sobre a maternidade, o projeto propôs também em fazer um giro epistemológico acerca da construção sistemática, ideológica e concreta das instituições, desde a falta de salas de amamentação até a falta de políticas públicas de apoio à maternidade.

A seguir, alguns registros da nossa primeira conferência intitulada, “Ser mãe e ser estudante”, realizada no primeiro eixo do projeto. Tivemos como palestrantes a Ma. Narjara Pires, que realiza discussões teóricas sobre políticas públicas de apoio à maternidade e a Ma. Ambar Soldevila, que compartilhou sua experiência e os desafios encontrados por ela em um programa de pós-graduação pela ausência de políticas de gênero/maternidade:

FIGURA 01 – Auditório na primeira conferência do projeto MÃES



FONTE: Arquivo das pesquisadoras, 2022.

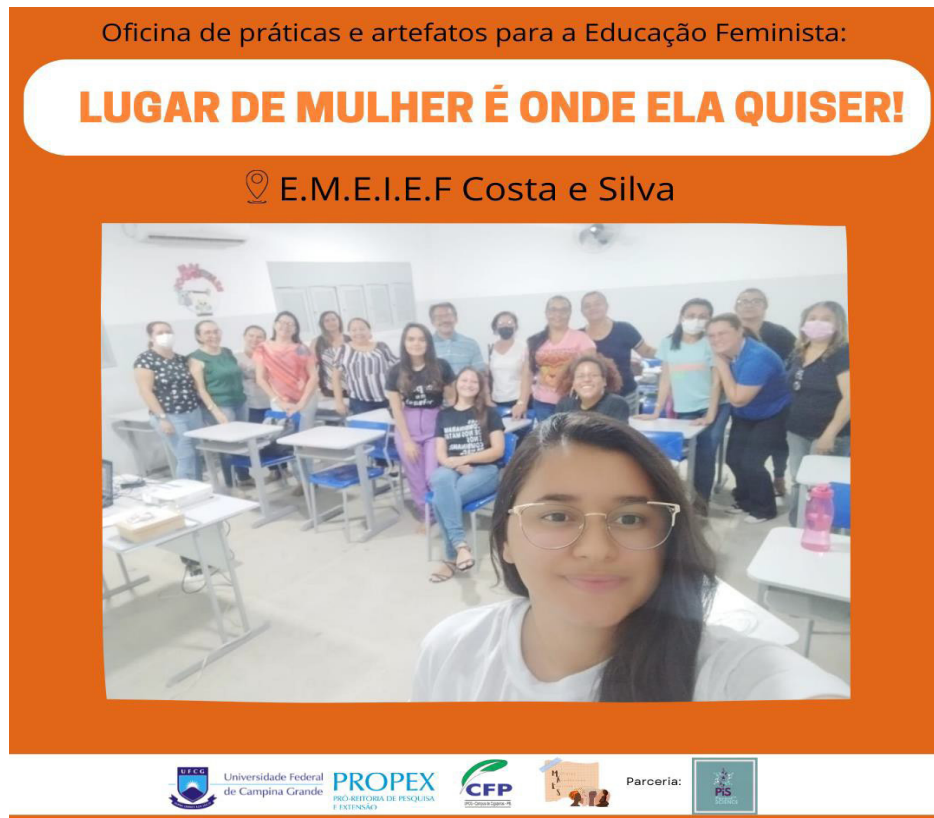
FIGURA 02 – Espaço recreativo da primeira conferência do projeto MÃES



FONTE: Arquivo das pesquisadoras, 2022.

Já o segundo eixo se direcionou na construção de práticas pedagógicas feministas, a partir da realização de oficinas em uma escola de Educação Básica, tendo como público-alvo, os professores e professoras da instituição parceira. Estas oficinas tiveram por objetivo trabalhar temáticas acerca das questões de gênero na escola, a partir da construção e exposição de práticas e artefatos pedagógicos, que subsidiassem o ensino-aprendizagem dentro da perspectiva feminista. Este eixo se constituiu no maior desafio para o projeto, haja vista a dinâmica da escola apresentar dificuldades para acolhimento das ações. A escola parceira durante a execução do projeto, vivenciou uma grande reforma arquitetônica, passando a atuar remotamente durante a execução da reforma e, no retorno às atividades presenciais, apesar de ter firmado um termo de anuência com o projeto, apresentava pouca disponibilidade de horários para atender as ações formativas do projeto, e ainda, dificuldades organizacionais, que restringiu a realização de nossas ações. Assim, houve a necessidade de realizarmos as atividades do projeto em outra escola, que proporcionou a execução de oficinas para professores/as, de forma que conseguimos realizar algumas ações desse eixo.

FIGURA 03 – Oficina de práticas e artefatos para a Educação Feminista do projeto MÃES



FONTE: Arquivo das pesquisadoras, 2022.

Ainda assim, dado o projeto se estruturar em dois eixos, foi possível a realização de ações com desdobramentos significantes, a citar os seguintes trabalhos de Conclusão de Curso: “A influência da maternidade na atuação acadêmica da mulher: Estudo sobre as docentes do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG”, de autoria de Tereza Karine dos Rêz (2023); “Hoje eu me pari: escrituragens como ato de descobertas e resistências acerca da trajetória acadêmica”, de autoria de Daiane Pereira Soares (em andamento) e; “A construção do ser universitária: Reflexões dos trajetos universidade-casa”, de autoria de Josefa Jaqueline Batista Brito (em andamento). Também tivemos desdobramentos no Programa Institucional de Iniciação Científica, a partir da pesquisa “Políticas Públicas Institucionais de Gênero e Maternidade nas Universidades Federais do Brasil” (PIBIC, Edital 2022-2023). Evidenciando que os feitos produzidos pelo MÃES acarretaram pesquisas e discussões teóricas sobre gênero e maternidade na Universidade e nos espaços científicos. É com base nisso que intencionamos discutir, neste escrito, a importância de se pensar e debater sobre as relações de gênero e suas interseccionalidades, a fim de intensificar a relevância da promoção de políticas públicas de gênero e de apoio à maternidade, para a equidade de gênero.

A desigualdade de gênero, como elemento estrutural da sociedade, determina desvantagens para as mulheres em diversos setores da vida social, tais como: educação, mercado de trabalho, participação política, saúde, entre outros (hooks, 2018). Em vista disso, utilizamos como base teórica para efetivação do projeto, os escritos científicos de estudiosas feministas, que pensam e fazem pesquisas a partir da perspectiva decolonial e interseccional, por entender que contemplam, epistemologicamente, os objetivos que pretendemos alcançar com a realização de nossas atividades. É a partir da compreensão das várias facetas destas desigualdades, ou seja, da interseccionalidade da questão do gênero, que lançam luzes sobre o trabalho do cuidado não remunerado e invisível, o trabalho materno, que sustenta a nossa sociedade e se reproduz nas instituições (Vergès, 2020), que pensamos soluções e caminhos para colocar em pauta as questões de gênero nos espaços educacionais.

2 Subsídios teóricos que ancoram nossa reflexão

A introdução das temáticas das mulheres, da família e da maternidade nas ciências sociais, não é um fenômeno recente, ele resulta sobretudo, das abordagens teóricas do feminismo ocidental e dos movimentos teóricos, que buscam deslocar o olhar das práticas sociais públicas para as privadas, com o objetivo de compreender processos e sujeitos que estiveram à margem da reflexão sociológica. Castro (2016, p. 41), nos adverte que “família e maternidade são temas que se entrelaçam, enredam-se e na forma de se enlaçarem anulam ou afirmam processos de emancipação feminina”. A autora supracitada chama de mães públicas, as mulheres que se emancipam ao lançar luzes a maternidade, e diz:

Para alguns autores no campo feminista, o processo – de maternagem, maternidade – estaria contaminado por relações sociais, simbólicas e patriarcais, que marginalizariam ou afogariam uma mulher em se fazendo, enquanto, para outras feministas, mãe, maternagem, maternidade poderiam colaborar para um poder singular das mulheres, principalmente se a família fosse esquartejada, ou seja, dela suprimida o macho reprodutor e se transitasse sem fronteiras, deslocando-se entre família de casa, família da rua, família mundo (Castro, 2016: 42).

A oposição apresentada por Castro (2016), para nós, não se trata de uma oposição real ou de uma questão intransponível, vislumbramos interseções sobre a experiência da maternidade, haja vista nos situarmos num campo teórico que compreende que, a variar pela mulher e suas condições reais de existência, às questões impostas pela maternidade se multiplicam, nesse sentido, lembramos

Sourjourne Truth¹ e seu discurso (1951), em Ohio – EUA, quando diz, “E *eu não sou mulher?*”:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (Truth, 1951).

O discurso de Truth nos lembra que não há uma única experiência de mulher, mãe, ele nos lembra que o feminino, assim como a maternidade e a família, é uma construção histórica, cultural. Truth sugere às feministas negras, que gênero, família e maternidade são categorias que devem ser indagadas como construções que pedem mudanças e que admitem desestabilizações e reconstruções de sentidos. Assim, não é possível compreender a maternidade para as mulheres apenas entre elemento de emancipação ou de sujeição, a maternidade é vivenciada e deve ser compreendida, para cada mulher, a partir da perspectiva da interseccionalidade, compreendendo que mulheres plurais, vivenciam maternidades plurais.

Essas pluralidades são produzidas por diversos aspectos e só a partir delas, é possível pensar as mulheres e suas políticas, pois a convergência dos diferentes aspectos em uma mulher, produz uma experiência vivencial específica, e demandas políticas sociais específicas também.

A partir dessa compreensão, o projeto de extensão MÃES viu a necessidade de estudo da perspectiva feminista decolonial.

Os estudos feministas decoloniais descortinam para nós feministas ocidentais a compreensão de que mulheres são e foram mães em contextos muito específicos, na maioria das vezes, desfavoráveis, que são/foram velados pelas estruturas sociais que se empoderaram a partir da omissão, da negação de condições dignas de maternidade para todas as mulheres. A maternidade para as mulheres negras, por exemplo, desde a escravidão, tem significado em larga medida, a afirmação de uma identidade humana, acima de tudo, quando os filhos são, como diz a letra da música, “*filhos feitos de amor*” (Lawes e Foster, 1996), é quando as mulheres negras se rebelam contra uma cultura, em que o corpo da mulher negra, ao longo de séculos,

¹ Discurso proferido por Sojourner Truth em 1951, por ocasião da convenção dos direitos da mulher, em Ohio, nos Estados Unidos.

tem sido objetificado para o prazer e para um trabalho pesado, que se opõe drasticamente, ao tempo de gerar, amamentar e afagar. Essa maternidade ocorria contextualizada, dentro do sistema escravagista, não poupando essas mulheres e seus/suas filhos/as, conforme Davis (2016: 27):

Em geral, as mulheres eram uma força de trabalho completa – a menos que tivessem sido expressamente designadas para as funções de “reprodutoras” ou “amas de leite”, casos em que às vezes sua força de trabalho era classificada como incompleta. Obviamente, os proprietários buscavam garantir que suas “reprodutoras” dessem à luz tantas vezes quantas fosse biologicamente possível. Mas não iam tão longe a ponto de isentar do trabalho na lavoura as mulheres grávidas ou as mães com crianças de colo. Enquanto muitas mães eram forçadas a deixar os bebês deitados no chão perto da área em que trabalhavam, outras se recusavam a deixá-los sozinhos e tentavam trabalhar normalmente com eles presos às costas.

Davis (2016) relata experiências que dão conta das mulheres que, não conseguindo levar seus/suas filhos/as para a lavoura, deixavam seus bebês aos cuidados de crianças pequenas ou de escravizadas mais velhas, fisicamente incapazes de realizar o trabalho pesado da lavoura. Vivenciando realidades igualmente duras, essas mulheres impossibilitadas de amamentar ao longo do dia, se viam obrigadas a suportarem as dores causadas pelo inchaço das mamas. Em tempos diversos, temos sido desafiadas a construir projetos de maternidade situados nos contextos sociais, aos quais nós estamos inseridas. O cuidado pela saúde e desenvolvimento pleno das crianças, só pode acontecer, a partir de uma perspectiva comunitária (hooks, 2019). É assim que em seu artigo “Parentalidade Revolucionária”, ela nos lembra que “As mulheres negras não diriam que a maternidade nos impede de ingressar no mercado de trabalho, porque sempre trabalhamos” (hooks, 2019, p. 195). hooks (2019, p. 204) historiciza a relação das mulheres negras com o trabalho, informando que, desde a escravidão até os dias de hoje, as mulheres negras têm trabalhado fora de casa, no campo, nas fábricas, nas lavanderias e nas casas alheias, desenvolvendo trabalhos com remunerações baixas, o que dificulta as possibilidades de cuidado da vida familiar “quando se vive em luta pela sobrevivência, e isso vale para homens e mulheres, é muito difícil dar uma atenção especial à parentalidade. hooks (2019) sugere ainda a necessidade de uma “reorganização feminista em torno da questão do cuidado infantil”, assim ela enfatiza a importância de creches redes de cuidados não sexistas², que para a autora, pode substituir a rede de cuidados que outrora era desenvolvida pela família e comunidade, segundo a autora, “as mulheres de toda a parte (...) precisam se unir a fim de exigir que o dinheiro dos impostos gastos com

² hooks (2019) alerta para a necessidade de creches públicas com profissionais de ambos os sexos em quantidades iguais e sem viés sexista.

a corrida armamentista e outras finalidades militaristas seja usado para melhorar qualidade da parentalidade e do cuidado às crianças” (hooks, 2019: 212).

Desse modo, refletimos e atuamos na extensão, a partir das maternidades situadas e, por isso, buscamos com a comunidade, através das ações de extensão, compreender, mapear e indicar as políticas institucionais que, a partir de um recorte amplo, que inclui mulheres de diferentes faixas etárias, raças, classes sociais e formação educacional, possam atendê-las e contribuir para uma experiência plena da maternidade colaborativa na construção de suas identidades de gênero e referenciada numa criação de crianças compreendida como tarefa social. A falta de políticas de apoio que visam lidar com a trajetória de vida acadêmica e profissional das mulheres, acaba por impor barreiras, principalmente, para as mães, excluindo uma parcela importante da população dos espaços de produção de conhecimento, dos espaços de poder político e poderio econômico.

Ainda que as mulheres hoje sejam maioria nas Universidades (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, 2011), a exclusão educacional das mulheres foi uma realidade brasileira por cerca de 450 anos (Beltrão; Alves, 2009), e ainda hoje, a maternidade se apresenta como um grande obstáculo ao ensino de mulheres.

Na Educação Básica, a gravidez na adolescência, por exemplo, representa para grande parte das jovens mães em idade escolar, o abandono da escola e, conseqüentemente, o não ingresso na universidade em decorrência do cuidado com o bebê. Estudos apontam também, para “processos de expulsão” de discentes mães do espaço universitário devido a diversos fatores, tais como a falta de acolhimento, falta de políticas de permanência universitária, além de discursos e práticas direcionados a este público e que ocorrem dentro da universidade (Fontel, 2019, p. 90). Contra as docentes, está o modelo do trabalho acadêmico, os compromissos de tempo integral para o trabalho, a produtividade em pesquisa, as relações academicamente competitivas e a valorização de características masculinas que, em certa medida, dificultam, restringem e direcionam a participação das mulheres nesse contexto. Os discursos míticos acerca da maternidade, aliados aos papéis sociais de gênero, continuam a fixar as mulheres-mães na função doméstica e no trabalho de cuidado. Calmon (2022), em artigo que relata a experiência do projeto de extensão “Mães na Universidade: acesso, permanência e progressão de mulheres-mães”, cita Tabak (2020), “nos apresentando o baixo número de mulheres que decidem seguir uma carreira científica em decorrência da falta de incentivo da sociedade e da família patriarcal, dos estereótipos de gênero, além do casamento, dos filhos e da gravidez” (Calmon, et al. 2022, p. 109). Ainda conforme Goulden (2011) apud Calmon (2022, p. 109):

discentes de pós-graduação são mais inclinadas a alegar questões relacionadas à conciliação da vida profissional e pessoal como significativas em uma decisão acerca de seguir uma carreira científica; além disso, as mulheres têm o dobro de possibilidade de citar questões sobre parentalidade como relevantes diante da possibilidade de reverter uma decisão de seguir, ou não, na vida acadêmica.

Quando consideramos a interseccionalidade nesses processos, buscamos capturar as consequências estruturais e dinâmicas entre dois ou mais eixos de subordinação (Crenshaw, 2002), conseguimos compreender que, somando-se às especificidades de gênero e da maternidade, a vivência das mulheres é interpelada por marcadores sociais de classe, raça, território, entre outros. Assim, faz-se importante pontuar que o CFP/UFCG, fundada há 20 anos, com tradição na formação de professores e na área de saúde, possui uma importante população de mulheres em sua comunidade e, apesar da existência do curso de Pedagogia e das licenciaturas, o centro não possui creche, escola, berçário, brinquedoteca, nem qualquer outro espaço de cuidado e atenção às crianças, não havendo políticas institucionais de apoio à maternidade.

Desse modo, o CFP/UFCG, apesar de possuir características sociais, estruturais e pedagógicas que a qualifica e permite a existência de creches e/ou escolas de aplicação, assim como outras IES e o próprio Campus central, não possui as estruturas importantes para a construção de um cenário de equidade de gênero. Diante deste contexto, é que atuamos na extensão com o recorte de gênero.

3 Resultados e discussões

Neste tópico, iremos descrever sobre os achados encontrados a partir das pesquisas realizadas no projeto de extensão MÃES, relativos à ausência de políticas de apoio à maternidade na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Durante o desenvolvimento do projeto, foi possível constatar que essas ausências causam diversos problemas que comprometem e dificultam a permanência das mulheres mães na instituição, sejam elas docentes, servidoras técnico-administrativas ou discentes, visto que a inexistência de políticas de amparo a maternagem em uma sociedade extremamente machista, contribui para perpetuar e aumentar as desigualdades de gênero (hooks, 2018).

A partir das negativas encontradas no desenvolvimento do projeto de extensão, que denunciam a invisibilidade da maternidade no âmbito institucional, faremos relações entre os achados do projeto com as leis que regulamentam a UFCG,

como forma de relacionar os dados por nós encontrados no MÃES e o que é apresentado como forma de lei e efetivado, ou não, institucionalmente.

De acordo com as análises, por nós realizadas, no Estatuto da UFCG (2004), evidenciamos que o documento supracitado não abarca em suas diretrizes a maternidade como pauta necessária para a implementação de políticas que atendam e deem suporte às mulheres mães em suas atividades laborais e maternas. Está preconizado no Capítulo III, parágrafo único que “[...] a UFCG proporcionará, aos discentes, condições necessárias ao desempenho das suas atividades, consignando recursos para o atendimento desse objetivo” (Universidade Federal de Campina Grande, 2004), entretanto, não se refere especificamente a mulheres mães universitárias.

Na mesma direção, no regimento da instituição, citada acima do ano de 2004, também não encontramos subsídios que deem conta da maternagem enquanto política institucional fundamental a ser implementada. Observamos que a ausência de amparo legal ocasiona situações de vulnerabilidade no âmbito da universidade para as mulheres mães, uma vez que, por serem mães, precisam dessas políticas para dar suporte na realização de suas atividades, ao tempo que estariam legalmente amparadas no exercício de maternar. É preciso que haja a criação e efetivação de políticas de apoio à maternidade, com o intuito de promover suporte para exercerem suas atividades maternas e laborais.

No que diz respeito a assistência institucional para discentes mães, de acordo com o manual dos alunos, que está disponível no site de processos da Pró-Reitoria de Ensino (PRE/UFCG), as alunas que estejam regularmente matriculadas, podem solicitar, em até cinco dias úteis de sua ausência das atividades, o regime de exercícios domiciliares. Esse Regime atende alunas grávidas, a partir do oitavo mês de gestação, na qual elas podem solicitar o regime de exercícios domiciliares para a realização de disciplinas durante o período acadêmico.

Nesse processo domiciliar, é concedido que as estudantes realizem as atividades programadas pelos professores/as, ao tempo em que suas faltas são justificadas no diário de classe. Entretanto, não existe nenhuma política que as atendam enquanto mães, pois, a programação das atividades acadêmicas, é realizada de acordo com os conteúdos normais do componente curricular, e os prazos são estabelecidos respeitando o calendário acadêmico regular. Em casos em que a aluna não consiga conciliar suas atividades maternas às atividades estudantis, é assegurado, unicamente, o direito ao trancamento da disciplina e nenhuma outra alternativa é posta para abarcar suas realidades enquanto mães universitárias. Assim, observamos que não há legislação ou discussão em trâmite acerca da licença maternidade/paternidade na referida instituição, o que dificulta a permanência das mulheres mães no espaço acadêmico.

Em relação à licença maternidade para as trabalhadoras da UFCG, segundo uma pesquisa de trabalho de conclusão de curso realizada por Rêz (2023), a instituição concede 180 dias de licença maternidade, que é um direito garantido pelo Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (2020), no Art. 392, o qual preconiza que “a empregada gestante tem direito à licença- maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário” e pela Constituição Federal (1988), ao estabelecer no Art. 7º que “são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XVIII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias; (...)”. Contudo, as servidoras públicas concursadas, regidas pelos Estatutos das universidades, têm direito a um acréscimo de 60 dias, que somam 180 dias de licença maternidade. Rêz (2023) ainda aponta que, visando compreender melhor como se concretiza essa realidade na UFCG, as voluntárias da sua pesquisa foram questionadas sobre a existência de alguma outra política de apoio a maternidade. Além do auxílio creche e da licença maternidade, o resultado foi que 100% das voluntárias evidenciaram que não são assistidas por outra política institucional.

A partir dos achados encontrados, tanto no projeto de extensão como em legislações, percebemos a urgência da criação de espaços de apoio e acolhimento às mães de crianças que se fazem presentes, cotidianamente, na Universidade. A criação destes ambientes possibilitaria que exercessem suas atividades no âmbito institucional plenamente e que seus filhos/as ficassem amparados em locais que fossem preparados para recebê-los, atendendo às suas necessidades de sujeitos em desenvolvimento.

Em relação aos direitos concedidos às trabalhadoras pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), o Art. 389 nos incisos 1º e 2º estabelecem que toda empresa é obrigada a garantir que:

§ 1º Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 (trinta) mulheres, com mais de 16 (dezesseis) anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período da amamentação.

§ 2º A exigência do § 1º poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas, diretamente ou mediante convênios, com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do SESI, do SESC, da LBA, ou de entidades sindicais. (Brasil, 2020).

Vale ressaltar que o projeto de lei nº 236, de 2011, que foi arquivado ao final da Legislatura (art. 332 do RISF), preconiza alterar a redação dos §§ 1º e 2º do art. 389

do CLT (2020), propondo estabelecer a obrigatoriedade de manutenção, pelo empregador, de berçário ou creche no local de trabalho em que trabalhem pelo menos cem empregados, para os filhos/as até a idade de cinco anos. A partir desses apontamentos, evidenciamos que no CFP/UFCG, essas leis estão invisibilizadas, pois na instituição, não existe creche e nenhum outro local que possa dar assistência às mães da instituição.

Ainda no Art. 396, a CLT preconiza que a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 2 (dois) descansos de meia hora cada um, para amamentar seu filho/a, até que este complete 6 (seis) meses de idade. Entretanto, é notório que esse período de tempo não é suficiente para atender as necessidades da criança, que não são apenas fisiológicas. Essa situação se torna mais inviável quando instituições não possuem locais apropriados que atendam às necessidades das mulheres mães, ocasionando que as funcionárias que não possuem rede de apoio familiar, precisam estar no ambiente laboral e, também, exercendo sua maternagem. Em vista disso, essas mulheres exercem múltiplas tarefas, sem assistência institucional.

Essa também é a realidade das estudantes mães da referida Universidade, pois não possuem políticas que atendam a esse público. Programas como monitoria, Residência Pedagógica (PRP), Programa de Iniciação Científica (PIBIC) e Programa de Iniciação à Docência (PIBID), que constitui o tripé de ensino, pesquisa e extensão, muitas vezes, se tornam excludentes, quando não contam com políticas que contribuam para que as discentes mães possam acessar e permanecer nesses programas. Se faz necessário olhar para essas questões invisibilizadas institucionalmente.

Nesse sentido, é necessário apontar que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFCG (2020/2024), resultante de consultas públicas, visitas técnicas e diálogos institucionais, objetiva propor um novo modelo de gestão e ações para avanços dos oito eixos estratégicos que estão estruturados no projeto Político Pedagógico Institucional, no plano de gestão e no plano de obras, que são: ensino, pesquisa e inovação, interação com a sociedade, assistência estudantil, internacionalização, dinâmica processual, recursos humanos e gestão estratégico. Contudo, é evidenciado que no PDI, não existem medidas que objetivem dar assistência às mães docentes, servidoras e discentes da UFCG, sejam por meio de creche na instituição, de brinquedotecas ou outros mecanismos fundamentais para que as desigualdades postas para as mães, também no ambiente acadêmico, pudessem ser supridas por políticas que as amparasse enquanto mulheres mães.

4 Conclusão

A partir da compreensão da atividade de extensão articulada com ensino e pesquisa, e tendo como foco a questão da parentalidade nas instituições, temos realizado o exercício de reflexão, discussão e construção de políticas de gênero e da maternidade na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Alguns desafios foram impostos a nós. O primeiro desafio refere-se a compreensão comum e simplista de que a extensão se organiza apenas na ação na comunidade, que não se articula organicamente como o ensino e a pesquisa. Essa é uma compreensão presente nas IES, e a nossa ação organizada junto ao grupo de estudos em Gênero, Interseccionalidade e Parentalidade, articulada ao desenvolvimento das pesquisas de iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso nos trouxe aos achados aqui apresentados. O segundo desafio trata-se da desigualdade de gênero, estruturada no patriarcado, machismo e sexismo, que impõe desvantagens para as mulheres em diversos setores da vida social, e também na formação educacional.

Os achados indicam a não existência de medidas que objetivem dar assistência às mães, docentes, servidoras e discentes da UFCG, e ainda que tal situação não é uma característica específica de nossa IES. O desamparo das mulheres nos ambientes acadêmicos brasileiros, a ausência de políticas institucionais para mulheres mães nas universidades, nos provoca a denunciar tal realidade. O que a extensão nos apresentou foi a compreensão de que precisamos atuar também como agentes da institucionalização de políticas de gênero para a promoção do acesso e permanência de mulheres mães na Universidade.

É nesse sentido que se organizou o projeto de extensão Mães e também esse relato, atuando na discussão e construção de políticas de gênero, com foco na parentalidade. Concluímos que é urgente e necessário estudar, pesquisar e analisar e promover modelos de políticas públicas institucionais de maternidade e gênero com finalidade de constituição de uma instituição pautada na equidade de gênero.

5 Referências

BADINTER, E. **O Conflito**: A mulher e a mãe. Record. São Paulo: 2011.

BADINTER, E. **Rumo equivocado**: o feminismo e alguns destinos. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 2005.

BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v.39, n.136, p.125-156, jan./abr., 2009.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e normas correlatas**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22/03/2022.

CALMON, L. S. et al. Maternidade e Universidade: A experiência de um projeto de extensão focado no acesso, permanência e progressão de mulheres-mães. **Expressa Extensão**. v. 27, n. 1, p. 108-117, jan./abr., 2022.

CASTRO, M.G. Família, modos de usar e abusar. Maternidade e deslocamentos ou ensaiando indisciplinas. In: MESSEDER, S.; CASTRO, M.G.; MOUTINHO, L. (Org.). **Enlaçando sexualidades**: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, p. 41-65, 2016.

CRENSHAW, K. **A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero**. 2002. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>> Acesso em: 19 de jun de 2020.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FONAPRACE/ANDIFES. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação nas universidades federais brasileiras**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Brasília – 2011.

FONTEL, L. **Mães na universidade**: Performances discursivas interseccionais na graduação. 102f. [Dissertação Mestrado em Linguística Aplicada]. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, *O feminismo é para todo mundo* Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Documento Final do I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – 1987. In: GARRAFA, Volnei. *Extensão: a universidade construindo saber e cidadania; Relatório de atividades 1987/1988*. Brasília: Ed. UnB, 1989.

GAGO, V. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

HOOKS, b. **Teoria feminista**: da margem ao centro. Tradução: Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOOKS, b. **Políticas arrebatadoras**. Tradução: Ana Luiza Libânio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

RÊZ, T. K. dos. **A influência da maternidade na atuação acadêmica da mulher:** estudo sobre as docentes do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande-UFCG. 2023. 64f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba, Brasil, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. **Câmara Superior de Pesquisa e Extensão. Resolução n° 02/2022.** Campina Grande: UFCG, 2022. Disponível em: <https://www.extensao.ufcg.edu.br/legislacao.html>. Acesso em: 17/03/2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. **Estatuto.** Campina Grande: UFCG, 2004. Disponível em: <https://portal.ufcg.edu.br/estatuto.html>. Acesso em: 26/02/2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. **Manual de alunos.** Disponível em: <https://pre.ufcg.edu.br/manual-processos/aluno>. Acesso em: 28/02/2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. **Regimento geral.** Campina Grande: UFCG, 2005. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/administracao/sods/regimento_ufcg.pdf. . Acesso em: 26/02/2023.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial.** São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Maternidade e universidade: quem apoia as mulheres na construção de uma carreira acadêmica?

Autoras: Narjara Pires e Danielle Maia Cruz

Mães universitárias: experiências de graduandas de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Ceará (2015 – 2021)

Autoras: Eloá Cristina Arruda Martins e Juliana Silva Santana

Maternidade, acesso e permanência na educação superior: uma análise na Universidade Regional do Cariri

Autora: Livia Maria Nascimento Silva

Mães negras e o curso de Pedagogia da URCA: dificuldades de permanência das estudantes durante a pandemia da Covid-19

Autoras: Carla Karoline Barbosa dos Santos e Cicera Nunes

Trajetórias e processos criativos de mulheres mães/artistas/professoras/pesquisadoras do Centro de Artes/URCA: desafios da maternagem em contexto acadêmico

Autora: Francineide do Nascimento Galdino

Mães universitárias existem para a academia? Mapeamento das pesquisas produzidas no âmbito da UFCG sobre mulheres mães/ estudantes

Autoras: Rosemere Olímpio de Santana e Ana Maria Oliveira dos Santos

A extensão como espaço de reflexão, discussão e construção de políticas de gênero, com foco na parentalidade: um relato das experiências na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Autoras: Josefa Jaqueline Batista Brito, Daiane Pereira Soares e Kássia Mota de Sousa